

**SISTEMAS LOCAIS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA PROJETOS DE MANEJO COMUNITÁRIO:**

**UM ESTUDO DE CASO NUMA COMUNIDADE TRADICIONAL  
DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS - PA**

**RENATA MAURO FREIRE**

Dissertação apresentada à Escola Superior de  
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São  
Paulo, para a obtenção do título de Mestre em  
Ciências, Área de Concentração: Ciências Florestais.

**PIRACICABA**

Estado de São Paulo - Brasil

Dezembro -2001

**SISTEMAS LOCAIS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS E SUAS  
IMPLICAÇÕES PARA PROJETOS DE MANEJO COMUNITÁRIO:**

**UM ESTUDO DE CASO NUMA COMUNIDADE TRADICIONAL  
DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS - PA**

**RENATA MAURO FREIRE**

Engenheira Agrônoma

Orientador: Prof. Dr. **VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA**

Dissertação apresentada à Escola Superior de  
Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São  
Paulo, para a obtenção do título de Mestre em  
Ciências, Área de Concentração: Ciências Florestais.

**PIRACICABA**

Estado de São Paulo - Brasil

Dezembro -2001

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP**

Freire, Renata Mauro

Sistemas locais de apropriação dos recursos e suas implicações para projetos de manejo comunitário : um estudo de caso numa comunidade tradicional da Floresta Nacional do Tapajós - PA / Renata Mauro Freire. - Piracicaba, 2001.

177 p. : il.

Dissertação (mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2001.

Bibliografia.

1. Comunidade rural 2. Manejo florestal 3. Posse da terra 4. Recursos florestais I. Título

CDD 333.75

**“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”**

*“(...) Leis e costumes se debatem em todos os planos da vida social, mediando principalmente as formas de acesso à terra, a organização do trabalho e os revestimentos simbólicos das relações sociais. Não se trata simploriamente de um passado, o costume, que tenta coexistir com o presente, a lei (...)” (Moura, 1988)*

*A todos os moradores da comunidade de Piquiatuba e da  
Floresta Nacional do Tapajós,  
por suas lutas e conquistas*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Laboratório de Silvicultura Tropical que me proporcionou todas as condições para eu realizar meu trabalho;

Ao Projeto Saúde e Alegria pela experiência anterior de trabalho junto às comunidades da FLONA do Tapajós; e aos companheiros de trabalho Carlos e Natanael pelo companheirismo;

À FAPESP pela bolsa de estudo e reserva técnica, fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa;

Ao meu orientador e amigo Virgílio pela oportunidade oferecida e pela sintonia de idéias;

Aos meus pais Júlio e Cecília pelas oportunidades de estudo e formação profissional e pelo carinho e amor que sempre me acompanham;

Aos meus queridos irmãos Luis e Rodrigo pela companhia e cumplicidade;

Aos meus amigos moradores de Piquiatuba, Dico e Teca pelo carinho que me acolheram em sua casa e pelos seus conhecimentos e sabedoria de vida;

Aos companheiros de trabalho, amigos e moradores de Piquiatuba, Carlos, Zé Maria, Silvano, Rui, Rosilda, Raimundo Vieira, Miguel, Suzenilda, Emília, Milton, Albenita, Albercy, Roberto, Baixinho, Francisca, Taumaturgo, Alzenite, Donizete, Mariazinha, Lúcia, Raimundo Fonseca, Neuton e João Pedro.

Às minhas amigas Valquíria, Isandra e Mariana que me ajudaram na finalização da dissertação de forma muito solidária, criativa e carinhosa;

Aos meus amigos Calu, Lina, Marina e Ney pelo carinho e bons conselhos;

Ao meu amor Lins pela revisão do texto e por todo amor e compreensão ao longo dessa trajetória.

## SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	xii
ABSTRACT.....	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Propriedade comum.....	1
1.2 A Floresta Nacional do Tapajós.....	7
1.3 Objetivos da dissertação.....	9
1.4 Estrutura da dissertação.....	9
2 METODOLOGIA.....	10
2.1 Área de estudo.....	10
2.2 Base conceitual.....	13
2.3 Trabalho de campo.....	16
2.3.1 Unidades de análise.....	17
2.3.2 Apresentação da proposta de pesquisa.....	17
2.3.3 Estratégias gerais do trabalho de campo.....	19
2.3.4 Técnicas utilizadas.....	21
3 CONTEXTO FUNDIÁRIO.....	32
4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE PIQUIATUBA.....	48
4.1 Núcleos familiares.....	51
4.2 Grupos comunitários.....	69
4.3 Formas de cooperação e divisão de trabalho.....	73
4.3.1 Sistemas de cooperação.....	73
4.3.2 Organização do trabalho.....	73

5 SISTEMAS LOCAIS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS.....	94
5.1 Estratégias de apropriação e distribuição dos recursos.....	108
5.1.1 Áreas de uso individual.....	108
5.1.2 Áreas de uso comum.....	119
5.2 Conflitos envolvendo os recursos de uso comum.....	133
5.2.1 Conflitos dentro de Piquiatuba.....	135
5.2.2 Conflitos entre comunidades.....	140
6 POTENCIAIS DE USO DOS RECURSOS EM PIQUIATUBA.....	148
7 CONCLUSÕES.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	168

# **SISTEMAS LOCAIS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PROJETOS DE MANEJO COMUNITÁRIO:**

## **UM ESTUDO DE CASO NUMA COMUNIDADE TRADICIONAL DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS - PA**

Autora: RENATA MAURO FREIRE

Orientador: Prof. Dr. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA

### **RESUMO**

O objetivo desta dissertação é analisar, a partir de um estudo de caso em uma comunidade tradicional da FLONA do Tapajós, os sistemas locais de apropriação e uso dos recursos e suas implicações para os projetos de manejo comunitário. Foram utilizados métodos convencionais e participativos, com ênfase no mapeamento comunitário. Em geral, os projetos de manejo comunitário assumem que as populações rurais, sob regime de propriedade comum, manejam de forma coletiva todos os recursos. Entretanto, existe um gradiente de apropriação e uso dos recursos, que vai desde o acesso aberto, uso comum até o uso individual. Também concebem as comunidades rurais como unidades sociais indiferenciadas, sem diversidade de interesses e necessidades. Partindo desses pressupostos, os projetos tendem a idealizar a alocação dos recursos como sendo coletivistas, ou seja, todos os moradores de uma mesma comunidade teriam capacidades iguais de poder e recursos. Seguindo essa lógica, muitas intervenções são planejadas visando o uso coletivo dos recursos, quando na realidade existem regras locais e



variáveis sociais como: origem das famílias, parentesco, etnicidade, religião, idade e relações de gênero; que definem a apropriação dos recursos e a organização do trabalho nestas comunidades. No caso de Piquiatuba, a comunidade está dividida em cinco núcleos familiares, com diferentes limitações e oportunidades, formados por grupos domésticos fortemente ligados por relações de parentesco e identidade religiosa. Os moradores de cada núcleo partilham sentimentos de localidade, convivência, práticas de trabalho e de auxílio mútuo. Quando os projetos são direcionados aos núcleos familiares, geralmente possuem maiores chances de oferecer respostas mais acertadas aos problemas e necessidades de seus moradores, especialmente daqueles com menos visibilidade e poder, como é o caso dos moradores do núcleo familiar do Vai-Quem-Quer. Além dos fatores internos que definem os sistemas de apropriação dos recursos, o sucesso dos projetos também depende do reconhecimento pelo Estado dos direitos de posse da terra e dos recursos das populações rurais, especialmente daquelas residentes em áreas protegidas, como é o caso das comunidades da FLONA do Tapajós. Quando seus direitos são reconhecidos e respeitados, estas populações sentem-se mais motivadas a investir em práticas de manejo de longo prazo e, ao mesmo tempo, possuem maior garantia e poder de participação nas decisões sobre o uso dos recursos.

# **LOCAL RESOURCE USE E TENURE SYSTEM AND THEIR IMPLICATION TO COMMUNITY MANAGEMENT PROJECTS:**

## **A CASE STUDY IN TRADITIONAL COMMUNITY IN THE TAPAJÓS NATIONAL FOREST**

Author: RENATA MAURO FREIRE

Advisor: Prof. Dr. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA

### **ABSTRACT**

The objective this dissertation is to analyze, on the basis of case study of a traditional community in the Tapajós National Forest, local resource uses and tenure systems and their implication to community management projects. Conventional and participatory methods were used, with emphasis on community mapping. In general, projects assume that rural populations, under common property regimes practice collective management of all resources. However, there is a gradient of resource use and tenure, which range from open use, collective use to individual use. Usually these projects conceive rural communities as undifferentiated social units, without diverse interests and needs. These projects tend to idealize resource allocation based in a collectivist view. They consider that all members of individual communities have equal power and access to resources. Based on this logic many community interventions are planned with the intent of promoting collective resource use, despite the existence of local rules and social variables which define resource use and labor organization in these communities, such

as: family origin, kinship, ethnicity, religion, age and gender. In the case of Piquiatuba, the community is divided into five different family groups with different limitations and opportunities, and comprised of family groups strongly linked by kinship and religious identity. Members of family groups share feelings of locality, convivance, working practices and mutual support. When the projects are directed to family groups they tend to have greater chances to offer appropriate solutions to problems and needs of their members, especially those with less visibility and power, such as the case of the family group *Vai-Quem-Quer*. In addition to the internal factors that define resource use and tenure systems, projects success also depends on the recognition of land tenure rights of local community by the State, specially those residents of protected areas, such as the case of communities of Tapajós National Forest. When their rights are recognized and respected, these populations feel more willing to invest in long term management practices such as forest management and, at the same time, greater power to participate in the resource decision making.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Propriedade Comum

O Início do debate sobre *propriedade comum*<sup>1</sup> teve origem com o trabalho clássico “Tragédia dos Comuns<sup>2</sup>” de Hardin (1968), que aproximava o *uso comum* dos recursos ao conceito de *acesso aberto*. Este trabalho influenciou de forma determinante o pensamento acadêmico e o discurso institucional da década de 70, fortalecendo o controle do Estado em detrimento do controle local sobre os espaços e recursos naturais (Bruce, 1999; Hall, 1997; Richards, 1997). Não somente tornou-se o paradigma dominante na pesquisa social voltada para avaliações de recursos naturais, mas aparece explicitamente na formulação de muitos programas e projetos (Bromley & Cernea, 1989).

Normalmente os direitos de propriedade são classificados em dois tipos: propriedade privada e propriedade estatal. Essa divisão tem sido criticada por muitas escolas e profissionais que encontraram em vários trabalhos de campo exemplos de sistemas de propriedade comum com direitos e responsabilidades definidos sobre o uso dos recursos (Ostrom, 2000). Somente a partir da década de 80, a literatura tem feito distinção entre *acesso aberto* e *propriedade comum*. Ao contrário do que defende o artigo de Hardin, a *propriedade comum* não significa *acesso aberto*, mas arranjos de posse estruturados com regras, incentivos, sanções e grupos de usuários definidos, que asseguram o cumprimento dos acordos estabelecidos (Bromley & Cernea, 1989).

---

<sup>1</sup> Entende-se por “propriedade comum” o sistema de apropriação comum de espaços e recursos (Bruce, 2000).

<sup>2</sup> Neste estudo o autor sugere, usando um exemplo com pastores, que os recursos utilizados de forma comum são sobre-explorados. Deduz assim, que toda população sob regime de uso comum aumentaria seus rendimentos individuais, aumentando significativamente a pressão sobre a base de recursos e com isso acarretaria na sobre-exploração dos mesmos.

Fenny (et al., 1990) através de seu artigo *The Tragedy of Commons: Twenty-Two Years Later* re-analisaram a “tragédia dos comuns” e concluíram que é possível regular e restringir o uso e acesso aos recursos em regimes de propriedade comum, e não somente nos regimes de propriedade privada ou estatal, como tem sido defendido desde a publicação do artigo de Hardin. Enfatizaram também que o controle estatal é raramente associado com o manejo bem sucedido em países em desenvolvimento.

Ainda hoje, no mundo inteiro o Estado tem centralizado as decisões sobre o uso dos recursos naturais, transformando as áreas comunais em áreas públicas. Apesar da crescente consciência do papel vital da propriedade comum para os sistemas locais de manejo e para a conservação dos recursos, existe ainda resistência em transferir o direito de uso dos recursos às comunidades que dependem do seu uso para a manutenção de seus modos de vida. Muitos tomadores de decisão duvidam da capacidade das comunidades locais de manejarem e gerirem seus próprios recursos, acreditando ainda que somente o controle estatal sobre as áreas utilizadas em comum podem prevenir a degradação dos recursos (Ostrom, 2000).

Com frequência essas áreas são controladas por agências nacionais que têm proposto sistemas de manejo pouco sustentáveis (Baird, 1997; Ostrom, 2000 e Richards, 1997). A gestão local dos recursos tende a ser mais barata e eficiente que a gestão feita pelo Estado (McCulloch & Meinzen-Dick, 2001). A proteção legal raramente se traduz em conservação dos recursos. Muitas áreas protegidas sofrem crescentes degradações resultantes da implementação de grandes projetos de desenvolvimento, expansão da fronteira agrícola, exploração ilegal da madeira e queimadas descontroladas (Wells et al., 1992).

A noção de que o governo pode manejar eficientemente os recursos naturais não se apoia em evidências empíricas (World Wild Found, 1999). Enquanto a degradação dos recursos tem sido atribuída incorretamente aos sistemas de propriedade comum, o que de fato origina sua destruição é a dissolução dos arranjos institucionais locais<sup>3</sup>. Quando estes

---

<sup>3</sup> Arranjos institucionais locais são um conjunto de normas e procedimentos formais ou informais, simples ou complexos, apoiados em valores sociais de um determinado grupo, para manejar os recursos e lidar com conflitos internos e externos às comunidades (Pretty, 1995). Podem ser arranjos sociais como relações de parentesco, redes de cooperação entre vizinhos e amigos, “troca de dias”, sistemas de empréstimos, cooperativas, associações, dentre outras (McAllister, 1999).

arranjos institucionais são dissolvidos, o regime de propriedade comum vai gradualmente se convertendo em “acesso aberto”. Na verdade não se trata de “tragédia dos comuns”, mas na “tragédia do acesso aberto” (Bromley & Cernea, 1989). É igualmente importante reconhecer as causas da “quebra” dos sistemas antigos antes de qualquer tentativa de introduzir um projeto de manejo comunitário<sup>4</sup> (Falconer, 1987). Sem o reconhecimento de seus direitos as comunidades perdem o controle social interno e diminuem suas habilidades de resistir à degradação dos recursos por comunidades vizinhas e agentes externos, incluindo o próprio Estado (Bruce, 1999).

O não reconhecimento da “propriedade comum” como uma forma controlada de posse e uso dos recursos, envolvendo grupos de usuários com direitos exclusivos, pressupõe que tais usos levariam à degradação e esgotamento dos recursos. Essa forma equivocada de conceber a “propriedade comum” tem causado um profundo impacto nas políticas e práticas relacionadas com o manejo das florestas e de outros recursos naturais. Em particular isso tem contribuído para a formulação de políticas públicas que privilegiam o controle estatal sobre os recursos florestais para assegurar proteção e uso produtivo (Arnold, 1998). Também tem justificado a expulsão e a restrição de acesso e uso dos recursos às populações locais em áreas protegidas, com conseqüências negativas para o modo de vida tradicional e para a conservação dos recursos a longo prazo (Ostrom, 1994).

No Brasil, a apropriação estatal de espaços de uso comum se deu especialmente no período do regime militar, sob a forma de implantação de grandes projetos governamentais com objetivo de integração nacional da Amazônia, e continua até hoje através da criação de áreas protegidas<sup>5</sup> para a conservação dos recursos naturais. Com a implantação das áreas protegidas, as populações residentes sofrem contínuos processos de expulsão, e quando não expulsas, são submetidas às várias restrições de uso,

---

<sup>4</sup> Para esse trabalho, projetos de manejo comunitário referem-se aos projetos desenvolvidos em comunidades rurais por agentes externos com enfoque nos sistemas produtivos, agrícolas e florestais, e nos recursos naturais, conciliando desenvolvimento com conservação.

<sup>5</sup> Os principais modelos de gerenciamento das áreas protegidas surgiram nos anos 60 e 70. Basicamente se dividem em duas tendências: modelo “excludente” e modelo “inclusivo”. O primeiro, amplamente adotado pelos Estados Unidos, incluía opções que iam desde uma atitude abertamente anti-participativa, até o deslocamento das populações residentes para outras áreas. O segundo modelo, adotado mais freqüentemente na Europa Ocidental, concilia os sistemas produtivos destas populações com o ideal de conservação e inclui as populações locais nas decisões relativas à unidade de conservação (Borrini-Feyerabend, 1997).

desorganizando seus modos de vida. A reafirmação e reconstrução das suas formas comunitárias de acesso a espaços e recursos somente foi possível décadas depois, com a organização da sociedade civil em sindicatos rurais, associações locais, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais mais amplos e com o apoio de organizações ambientalistas internacionais<sup>6</sup> (Diegues, 1994).

As alternativas que variam desde o controle total pelas comunidades até o manejo cooperativo entre Estado e comunidades são relativamente recentes e raros (Hesse & Trench, 2000). Políticas para a transferência das responsabilidades e direitos sobre manejo dos recursos naturais do Estado para instituições não governamentais, particularmente para as populações locais tornaram-se mais comuns nos últimos 20 anos (McCulloch & Meinzen-Dick, 2001)<sup>7</sup>.

O interesse pelos sistemas locais de manejo dos recursos é relativamente recente. A partir dos anos 80, instituições como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), União Mundial para a Conservação (IUCN), Instituto Internacional de Recursos Florestais (IFRI)<sup>8</sup> e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) começaram a apoiar programas, projetos e eventos voltados para as práticas de manejo e para os direitos de uso sobre os recursos (Berkes, 1985 e Bruce, 1999). Este interesse foi impulsionado não por considerações ou questões acadêmicas, mas pelos problemas práticos que surgiram das intervenções de desenvolvimento (Bromley & Cernea, 1989 e Feeny et al., 1990).

---

<sup>6</sup> Um dos principais eventos de âmbito internacional foi *IV Congresso Internacional da IUCN*, realizado em Caracas, em 1992, com a elaboração de princípios e orientações francamente favoráveis à permanência das populações locais em áreas protegidas e a valorização dos sistemas tradicionais de conhecimento e apropriação dos recursos (Diegues, 1994). Atualmente, há um grupo internacional de pesquisa sobre manejo comum: IASCP (*International Association for the Study of Common Property*). Esta Associação de pesquisadores tem realizado congressos em diversas partes do mundo (Estados Unidos, Filipinas, Noruega, dentre outros), incluindo a participação de pesquisa realizada no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade de Campinas (NEPAM/UNICAM).

<sup>7</sup> As autoras compilaram neste artigo os principais fatores que contribuem para a devolução de autonomia às populações locais, com especial enfoque nos direitos de propriedade e ação coletiva do “Policy Workshop on Property Rights, Collective Action and Devolution of Natural Resource Management”, realizado em junho de 1999 em Porto Azul nas Filipinas.

<sup>8</sup> O IFRI desenvolve um programa de pesquisa que compara e sistematiza os resultados de diversos estudos de casos, que procura identificar os fatores biofísicos e sociais relevantes que explicam as interações entre comunidades e seus recursos.

Nessa mesma época, em contraposição ao estilo convencional de pesquisa e extensão baseada em áreas disciplinares, e em resposta ao fracasso dos projetos “de cima para baixo” conduzidos nas décadas de 60 e 70, surgiram enfoques diferenciados, cujos princípios e diretrizes foram fortemente influenciados pelo método de investigação conhecido por pesquisa participante. Esta corrente influenciou de forma determinante os métodos de extensão rural na América Latina (Hildebrand et al., 1987). A necessidade de métodos participativos para elaboração de projetos tem ficado clara a partir da análise de inúmeros fracassos de projetos de desenvolvimento rural na América Latina e outras regiões do Terceiro Mundo (Viana, 1992). No início dos anos 90, no Brasil, com atuação decisiva das ONGs em projetos ambientais e sociais, as abordagens participativas tomaram fôlego e força. Organismos bilaterais de cooperação desenvolveram uma série de métodos e estratégias participativas para promover projetos de manejo comunitário especialmente na região amazônica.

Muitos projetos serviram de exemplo por adotarem na prática os conceitos de participação e a valorização do conhecimento tradicional. Entretanto, ainda hoje, uma grande parcela não considera os sistemas locais de apropriação dos recursos na fase de planejamento de suas atividades (Bromley & Cernea, 1989). A falha em reconhecer os direitos tradicionais sobre os recursos tem sido apontada como a principal causa do pouco êxito dos projetos comunitários (Bruce, 1989). Como resultado, muitos projetos não produzem mudanças significativas nos problemas que os motivaram: degradação ambiental, baixa produtividade de sistemas agrícolas e florestais, marginalização das mulheres, falta de alternativa de renda familiar, conflitos fundiários, dentre outros (Viana, 1992).

A compreensão sobre os sistemas tradicionais de apropriação dos recursos implica também no reconhecimento da diversidade de interesses e perspectivas envolvidas nos sistemas locais de manejo. A análise da estrutura social da comunidade põe em xeque a noção abstrata de comunidade. O próprio termo “comunidade” sugere um grupo de indivíduos relativamente homogêneos, ocultando, assim, a diferenciação social interna, as posições dos grupos e suas relações conflituosas (Boterf, 1984). Para que as ações dos projetos atendam às necessidades dos diferentes grupos e pessoas das comunidades, é preciso reconhecê-las como unidades sociais dinâmicas, cujos interesses,



perspectivas e poder são diferenciados por variáveis sociais, como relações de gênero, parentesco, origem das famílias, etnicidade e idade. (Schmink, 1999; Slocum & Thomas-Slayter, 1995).

Invariavelmente, as decisões sobre a gestão dos recursos afetam um grande número de pessoas, grupos e instituições (Pretty & Scoones, 1995). Estas decisões incluem três níveis diferentes (Pomeroy citado por McAllister, 1999): (i) governamental (leis e restrições de uso, segurança ao direito de posse da terra às populações locais, níveis de descentralização das decisões relativas ao manejo dos recursos); (ii) comunitário (diversidade dos grupos envolvidos, relações de parentesco, identidade religiosa, regras de uso dos recursos) e (iii) familiar ou individual (divisão de responsabilidades, organização do trabalho, acesso e controle sobre os recursos produtivos, poder de decisão etc).

O Estado pode ter interesses diferentes daqueles das comunidades locais, assim como diferentes grupos dentro de uma comunidade e entre comunidades podem ter interesses divergentes (FAO, 1997; Rocheleau & Slocum, 1995). A análise dos diferentes grupos, seus interesses, conflitos, complementariedades, poder e recursos relativos, pode prover conhecimentos práticos e úteis para o planejamento de projetos comunitários (Schmink, 1999).

Um exemplo de iniciativa que pretende envolver as comunidades e os diferentes grupos de interesse<sup>9</sup> no manejo florestal é o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia, intitulado de “ProManejo”, componente do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil, PPG-7<sup>10</sup>. Dentre seus objetivos, propõe identificar e apoiar iniciativas de bom manejo comunitário com a participação efetiva das populações locais, para assim criar exemplos promissores capazes de influenciar as políticas públicas nestas áreas (Programa Amazônia de Amigos da Terra, 2000).

---

<sup>9</sup> Grupo de interesse refere-se a qualquer indivíduo, grupo social ou instituição que possui interesses no manejo dos recursos naturais em questão (Borrini-Feyerabend, 1997).

<sup>10</sup> Este programa faz parte de um esforço de cooperação multilateral, que dentre outros objetivos, apóia a criação e manejo de áreas de conservação de uso direto, como as Reservas Indígenas, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais.

## 1.2 A Floresta Nacional do Tapajós

Dentro do escopo do ProManejo, a Floresta Nacional do Tapajós<sup>11</sup> (FLONA do Tapajós) foi identificada como uma unidade de conservação promissora para desenvolver um projeto piloto de manejo florestal comunitário. Desde 1995, o Projeto de Manejo Comunitário vem sendo desenvolvido em conjunto com as comunidades da FLONA, incluindo atividades voltadas para o manejo florestal, sistemas agroflorestais, criação de pequenos animais e organização comunitária. O Projeto está sendo gerenciado pelo escritório do ProManejo/Santarém em parceria com Sindicato dos Trabalhadores de Belterra, Projeto Saúde e Alegria (ONG local) e três associações intercomunitárias da FLONA do Tapajós.

As atividades de pré-investimento do Projeto de Manejo Comunitário foram desenvolvidas, entre 96 e 97, a partir de oficinas e reuniões de trabalho, com envolvimento direto das comunidades e instituições que atuam na FLONA do Tapajós. Estas atividades incluíram a elaboração do Plano Diretor da FLONA, a elaboração de projetos comunitários para cada comunidade (“projetinhos comunitários”) e apoio à regularização fundiária da área de ocupação das comunidades ribeirinhas da FLONA.

Atualmente estão sendo desenvolvidos projetos comunitários de extração e beneficiamento de óleos de copaíba e andiroba em duas comunidades (São Domingos e Nazaré), além de outros quatro projetos voltados para a implantação de sistemas agroflorestais e para a criação de pequenos animais<sup>12</sup> nas comunidades da FLONA do Tapajós (Pedreira, Maguary, Piquiatuba e Nazaré). Os projetos de manejo florestal com ênfase na exploração de madeira estão sendo discutidos em um fórum especial, recém criado para tal fim.

---

<sup>11</sup> Segundo análises de especialistas da área florestal, as Florestas Nacionais são consideradas áreas prioritárias para desenvolver iniciativas piloto em manejo florestal industrial e manejo comunitário, uma vez que apresentam segurança fundiária, compromisso a longo prazo com a atividades florestal e facilidade de monitoramento e fiscalização.

<sup>12</sup> Segundo comunicação pessoal de alguns técnicos envolvidos no projeto, por determinação da equipe de coordenação do ProManejo, os projetos voltados para a implantação de sistemas agroflorestais e para a criação de pequenos animais não serão mais estendidos à outras comunidades a partir de outubro de 2001, pois não são considerados prioritários para o ProManejo.

A resolução fundiária das terras comunitárias foi apontada pelos participantes das reuniões preparatórias do Projeto de Manejo Comunitário como sendo prioritária para o desenvolvimento do mesmo.

Desde a criação da FLONA do Tapajós em 1974, a definição fundiária tornou-se o centro dos conflitos entre os moradores das comunidades e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Na época, o antigo Instituto de Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) não realizou nenhum levantamento populacional ou fundiário para verificar a existência de populações na área de abrangência da FLONA (Almeida & Silva citado por IMAFLORA et al., 1996a). A desconsideração deste fato fez com que os limites da FLONA do Tapajós incidissem sobre as áreas de 24 comunidades (20 nas margens do Rio Tapajós e 4 às margens da Rodovia Santarém-Cuiabá), os núcleos familiares isolados, parte dos lotes do Projeto Integrado de Colonização Itaituba (PIC-Itaituba) e sobre a sede do município de Aveiros, criado em 1962 (IMAFLOA et al., 1996a).

Somente quatro anos após a criação da FLONA do Tapajós, o antigo IBDF iniciou um levantamento populacional dos núcleos familiares e das comunidades às margens do Rio Tapajós, com o objetivo de iniciar o processo de desapropriação. Foi então que as populações destas comunidades tomaram conhecimento que suas áreas localizavam-se dentro dos limites de uma Unidade de Conservação (IMAFLOA et al., 1996a).

A proposta de desapropriação chocou-se com as aspirações das populações de permanecer em suas terras e continuar utilizando os recursos para a manutenção dos seus modos de vida. Mesmo assim, o IBDF conseguiu desapropriar diversas famílias ao longo da Rodovia Santarém-Cuiabá, no Rio Cupari e na margem direita do Rio Tapajós, extinguindo também os núcleos familiares de São João, Jacamim e Terra Rica (IBAMA; MIRAD citado por IMAFLORA et al., 1996a). A partir de então as comunidades se organizaram com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém para lutar por seus direitos (Leroy, 1991).

### **1.3 Objetivo da dissertação**

O objetivo desta dissertação é analisar, a partir de um estudo de caso em uma comunidade tradicional da FLONA do Tapajós, os sistemas locais de apropriação e uso dos recursos e suas implicações para os projetos de manejo comunitário.

Trata-se de uma iniciativa que discute as estratégias de apropriação dos recursos de uso comum, utilizando métodos convencionais e participativos de coleta e análise das informações. Ainda que exista uma grande quantidade de literatura científica a respeito do uso comum dos recursos e diversos debates em torno de abordagens participativas, poucas publicações tratam da interação desses dois campos do conhecimento, e são raros os exemplos de experiências concretas (Evers, 1995), especialmente na Amazônia.

Este trabalho pretende contribuir para os projetos de manejo comunitário, em especial para o Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7, chamando a atenção de técnicos, extensionistas e planejadores para a importância de se considerar os arranjos institucionais envolvidos nos sistemas locais de gestão de recursos de uso comum no manejo de recursos naturais.

### **1.4 Estrutura da Dissertação**

A dissertação está dividida em quatro partes. A primeira parte discute os principais fatos sobre a definição fundiária da área de ocupação das comunidades na FLONA do Tapajós. Trata de questões circunscritas ao contexto político desta unidade de conservação, como segurança fundiária e confiabilidade nos acordos. A segunda parte trata dos aspectos relacionados à organização social da comunidade de Piquiatuba, incluindo o histórico de ocupação, formação dos núcleos familiares, grupos comunitários e sistemas de cooperação e organização do trabalho. A terceira parte analisa os sistemas tradicionais de apropriação e uso dos recursos e os conflitos relacionados às restrições e regras de uso dos recursos. A quarta e última parte aponta alguns potenciais de uso dos recursos e discute as implicações dos projetos de manejo comunitário para os sistemas locais de apropriação dos recursos. Ainda que o trabalho esteja organizado em quatro partes, os temas abordados em cada uma delas se sobrepõem e se inter-conectam ao longo de toda a dissertação.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 Local de Estudo**

#### ***Floresta Nacional do Tapajós***

O trabalho foi realizado na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA do Tapajós), criada em 1974 por um decreto lei federal. Localiza-se na região do Baixo Amazonas, no município de Belterra (Figura 1), entre os paralelos 2° 40' e 4° 10' de latitude sul e os meridianos 54° 30' e 55° 00' de longitude oeste. Possui uma área de 557.459 hectares, limitando-se a leste com a Rodovia Santarém-Cuiabá, ao sul com o Rio Cupari, e a oeste com a margem direita do Rio Tapajós. Atualmente cerca de 10% da área da FLONA do Tapajós são ocupados por 24 comunidades, sendo que 20 comunidades ocupam áreas próximas às margens do Rio Tapajós e 4 comunidades localizam-se às margens da Rodovia Santarém – Cuiabá (Figura 2).

#### ***Comunidade de Piquiatuba***

A comunidade de Piquiatuba, local de estudo, situada às margens do Rio Tapajós, limita-se ao norte com a comunidade de Pedreira e ao sul com a comunidade de Marituba (IMAFLORA et al., 1996b).

Atualmente residem na comunidade de Piquiatuba 75 grupos domésticos, com aproximadamente 400 pessoas (Projeto Saúde e Alegria, 1996). A economia local é baseada na exploração dos recursos florestais, aquáticos e na agricultura itinerante, tendo como principal cultivo a mandioca. Parte destes produtos são destinados ao consumo e parte à comercialização, que é realizada basicamente em Santarém (IMAFLORA et al., 1996a). Ao longo do tempo, a população de Piquiatuba se organizou em torno de cinco núcleos familiares: “Vila de Piquiatuba”, “Vila dos Neves”, “Vai-Quem-Quer”, “Leal” e “Brejo”.

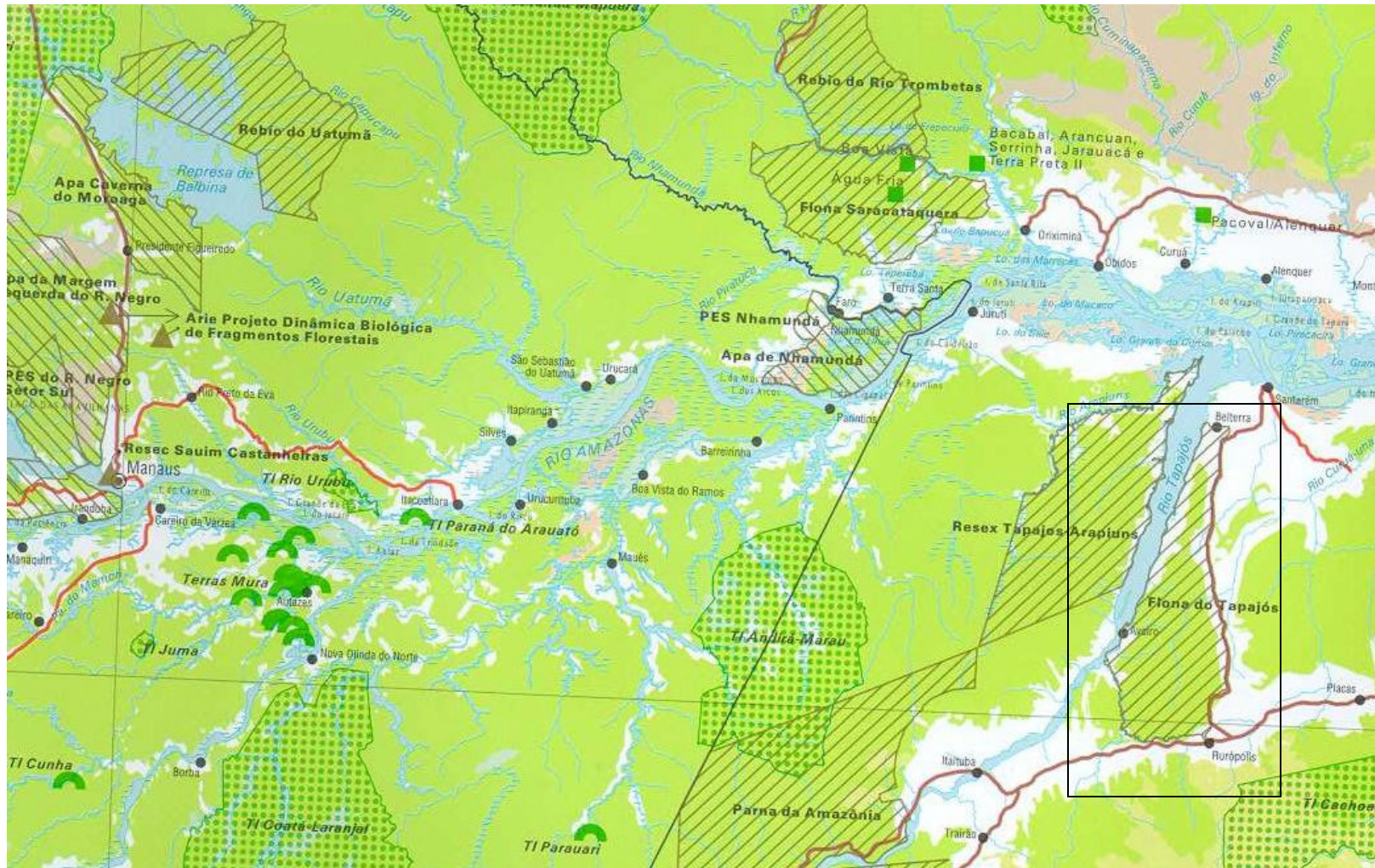


Figura 1 – FLONA do Tapajós (fonte: Amazônia Brasileira 2000/Instituto Socioambiental)

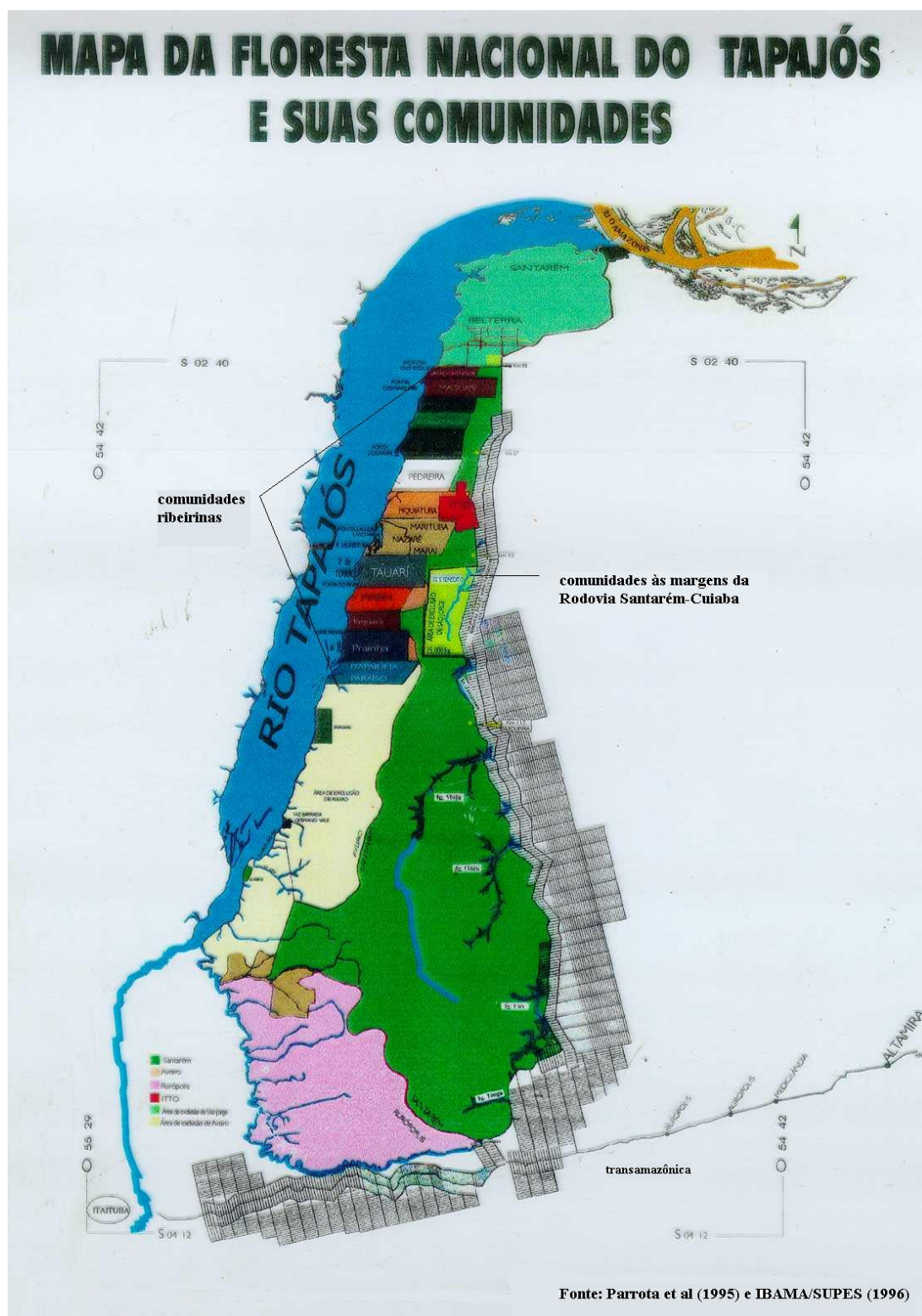


Figura 2 - Comunidades da FLONA do Tapajós

## 2.2 Base Conceitual

Tendo em vista as limitações do uso isolado de métodos em trabalhos científicos desenvolvidos junto às comunidades rurais, combinei métodos convencionais da pesquisa social - entrevistas, histórias orais, histórias de vida, genealogias de parentesco - com métodos não convencionais - mapas, calendários, matrizes de priorização – estes com especial enfoque nos princípios da Pesquisa-Participante e nos métodos empregados nos Diagnósticos Rurais Participativos<sup>13</sup> (DRPs).

Embora a rigor não possa denominar este trabalho de Pesquisa-Participante, por não ter envolvido a população local em todas as fases de seu desenvolvimento, especialmente na escolha do tema e na análise dos resultados, como pressupõe a Pesquisa Participante (Boterf, 1984 e Thiollent, 1985), os procedimentos deste trabalho aproximam-se bastante dos fundamentos que orientam esta linha de pesquisa. Isso pode ser observado adiante na descrição das estratégias, métodos e técnicas utilizadas.

O uso de métodos convencionais permitiu aprofundar temas de interesse e caracterizar com profundidade fatos e situações presentes em Piquiatuba. Os métodos participativos contribuíram para análise do contexto sob a perspectiva dos grupos da comunidade e facilitaram a participação dos mesmos no trabalho de pesquisa. A principal preocupação entre os agentes externos, incluindo extensionistas e pesquisadores, deve ser a consciência de que a participação não significa somente a aplicação mecânica e isolada de técnicas ou métodos ditos participativos, mas, ao contrário disso, parte de um processo de comunicação interativa entre os agentes externos e a população local (Pretty et al., 1995). Segundo esses mesmos autores, não há um conjunto de técnicas a ser aplicado, mas a adaptação das mesmas para os contextos específicos, com o cuidado de incluir três grupos básicos de métodos: entrevistas semi-estruturadas, (ii) diagramas e recursos visuais e (iii) métodos de “ranking” e “scoring”.

Os DRPs se propõem a tratar das necessidades e problemas concretos dos pequenos agricultores e comunidades rurais, principalmente através do emprego de

---

<sup>13</sup> O DRP surgiu no fim da década de 80, não como um estudo teórico, e sim da constatação empírica da ineficiência da pesquisa agrícola convencional e suas práticas de extensão. São amplamente utilizados em projetos de desenvolvimento rural na Índia e África e, mais recentemente, na América Latina (Blackburn, 1995). Tem como precursor os Diagnósticos Rápidos Rurais. Sua principal ênfase é na participação e geração de informações precisas com rapidez. É geralmente utilizado por agentes externos em projetos



técnicas e ferramentas participativas, com especial enfoque àquelas com orientação visual (Chambers, 1997). Estas técnicas possibilitam a participação de pessoas não alfabetizadas em espaços de discussão de forma equitativa (Shah, 1995). Além disso, os recursos visuais facilitam a compreensão de idéias, exposições ou sistemas mais complexos de entendimento (Chambers, 1992), como é o caso dos sistemas locais de apropriação e uso dos recursos. A elaboração de mapas, em especial, permite uma avaliação mais precisa da importância dos diferentes arranjos de posse no território da comunidade (Place & Swallow, 2000).

Embora o uso do DRP seja mais freqüente em diagnósticos e planejamentos participativos, alguns pesquisadores (Freudenberger, 1995; Freudenberger 1996) utilizam o DRP para identificar os sistemas tradicionais de posse dos recursos, enumerando uma série de ferramentas com potencial de uso para estudar aspectos institucionais de atividades de manejo florestal comunitário, como mapas, transectos, diagramas de “Venn”, histórias de vida, “ranking”, matrizes históricas, de recursos e conflitos.

Entretanto, os trabalhos desenvolvidos até então com DRP têm a tendência de buscar diferentes pontos de vista e reuni-los em uma mesma categoria (“a perspectiva dos comunitários”) (Chambers & Guit, 1995). Também não têm considerado a dimensão de gênero, e os poucos trabalhos que o fizeram respondem mais aos interesses dos pesquisadores, que ao método em si (Guijt, 1994).

Para superar essas deficiências utilizei a análise de grupos de interesse em Piquiatuba. Esse método envolve a análise das relações sociais entre os diferentes grupos, incluindo os conflitos existentes, relações de cooperação e formação de alianças. Auxilia os agentes externos (pesquisadores e extensionistas) a identificar uma variedade de grupos de interesse que podem ser afetados positivamente ou negativamente por projetos, e aqueles que podem ser “esquecidos”. Seguindo essa abordagem, esta pesquisa não buscou um consenso entre os moradores sobre os temas abordados. Ao contrário disso, preocupou-se em compreender os significados atribuídos pelos diferentes grupos e pessoas de Piquiatuba aos fatos, situações, processos e pessoas que fazem parte de suas vidas.

Os enfoques participativos estão baseados em noções de aprendizagem interativa, em que o conhecimento gerado pela ciência formal e pelos usuários locais interagem num processo de retroalimentação contínuo. Como resultado, desenvolvem-se de maneira diferente das utilizadas na pesquisa convencional. Envolvem os diferentes usuários, seus interesses e perspectivas, acesso a recursos, objetivos e necessidades específicas (Fernández & Rodríguez-Achung, 2000).

Em todo o trabalho de campo foram realizadas oficinas utilizando-se métodos participativos. Nestas oficinas, embora reunissem um grande número de participantes para ampliar o leque de informações, houve um cuidado em identificar os diferentes grupos e pessoas. Em seguida, com base em algumas variáveis sociais, incluindo parentesco, gênero, origem, poder e recursos relativos, alguns informantes-chave foram escolhidos e entrevistados para aprofundar e coletar informações mais precisas sobre temas específicos. Durante as entrevistas foram identificados outras pessoas que poderiam complementar os fatos ou que tinham pontos de vista diferentes. Essa abordagem permitiu identificar grupos e pessoas que possuem conflitos ou diferentes valores, sem criar constrangimentos.

Considerando que a comunidade de Piquiatuba possui uma forte tradição oral, priorizar recursos visuais nas oficinas poderia desconsiderar o valor das narrativas e das discussões. Assim na elaboração de mapas e calendários várias técnicas foram utilizadas, como entrevistas, histórias orais, histórias de vida e grupos de discussão.

O uso combinado de diferentes métodos permitiu a verificação cruzada das informações obtidas. Tanto a coleta das informações quanto a análise dos resultados seguiram os procedimentos da *triangulação*<sup>14</sup> (Denzin & Lincoln, 1994). A *triangulação* é um método que confere confiabilidade e validação convergente dos dados e informações, permitindo caracterizar de forma completa o contexto situacional da pesquisa. É particularmente apropriada para uso de métodos qualitativos na elucidação de aspectos circunscritos à pesquisa, quando o uso de um único método não seria suficiente (Todd, 1983).

---

<sup>14</sup> A *triangulação* é uma estratégia de pesquisa difundida na década de 60, aplicada principalmente na pesquisa social, especialmente na Pesquisa-Participante e em DRPs.

## **2.3 Trabalho de Campo**

A área de estudo e o tema de trabalho desta pesquisa estão relacionados com dois anos e meio da minha experiência profissional como coordenadora do Núcleo de Produção Agroflorestal do Projeto Saúde e Alegria (PSA), organização não governamental que apoia projetos de manejo comunitário, desde 1987, junto às comunidades da FLONA do Tapajós.

Embora a maior parte das informações contidas neste documento tenha sido obtida durante o trabalho de campo previsto no projeto de pesquisa, o entendimento mais abrangente e integrado dos temas abordados foi facilitado pela minha experiência anterior a este estudo na FLONA do Tapajós. Participei ativamente de todo o processo de definição fundiária da área de ocupação das comunidades da FLONA e das atividades de planejamento do Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7, entre 95 e 97, como representante do Projeto Saúde e Alegria e integrante do Grupo Gestor da FLONA do Tapajós.

Durante o trabalho de campo desempenhei um papel ativo no desenvolvimento das atividades, auxiliando os diversos grupos e pessoas nas oficinas de mapeamento, oficinas de elaboração de calendários, reuniões comunitárias e nas entrevistas.

Para resguardar a identidade dos participantes, omiti seus nomes na apresentação dos resultados, exceto em citações de entrevistas e na reconstrução do processo de ocupação da comunidade, que ao contrário de comprometê-los, valoriza-os como protagonistas de sua própria história, documentando fatos e pessoas importantes.

### **O trabalho de campo foi desenvolvido em três etapas:**

- Primeira etapa: março de 99: apresentação da proposta de pesquisa à comunidade de Piquiatuba e às instituições envolvidas no Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7.
- Segunda etapa: maio a julho de 99: (i) definição da estratégia inicial da pesquisa, (ii) levantamento do contexto fundiário e (iii) caracterização social da comunidade.
- Terceira etapa: setembro a novembro de 99: (i) caracterização dos sistemas locais de apropriação dos recursos e (ii) identificação de conflitos sobre regras de uso dos recursos.

#### **2.3.1 Unidades de análise**

Para efeito desta pesquisa considereirei três unidades de análise<sup>15</sup>: (i) grupos domésticos, (ii) núcleos familiares e (iii) comunidade. Essa divisão considerou as diferenças entre os moradores de Piquiatuba em relação à apropriação dos recursos e suas relações sociais. A análise dos *grupos domésticos* concentrou-se na divisão de trabalho e acesso e controle sobre os recursos, com ênfase nas relações de gênero. Os *núcleos familiares* foram analisados do ponto de vista de suas relações de parentesco, poder, sistemas de cooperação e conflitos. Para analisar as regras de uso dos recursos dos moradores de Piquiatuba em contraposição a grupos externos, incluindo comunidades vizinhas, grupos não residentes na FLONA e o IBAMA, utilizei a *comunidade* como unidade de análise.

### **2.3.2 Apresentação da proposta de pesquisa**

Antes de iniciar a pesquisa propriamente dita, o projeto de pesquisa foi apresentado e discutido, separadamente, com os moradores de Piquiatuba e com as instituições não governamentais diretamente envolvidas no Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7 (Projeto Saúde e Alegria, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra e duas associações intercomunitárias da FLONA do Tapajós). A apresentação da proposta teve por objetivo (i) definir a estratégia geral da pesquisa; (ii) identificar as principais dificuldades para o seu desenvolvimento e (iii) identificar as possíveis contribuições desta para o Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7 e iniciativas locais voltadas ao manejo dos recursos.

Os moradores de Piquiatuba (36 pessoas) manifestaram preocupação a respeito da aplicação prática da pesquisa e questionaram se a elaboração dos mapas poderia auxiliá-los na definição fundiária de suas terras. A seguinte pergunta de um morador resumiu essa preocupação: “*Será que esse mapa vai trazer algum tipo de benefício para a comunidade resolver a questão fundiária ou será mais um no fracasso?*” Comentei que a elaboração de mapas poderia ser um instrumento interessante para ajudá-los a reivindicar seus direitos à terra, enfatizando a necessidade de conjugá-los com outras medidas que envolvessem as demais comunidades da FLONA e as entidades de apoio. Após os

---

<sup>15</sup> Place & Swallow (2000) enfatizam que para efeito de trabalhos desta natureza (direitos de propriedade) várias unidades de análise devem ser consideradas.

esclarecimentos, os moradores apontaram suas expectativas com relação à contribuição da pesquisa para a comunidade: (i) apoio ao planejamento das atividades produtivas, como definição do local de abertura de roçados, aproveitamento de madeiras deixadas nos roçados e melhoramento das capoeiras; (ii) incentivo à adoção de medidas voltadas para a conservação dos recursos, tais como evitar a abertura de roçados na beira dos igarapés e das beiras de estradas, estabelecer regras de pesca, caça e queima de roçados e (iii) a regularização fundiária da área de Piquiatuba.

Segundo as instituições não governamentais, a pesquisa poderia contribuir para o Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7 em dois aspectos: (i) aumentar os conhecimentos dos técnicos extensionistas sobre os sistemas tradicionais de manejo dos recursos, contribuindo assim para o desenvolvimento dos “projecinhos comunitários” e (ii) apoiar metodologicamente os planos de manejo em cada comunidade. Também segundo a análise destas instituições, a maior dificuldade que a pesquisa poderia encontrar seria o envolvimento dos moradores de Piquiatuba na condução dos trabalhos, considerando que as expectativas dos comunitários são voltadas para projetos que trazem benefícios diretos e a curto prazo. Para aumentar a participação na pesquisa, sugeriram quatro propostas, que foram posteriormente adotadas: (i) discutir inicialmente a proposta da pesquisa com as lideranças comunitárias; (ii) apresentar posteriormente para um grupo maior de pessoas; (iii) criar uma comissão de trabalho para coordenar as atividades e (iv) desenvolver as atividades da pesquisa em cada núcleo familiar, separadamente. Além dessas sugestões para aumentar a participação, decidi dar mais ênfase na aplicação de técnicas visuais, especialmente na elaboração de mapas.

É evidente que toda proposta de “fora” levanta muitas expectativas, principalmente em se tratando de pesquisas como esta, que pretende auxiliar os projetos de manejo comunitário. Reforcei a natureza investigativa da pesquisa, diferente de um projeto de intervenção, que propõe e apoia ações concretas, salientando que os resultados da pesquisa poderiam contribuir principalmente para o planejamento de iniciativas locais e para o Projeto de Manejo Comunitário.

### **2.3.3 Estratégias gerais do trabalho de campo**

#### ***Comissão de trabalho***

Seguindo as sugestões acima levantadas, a proposta foi apresentada inicialmente a algumas lideranças da comunidade. Posteriormente, a um grupo de 38 pessoas em uma reunião comunitária. Durante a reunião, os participantes indicaram as pessoas que deveriam integrar a comissão de trabalho, incluindo representantes de seis grupos comunitários (grupo do barco comunitário, clube de futebol, grupo dos jovens, grupo das mulheres, grupo da igreja e a direção da comunidade).

Após cinco reuniões com a comissão de trabalho, discutindo os objetivos e atividades da pesquisa, decidiu-se que o planejamento desta não seria mais feito em grupo. Essa decisão partiu da dificuldade em reunir os representantes para discutir temas abstratos, como o objeto de estudo da pesquisa. A fase de planejamento da pesquisa não despertou motivação suficiente para que o grupo continuasse a se reunir. Diante deste fato, optou-se por fazer o planejamento gradativo e individualmente com cada integrante da comissão. Essa nova estratégia dificultou um pouco a visão geral da pesquisa, mas por outro lado, respeitou o ritmo natural das pessoas.

### ***Atividades por núcleo familiar***

Embora a comunidade esteja organizada em cinco núcleos familiares, as reuniões e oficinas restringiram-se aos núcleos da Vila de Piquiatuba e Vai-Quem-Quer. Os moradores da Vila dos Neves e do Leal reuniram-se com os moradores da Vila de Piquiatuba, tanto pela proximidade física como por participarem tradicionalmente de atividades comuns com este núcleo. Os grupos domésticos do Núcleo do Brejo não participaram da pesquisa, uma vez que mantêm vínculos mais estreitos com a comunidade vizinha, Marituba.

Em um período de cinco meses (julho a novembro) foram realizadas cinco reuniões no Núcleo Vai-Quem-Quer e seis na Vila de Piquiatuba, incluindo reuniões de discussões e oficinas de trabalho, coordenadas sempre por um integrante da comissão de trabalho, com meu suporte.



Figura 3 - Reunião no núcleo do Vai-Quem-Quer



Figura 4 - Reunião na Vila de Piquiatuba

A seqüência das reuniões seguiu uma progressão no sentido de temas mais simples e mais descritivos (ex: caracterização dos sistemas de produção) para temas mais complexos e polêmicos (ex: conflitos sobre o uso dos recursos). Nestas reuniões foram utilizados os seguintes recursos de apoio: (i) cartazes com fluxograma relacionando as atividades da pesquisa com os objetivos propostos; (ii) exposição dos produtos gerados em reuniões/oficinas anteriores, como mapas, calendários, fotos etc e (iii) projeção de “slides” com imagens dos moradores de Piquiatuba participando das oficinas de trabalho. Em todas as reuniões, as atividades já realizadas eram resgatadas, destacando-se os pontos de ligação com aquelas em andamento e com as que seriam realizadas futuramente, permitindo assim uma visão global e dinâmica do trabalho.

### ***Uso de técnicas e ferramentas visuais***

Quase todas as oficinas e reuniões foram acompanhadas de recursos visuais, dentre eles: (i) mapeamento, (ii) calendários de recursos, (iii) calendários de atividades, (iv) calendários de venda, compra e troca de produtos, (v) fotografias e (vi) projeção de “slides”. Dentre todos os recursos visuais, o mapeamento adquiriu uma importância especial na metodologia empregada. Facilitou a compreensão e a relação entre as atividades e temas propostos, servindo como elemento aglutinador e gerador de discussão. Na medida em que novas informações iam surgindo das oficinas de mapeamento, elas eram exploradas por técnicas complementares. A participação dos moradores de Piquiatuba em cada atividade, considerando sexo e faixa etária, é apresentada em um quadro resumo no final desta seção (Quadro 4).

## **2.3.4 Técnicas utilizadas**

### **A Técnicas convencionais da antropologia**

#### ***Entrevistas***

A despeito das contribuições das técnicas visuais para a compreensão e caracterização dos sistemas locais de apropriação dos recursos (visão integrada das situações, associações criativas, reforço dos conceitos e temas discutidos, estímulo à expressão subjetiva de fatos e temas), o uso de entrevistas foi fundamental para a pesquisa, auxiliando nas interpretações e conexões das informações levantadas. Para dar



maior realismo às situações descritas, apresento em várias partes do trabalho transcrições das entrevistas (as entrevistas foram gravadas com a permissão prévia dos entrevistados).

Por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente por outros métodos (Alves-Mazotti, 1998). Foram utilizadas durante todo o trabalho de campo e acompanharam o uso das demais ferramentas para aprofundar os temas de interesse. Quatro tipos de entrevistas foram utilizadas: histórias orais, histórias de vida, estruturadas e focalizadas<sup>16</sup>.

### ***Histórias orais***

Além da reconstrução de fatos históricos relacionados à comunidade, essa técnica de entrevista permitiu entender como as relações sociais entre os diferentes grupos domésticos foram sendo construídas ao longo do tempo. Também permitiu compreender como as estratégias locais de uso dos recursos acompanharam as políticas regionais de desenvolvimento.

As entrevistas foram direcionadas preferencialmente aos moradores mais antigos, embora tenham incluído alguns jovens e moradores de meia idade. Restringiram-se a poucas perguntas sobre origem e ocupação das primeiras famílias de Piquiatuba, relacionando-as com o contexto histórico no qual se inseriam. A cada nova informação eram feitas anotações para serem checadas posteriormente pelas pessoas mencionadas nas entrevistas. Essas informações permitiram a reconstrução histórica de Piquiatuba do ponto de vista de seus moradores, pois baseou-se muito mais na “história oral” do que propriamente no uso de documentos. As informações obtidas não necessariamente possuem uma “verdade histórica”. Para essa pesquisa o que importa é a forma pela qual as pessoas se reconhecem e constroem sua história e identidade.

---

<sup>16</sup> A entrevista focalizada é bastante livre, porém enfoca um tema específico. Requer habilidade do pesquisador para manter o foco do interesse temático sem conferir muita estruturação. A entrevista estruturada baseia-se em uma relação de perguntas fixas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados. É aplicada em casos em que os entrevistadores têm pouca experiência em técnicas de entrevista, como lideranças comunitárias (Gil, 1995).

### *Histórias de vida*

As entrevistas foram conduzidas de forma bastante informal em lugares que permitiam envolvimento e descontração, como casas de farinha, quintais e cozinhas das casas visitadas, permitindo assim que os entrevistados discorressem livremente sobre fatos e pessoas importantes em suas vidas. Esse método não direcionado permitiu explorar vários aspectos da vida dos entrevistados, levantando uma série de informações que posteriormente foram comparadas e complementadas com outras obtidas através da aplicação de diferentes técnicas, envolvendo outros moradores.

### *Entrevistas focalizadas*

Essas entrevistas focalizaram os seguintes temas: grupos comunitários, sistemas de cooperação, conflitos, sistemas de cultivo e uso dos recursos, caça e pesca. As entrevistas voltadas para os sistemas de cultivo e uso dos recursos foram conduzidas percorrendo regiões da comunidade, relacionando os elementos da paisagem observados com o tema em questão. As entrevistas sobre caça e pesca basearam-se em histórias de moradores que possuem grandes habilidades nestas atividades. As entrevistas sobre os grupos comunitários concentraram-se na formação e organização dos grupos, na divisão das responsabilidades e dos benefícios, bem como nos eventuais conflitos.

### *Entrevistas estruturadas*

As entrevistas estruturadas concentraram-se (i) na definição fundiária da área de ocupação das comunidades da FLONA do Tapajós; (ii) nas regras de uso dos recursos e (iii) nos conflitos envolvendo as comunidades vizinhas no uso dos recursos. As perguntas relativas à definição fundiária foram dirigidas às pessoas que participam de reuniões e fóruns voltados para esse tema, como agente de saúde, agente ambiental, delegado sindical, lideranças religiosas, direção da comunidade e da associação intercomunitária (ASMIPRUT). Já os dois outros temas (regras de uso e conflitos) foram dirigidos aos moradores em geral.

Tema	Relação de perguntas
(i) definição fundiária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Como você vê a questão fundiária da área das comunidades da FLONA?</i></li> <li>2. <i>Que tipo de atitude o IBAMA tem tomado?</i></li> <li>3. <i>Foram feitos acordos entre IBAMA e as comunidades?</i></li> <li>4. <i>Que tipo de acordo?</i></li> <li>5. <i>Esses acordos foram respeitados?</i></li> </ol>
(ii) regras de uso dos recursos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Existem regras para utilizar os recursos?</i></li> <li>2. <i>Que tipo de regras?</i></li> <li>3. <i>Como foram feitas essas regras?</i></li> <li>4. <i>Os moradores respeitam?</i></li> </ol>
(iii) conflitos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Existem conflitos entre Piquiatuba e as comunidades vizinhas, Marituba e Pedreira?</i></li> <li>2. <i>Que tipo de conflitos?</i></li> <li>3. <i>Como os moradores de Piquiatuba têm tratado desses conflitos?</i></li> </ol>

Quadro 1 – Relação de perguntas das entrevistas estruturadas

### ***Genealogia de Parentesco***

A genealogia de parentesco é um instrumento convencional da antropologia, muito utilizado para identificar os grupos domésticos de uma determinada comunidade e suas relações parentais (Augé, 1975). Os grupos domésticos de Piquiatuba foram identificados a partir das informações fornecidas por alguns informantes-chave, como moradores antigos, lideranças e em especial pelo agente de saúde, cujo trabalho exige visitas domiciliares mensais a todas as famílias da comunidade. Os nomes dos integrantes e progenitores das principais famílias foram registrados e organizados de forma esquemática em cartolinas. Com o “mapeamento” das relações de parentesco dos grupos domésticos ficou mais fácil entender os sistemas de cooperação que estes grupos estabelecem entre si, bem como os conflitos existentes.

### ***Observação participante***

Esta técnica permitiu meu envolvimento nas atividades diárias dos moradores de Piquiatuba, incluindo trabalhos nos roçados, processamento da mandioca nas casas de farinha, pescaria, coleta de palhas etc, bem como em alguns eventos locais, como festas, casamentos, cultos religiosos, jogos de futebol e reuniões comunitárias. Além de

contribuir para a coleta de informações, permitiu uma maior aproximação minha com os moradores de Piquiatuba.

### ***Análise de documentos***

Embora a pesquisa privilegie as informações obtidas pelos moradores, alguns documentos foram consultados para reconstituir situações passadas. Os documentos podem ser utilizados tanto como uma técnica exploratória, como para “checagem” ou complementação das informações obtidas em campo (Alves-Mazzotti, 1998). Foram consultados documentos pessoais, técnicos e oficiais, incluindo atas de reuniões, relatórios, livros, pareceres, termos de referência, jornais, revistas técnicas e projetos.

## **B Técnicas participativas**

### ***Oficinas de Fotografias***

Esta técnica é uma proposta minha para classificar as diferentes atividades realizadas pelos moradores de Piquiatuba, segundo a divisão sexual do trabalho. Para tanto, um grupo composto por 6 mulheres e outro por 8 homens foram orientados a fotografar trabalhos que são realizados com frequência em Piquiatuba. O grupo de mulheres fotografou trabalhos femininos e trabalhos que tanto homens como mulheres realizam. Seguindo a mesma lógica, o grupo dos homens fotografou trabalhos masculinos e também aqueles realizados por homens e mulheres. Foram destinados 4 dias para cada grupo fotografar.

As fotografias foram reveladas e expostas em uma mesa para que os integrantes dos dois grupos pudessem ver, manipular e se reconhecer nas situações fotografadas. Cada grupo, separadamente, dividiu as fotografias em três categorias: (i) trabalhos predominantemente femininos, (ii) trabalhos predominantemente masculinos e (iii) trabalhos que homens e mulheres realizam. Em seguida, os dois grupos se reuniram e compararam os resultados. Posteriormente acrescentaram em uma lista anexa outros trabalhos que não foram fotografados. Após a oficina as fotografias foram distribuídas para os participantes.

### ***Calendários de Atividades***

Os calendários de atividades constituem uma ferramenta importante para clarificar os períodos em que os moradores da comunidade passam por altos requerimentos de trabalho e aqueles em que estes são baixos. Foram construídos três calendários em seqüência às oficinas de fotografias, para assim aprofundar as discussões levantadas sobre a divisão de trabalho. Para construir os calendários, uma folha de cartolina foi dividida em doze colunas indicando os meses do ano (eixo  $x$ ). No eixo vertical  $y$  foram listadas as atividades citadas durante as oficinas de fotografias. Foram utilizados pequenos cartões quadrados coloridos para identificar os trabalhos realizados por adultos, e cartões triangulares para identificar os trabalhos realizados por crianças. Os cartões vermelhos simbolizaram os trabalhos femininos (mulheres e meninas) e os cartões azuis simbolizaram os trabalhos masculinos (homens e meninos).

Da mesma forma que as oficinas de fotografias, foram formados dois grupos, um composto por homens e outro por mulheres. Os dois grupos, separadamente, distribuíram os cartões nas cartolinas, indicando assim quem normalmente realiza as atividades em um determinado período. Logo em seguida houve um debate entre os participantes para identificar as diferenças e semelhanças entre os resultados, quanto à participação e responsabilidades nas atividades.

### ***Calendários de troca, doação, venda e compra de produtos***

Essa técnica permite entender melhor as estratégias utilizadas pelos grupos domésticos para aumentar a segurança alimentar. Os calendários foram direcionados a cinco mulheres, representando os núcleos familiares (Vai-Quem-Quer; Vila de Piquiatuba, Vila dos Neves e Leal).

As cinco mulheres registraram por 4 meses seguidos, em um calendário fixado na parede de suas casas, todos os produtos vendidos, comprados, doados, trocados e ganhados, bem como o destino, a data, a quantidade e o preço dos produtos. Os produtos foram representados por meio de desenhos com a finalidade de focalizar a atenção e facilitar os registros diários. Uma monitora local foi treinada para auxiliar as demais mulheres no preenchimento dos calendários.

### ***Mapeamento comunitário***

A proposta do mapeamento comunitário foi construir, junto com os moradores de Piquiatuba, um método simples e eficiente, capaz de fornecer informações úteis para o desenho de projetos que, ao mesmo tempo, combinasse técnicas convencionais de mapeamento com os conhecimentos locais sobre o uso e manejo dos recursos. A combinação destes dois tipos de conhecimentos, além de melhorar a qualidade das informações obtidas, promove a participação dos moradores em iniciativas de planejamento do uso da terra.

O mapeamento consistiu em uma seqüência de oficinas com objetivo de construir um mapa síntese da comunidade de Piquituaba em escala 1:10.000, combinando o uso de GPS (Global Position System) com mapas mentais. Estas oficinas envolveram moradores com diferentes percepções sobre a ocorrência e distribuição dos recursos no território da comunidade.

Esse método combinado de elaboração de mapas em escala tem grande potencial para o uso local de comunidades rurais: transformam as diferentes informações contidas nos mapas mentais em uma forma cartográfica. Ao mesmo tempo que satisfazem as necessidades locais, estes mapas são muito úteis para as negociações com agências externas. O uso de GPS para auxiliar a elaboração de mapas locais é relativamente mais barato, rápido e eficiente que outros métodos de levantamentos convencionais<sup>17</sup> de mapeamento. O GPS tem sido utilizado com sucesso para produzir mapas com acuidade/exatidão de 30-50 m (Poole, 1995).

O processo de elaboração do mapa síntese em escala incluiu três fases distintas: (i) a elaboração dos mapas mentais, (ii) a “oficina das bandeirinhas” e (iii) a reunião das informações obtidas nessas oficinas e no campo com o uso de GPS no mapa síntese propriamente dito. Segue abaixo a descrição destas fases:

---

<sup>17</sup> Os custos e as dificuldades em obter imagens de satélite boas em regiões com muitas nuvens e a baixa resolução, têm limitado seu uso para aplicações locais. Embora as fotografias possuam alta resolução, são bem mais caras. São apropriadas para o monitoramento detalhado de mudanças na vegetação arbórea. (Poole, 1995).

### *Mapas mentais*

As oficinas de mapas mentais foram dirigidas, separadamente, para homens e mulheres. Essas oficinas tiveram por objetivo: (i) identificar as diferentes percepções e conhecimentos dos moradores de Piquiatuba em relação aos recursos naturais, quanto à sua importância, ocorrência e distribuição no território da comunidade e (ii) identificar os elementos comuns e não comuns presentes nos mapas, a partir de uma análise comparativa entre os mesmos. Os mapas mentais revelam a percepção que os moradores têm sobre os recursos e a diferença entre os mesmos segundo idade, gênero, ocupação, origem etc (Poole, 1995).

Antes de iniciar as oficinas foi solicitado aos dois grupos (homens e mulheres) que representassem a comunidade livremente. Foram distribuídos cartolinas e lápis de cor. Os participantes da primeira oficina, dirigida aos homens, elegeram seis coordenadores de grupos, tendo como critério o grau de conhecimento sobre os recursos. Os demais participantes distribuíram-se aleatoriamente nos grupos, formando seis grupos com 4 pessoas cada, em um total de 24 participantes. Cada grupo elaborou um mapa mental. Na segunda oficina participaram 12 mulheres que decidiram produzir juntas um único mapa. No total foram produzidos 7 mapas mentais (6 produzidos pelos homens e 1 produzido pelas mulheres). Após a elaboração dos mapas cada grupo apresentou seu mapa, ressaltando os aspectos que consideravam mais importantes.

### ***Oficina das “bandeirinhas”***

Essa oficina empregou uma versão adaptada do método utilizado no mapeamento comunitário do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú (Oliveira & Anderson, 1999). Teve por objetivo identificar por grupo doméstico (família) a distribuição espacial das atividades produtivas na área da comunidade.

Inicialmente os mapas mentais, elaborados nas oficinas anteriores, foram expostos em varais para que os participantes pudessem observá-los e compará-los. Após a exposição, os grupos que os elaboraram reuniram-se novamente, e outras pessoas que não participaram integraram-se a eles. Os mapas mentais foram colocados em mesas apoiados por uma lâmina de isopor para facilitar a fixação dos alfinetes, nos quais foram

coladas bandeirinhas coloridas de papel. As cores das bandeirinhas indicavam diferentes atividades: amarela/roçado de mandioca; roxa/roçado consorciado com milho, feijão e arroz; verde clara/sítio; marrom/pasto; laranja/seringal; vermelha/local de caça mais distante; roxa com pintinhas/açaizais e verde escura/castanhais. Para cada família foi atribuído um número para identificar as suas bandeirinhas. Após a fixação das bandeirinhas nos mapas mentais, estas foram retiradas dos alfinetes e coladas aos mapas.

### *Mapa síntese em escala*

Foi criada uma comissão de trabalho composta pelos coordenadores de cada grupo dos mapas mentais. Essa comissão se reuniu três vezes para construir um mapa síntese na escala 1:10.000. Esse mapa reuniu os elementos contidos nos mapas mentais, nas “oficinas das bandeirinhas”, e as informações obtidas nas entrevistas. Para representar em escala todas essas informações, alguns pontos no campo foram georeferenciados com auxílio de um GPS (Garmin GPS 12). Para tanto, foram feitas caminhadas com os integrantes da comissão percorrendo os cinco núcleos da comunidade (Vai-Quem-Quer, Vila dos Neves, Vila de Piquiatuba, Leal e Brejo) e três regiões (Banco, Puracá e São Lourenço).

Para construir o mapa em escala, um jovem monitor com habilidade em desenho calculou a distância entre os pontos com o auxílio do GPS e, num exercício de triangulação, localizou-os utilizando uma régua. Em seguida os pontos foram interligados, dando contorno aos caminhos e igarapés que delimitam os cinco núcleos e as três regiões. Posteriormente esse mapa foi pintado em tecido para melhor conservação na comunidade. Para efeito de apresentação na dissertação o mapa original em escala foi reduzido e pintado pela autora.

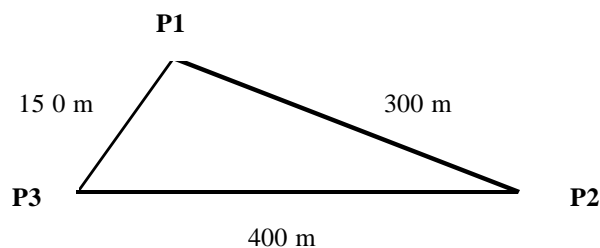


Figura 5 - Desenho esquemático ilustrando o exercício de triangulação



### *Oficinas dos problemas, potencialidades e alternativas*

Essa oficina foi uma primeira tentativa para identificar os principais problemas, potencialidades e alternativas de uso dos recursos na comunidade de Piquiatuba, já que foi realizada em uma única reunião e não em cada núcleo familiar.

O mapa síntese foi dividido em sete regiões incluindo os núcleos familiares e suas áreas de uso. A proposta inicial era apontar para cada região os problemas, potencialidades e alternativas de uso, separadamente por grupo, em cartolinas. Mas após uma consulta aos participantes, optou-se por trabalhar todos em conjunto, possibilitando assim uma visão geral e comparativa das regiões.

Após a identificação dos problemas, potencialidades e alternativas para cada região, foram listados, em outras cartolinas, os principais problemas e potencialidades, construindo duas matrizes: (i) matriz comparativa dos problemas e (ii) matriz comparativa dos potenciais. No eixo *x* foram identificadas as regiões e no eixo *y*, os problemas (para a matriz de problemas) e as potencialidades (para a matriz dos potenciais). Para pontuar os problemas e potenciais em ordem de gravidade e importância, respectivamente, foram utilizadas sementes. Quanto mais sementes mais grave o problema e maior o potencial da região em questão.

problemas	regiões da comunidade de Piquiatuba				
	A	B	C	D	E
1	.....	...	.	..	....
2	...	....	.....	.	..
3	.	.....	....	.....	..

Quadro 2 – Desenho esquemático da matriz de problemas

potenciais	regiões da comunidade de Piquiatuba				
	A	B	C	D	E
1	...	.....	.	.....	..
2	.	.....	...	.	.....
3	.....	..	.....	....	.

Quadro 3 – Desenho esquemático da matriz de potenciais

Técnicas/atividades	Participantes				
	homens	idade	mulheres	idade	total
História oral	4	idosos	2	idosos	<b>9</b>
	2	adultos	1	adultos	
Histórias de vida	4	idosos	2	adultos	<b>6</b>
Entrevistas estruturadas	10	adultos	8	adultos	<b>18</b>
Entrevistas focalizadas	20	adultos	15	adultos	<b>44</b>
	5	jovens	4	jovens	
Genealogia de parentesco	2	idoso	1	idoso	<b>6</b>
	1	adulto	1	adulto	
	1	jovem			
Oficinas de fotografias	10	adultos	7	adultos	<b>24</b>
	4	jovens	3	jovens	
Calendários de atividades	12	adultos	14	adultos	<b>33</b>
	4	jovens	3	jovens	
Calendários de produtos			5	adultos	<b>5</b>
Mapas mentais	20	adultos	10	adultos	<b>36</b>
	4	jovens	2	jovens	
“Oficina das bandeirinhas”	21	adultos	6	adultos	<b>35</b>
	6	jovens	2	jovens	
Mapa síntese em escala	6	adultos	1	adulto	<b>8</b>
	1	jovem			
Oficina de problemas, potenciais e alternativas	12	adultos	5	adultos	<b>22</b>
	3	jovens	2	jovens	
<b>TOTAL</b>	10	idosos	3	idosos	<b>246</b>
	114	adultos	75	adultos	
	28	jovens	16	jovens	
	<b>152</b>		<b>94</b>		

Quadro 4 - Participação local nas atividades de campo

jovens: pessoas com idade entre 15 a 25 anos

adultos: pessoas com idade entre 25 a 70 anos

idosos: pessoas com mais de 70 anos

OBS: algumas pessoas participaram de várias atividades

### 3 CONTEXTO FUNDIÁRIO

“ (...) Eu não sei o que o Governo pensa a respeito de nós, se ele acha que a gente não tem direito, se a gente é algum desvalido, mas que na verdade, a gente tem nosso direito como pessoas brasileiras, nativos, como povo tradicional da floresta e por esse direito nós temos que lutar. Muita coisa já foi feita, mas precisamos chegar ao ponto final, que é uma documentação na mão das comunidades, que dê garantia para esse povo de que a terra aqui é nossa, que vamos permanecer toda a vida, para nós e para nossa descendência.”

(morador da FLONA do Tapajós)

Desde a criação da Floresta Nacional do Tapajós em 1974, muitos conflitos ocorreram entre o antigo IBDF, atual IBAMA, e as comunidades residentes. Na época, o IBDF defendia que os objetivos de conservação eram incompatíveis com a permanência destas populações na FLONA, adotando uma política clara de expulsão. Embora o discurso oficial fosse pela conservação, a criação da FLONA do Tapajós, como a criação de outras áreas florestais de domínio público, foi fortemente motivada para garantir ao Estado uma reserva de madeira voltada para a exploração comercial<sup>18</sup>.

Do ponto de vista legal, para a implantação e regularização de qualquer Unidade de Conservação é preciso que a área em questão esteja livre de ocupações e/ou titulações. Para atender essas exigências, o antigo IBDF, iniciou, em 1978, um levantamento populacional dos núcleos familiares e das comunidades às margens do Rio Tapajós, a fim de iniciar um processo de desapropriação. Foi então que as populações destas comunidades tomaram conhecimento que suas áreas localizavam-se dentro dos limites da FLONA do Tapajós (IMAFLOA et al., 1996a).

---

<sup>18</sup> As FLONAs podem ser manejadas diretamente pelo governo ou podem ser concedidas, temporariamente, às instituições privadas ou de economia mista para a exploração de seus recursos.

Frente à determinação dos moradores em lutar por seus territórios tradicionais, em 1983, o antigo IBDF optou por excluir uma área de ocupação das comunidades dos limites da FLONA. A partir daí, as discussões e lutas voltaram-se para a delimitação desta área (Fatheur, 1997). Para isso, o antigo IBDF contratou os serviços topográficos do 8º Batalhão de Construção e Engenharia do Comando Militar da Amazônia (8º BEC). Com base no levantamento do 8º BEC, definiu uma área de 27.600 hectares para ser excluída. Esta área estendia-se da margem direita do Rio Tapajós até uma distância média de quatro a cinco quilômetros em direção à Rodovia Santarém-Cuiabá. Incluía duas partes: o local de moradias, escolas, igrejas e campos de futebol e demais áreas que compunham as sedes das comunidades e os lotes de 100 hectares para cada família, seguindo os moldes de assentamento convencionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (IBDF; FLONA do Tapajós citado por IMAFLORA et al., 1996a). Esta proposta, no entanto, não foi aceita pelos moradores das comunidades, que armaram-se com suas espingardas de caça e impediram continuação da demarcação dos limites pelo 8º BEC, paralisando os trabalhos topográficos.

*“O território das sociedades tradicionais, distinto daqueles das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das ‘unidades de conservação’, porque “não é usado por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas”* (Diegues, 1994).

Em contraposição à demarcação do IBAMA, as comunidades decidiram demarcar seus próprios limites. Para tanto, montou-se um esquema muito bem organizado, envolvendo os moradores de todas as comunidades para fazer um aceiro a uma distância de 10 km do Rio Tapajós. Essa decisão foi tomada a partir de diversas assembléias reunindo representantes de todas as comunidades da FLONA do Tapajós.

Esse limite ficou conhecido como o “pico dos 10 km”. Apesar das famílias

possuírem poucas áreas de trabalho (roçados, seringais, sítios e colônias) próximas aos 10 km, em razão da dificuldade de escoamento da produção e da existência de poucos igarapés, são nestas áreas distantes que os moradores praticam o extrativismo e encontram caça com maior abundância.

*“Naquela época, quando era o IBDF, a vontade dele era retirar todo o povo das comunidades. Antes disso o sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém já incentivava as comunidades a fazer um pico de 10 km para garantir a posse da área, porque eram poucas as famílias que tinham atividade na distância dos 10 km. Se naquela época as famílias tivessem feito sítios por lá, isso iria trazer mais vantagem de área para a comunidade, mas para isso precisava de estrada, carroça de boi para escoar a produção. Até os 5 km tem igarapé e estrada, mas para além, não tem”.*

*“A gente já pensou em fazer um cinturão, um plantio lá nos 10 km, se tivéssemos feito isso o próprio IBAMA já teria respeitado, logo via uma plantação de pimenta, de cupu, de qualquer coisa. O que aconteceu, o que foi feito, é que pessoas procuraram se localizar nas áreas mais próximas, até por causa das dificuldades, do transporte, se fossem 4, 5 ou 10 famílias para lá, iriam enfrentar muita dificuldade, não teriam como transportar seus produtos, na época não tinha estrada, era muito complicado”.*

Provavelmente o “pico dos 10 km” foi e ainda é a estratégia de apropriação e ocupação que mais mobilizou os moradores da FLONA do Tapajós em torno de uma causa comum. O “Pico dos 10 km” é muito mais que a concretização física de um aceiro separando o território das comunidades do restante da FLONA, representa uma bandeira de luta na conquista dos seus direitos à terra e manutenção de seus modos de vida.

Em alguns casos a ameaça externa tem sido um elemento essencial na afirmação dos direitos comunitários e na reconstrução de suas tradições (Diegues, 1995). Pessoas com “existência atomizada” unem-se para resolver problemas comuns, adquirindo “existência política”. Passam então a ser reconhecidos como atores sociais (Leroy, 1997).

A mobilização dos moradores da FLONA em torno da definição de uma área em

comum só foi possível com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Santarém, que na época tornou-se referência do movimento sindical no Brasil no combate às formas antidemocráticas do regime militar. Suas estratégias em defesa dos direitos das populações rurais de Santarém eram articuladas com movimentos sociais mais amplos, como Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Partido dos Trabalhadores (PT). Sua principal atuação era nos conflitos de terra, envolvendo comunidades do planalto, das várzeas e comunidades ribeirinhas. Incentivava a criação de delegacias sindicais, a participação em assembléias e encontros regionais, e a elaboração do histórico de posse em cada comunidade. Através deste histórico os moradores tomavam consciência que o direito à terra não se restringia somente às áreas de cultivo, como defendia o INCRA, mas compreendia áreas maiores que lhes garantissem seu modo tradicional de produção baseado na agricultura itinerante. (Leroy, 1991).

Em 1989, o IBAMA, com financiamento da Organização Internacional de Madeira Tropical (ITTO), elaborou um projeto de exploração madeireira industrial, destinando para tal fim uma área de 5.000 hectares dentro da FLONA, dos quais cerca de 1500 hectares sobrepuham-se à comunidade de Piquiatuba. Esse projeto, além de render divisas ao Estado, tem por objetivo servir como exemplo de manejo florestal para a região amazônica. Com a mesma determinação que as comunidades se opuseram aos limites impostos pelo IBAMA, por ocasião da demarcação pelo 8º BEC, os moradores da FLONA impediram a realização do inventário florestal do “Projeto do ITTO”, como ficou popularmente conhecido (IMAFLOA et al., 1996a).

Esse novo impasse motivou a criação, em 1993, de um Grupo de Trabalho da FLONA do Tapajós, coordenado pelo IBAMA, envolvendo organizações não-governamentais, como ONGs, sindicatos e associações e órgãos do governo e instituições de pesquisa. O principal objetivo do Grupo de Trabalho era realizar um levantamento sócio-econômico para subsidiar a definição do tamanho da área destinada às comunidades, bem como, a definição do modelo fundiário a ser adotado. O levantamento

foi realizado em fevereiro de 93 e apontou uma área de 60.376 hectares (IBAMA; MMA citado por IMAFLORA et al., 1996a). Apesar do mérito de ter envolvido várias instituições para conduzir o trabalho de levantamento, o mesmo foi realizado nos moldes convencionais, a partir da aplicação de questionários com pouca participação dos moradores da FLONA.

Somente em 95 o Grupo de Trabalho se reuniu novamente para tratar da definição do modelo fundiário e, após várias visitas de esclarecimento às comunidades, sugeriu três alternativas para serem votadas pelos moradores da FLONA: (i) a exclusão da área das comunidades dos limites da FLONA, (ii) a permanência das comunidades no interior da FLONA e (iii) em caso de opção pela exclusão, a criação de uma Área de Proteção Ambiental – APA. Em fevereiro de 1996, foram realizadas três assembleias comunitárias, cujos resultados favoreceram a proposta de exclusão da área das comunidades do interior da FLONA do Tapajós e criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Esse resultado refletiu claramente o descontentamento das populações em permanecer em uma área protegida de domínio público. Desde a criação da FLONA estas populações têm sido desrespeitadas em seus direitos. Quase todo o processo de definição fundiária foi envolto por um clima de conflito e tensão entre as mesmas e o IBDF/IBAMA.

Atendendo à reformulação do PPG-7 em bases participativas, em 1996 iniciaram-se as atividades do trabalho de Mapeamento Comunitário, coordenado pelo IMAFLORA<sup>19</sup>, ONG voltada para apoio de projetos e iniciativas de manejo florestal. Este trabalho teve como principal objetivo redefinir os limites das áreas ocupadas pelas comunidades da FLONA do Tapajós, utilizando métodos participativos. Foram produzidos 16 mapas comunitários a partir de interpretações de imagens de satélite. Os cálculos das áreas das comunidades foram feitos com base nas imagens de satélite, nos levantamentos de campo e nos dados do levantamento sócio-econômico, realizado em

---

<sup>19</sup> A intermediação do IMAFLORA no Projeto de Manejo Comunitário foi resultado da avaliação da Agência de Cooperação Alemã (GTZ) e Banco Mundial, que questionaram a capacidade institucional da entidades envolvidas no Projeto, especialmente do IBAMA, em se articularem e definirem uma estratégia comum, dado o histórico de conflitos entre as mesmas.

1994. Para a definição dos limites de fundo, conhecido como “pico”, considerou-se o acesso às “terras pretas de índio<sup>20</sup>”, áreas mais férteis, propícias para os cultivos de milho, arroz e feijão. Como o acesso a essas terras não é uniforme nas comunidades, o limite de fundo não seguiu uma linha reta e sim uma linha irregular que ficou conhecida como “pico torto”. Os resultados do Mapeamento Comunitário foram avaliados e, em alguns casos, ajustados segundo os critérios definidos em assembléias comunitárias. (IMAFLOA et al., 1996a).

Em maio de 1997, com o reinício das atividades do “Projeto ITTO”, o IBAMA convocou uma audiência pública em Santarém, sob pressão das comunidades da FLONA do Tapajós, para avaliar o Plano de Manejo e o Relatório de Impacto Ambiental do mesmo. Durante a audiência, as comunidades da FLONA, juntamente com algumas entidades de base e de apoio técnico, apresentaram um documento reivindicando: (i) a exclusão de uma área de 1.500 hectares (sobreposta à Piquiatuba) da área total a ser explorada pelo Projeto ITTO, (ii) reformulação do plano de manejo do Projeto ITTO e sua inserção dentro do Plano Diretor da FLONA do Tapajós e (iii) maior participação das comunidades na gestão da FLONA do Tapajós. Iniciou-se então uma série de reuniões, envolvendo as comunidades, diretores do IBAMA, instituições locais e internacionais ligadas às questões ambientais e sociais, para assim encontrar uma solução para a área de sobreposição e avaliar os procedimentos técnicos do Plano de Manejo do Projeto ITTO.

Paralelamente à avaliação dos procedimentos técnicos do Projeto ITTO<sup>21</sup>, as comunidades reivindicaram o comparecimento do presidente nacional do IBAMA a uma reunião na comunidade de Piquiatuba para solicitar a exclusão da área de sobreposição. Nesta reunião (21.08.97) o então presidente do IBAMA, Eduardo Martins, comprometeu-se publicamente em atender à exigência da comunidade e aproveitou a oportunidade para reiterar a proposta de conceder o título de concessão de uso real às

---

<sup>20</sup> Solos antropogênicos, com claros vestígios de ocupação humana, incluindo artefatos de cerâmica, restos de carvão e material lítico (Morán, 1990).

<sup>21</sup> Após muitas reuniões em Brasília, envolvendo Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), que representa mais de 300 entidades não governamentais junto ao PPG-7, criou-se uma comissão de especialistas para avaliar o Plano de Manejo e fazer recomendações em acordo com os critérios técnicos cientificamente reconhecidos para projetos de manejo florestal.



comunidades, mediante a apresentação de um Plano de Utilização<sup>22</sup>. Poucos dias depois, contrariando esse acordo, o IBAMA publica o edital de concorrência pública do Projeto ITTO para a área de 5.000 hectares, e um pouco antes que Ministério Público Federal concedesse a liminar à Ação Civil Pública para suspender o edital, o IBAMA revogou o mesmo<sup>23</sup>.

Após esse incidente, reinicia-se o processo de negociação entre IBAMA e comunidades, representadas agora pelo GTA, em relação às propostas e reivindicações apresentadas na audiência pública. Após muitas reuniões e pressões, o IBAMA resolve atender aos encaminhamentos aprovados na audiência pública.

O poder de argumentação e reivindicação da comunidade de Piquiatuba, em relação à área de sobreposição, deveu-se muito ao grau de organização interna, apoio de outras entidades e, sobretudo, à capacidade de apresentar propostas com respaldo técnico, apoiadas no trabalho de Mapeamento Comunitário. Essa iniciativa exemplifica como a instrumentalização das populações locais, a partir de métodos participativos de planejamento, pode colocá-las em “pé de igualdade” em situações de negociações com agentes externos, especialmente com o Governo.

O mapeamento tem sido utilizado com sucesso por populações locais como estratégias de negociação com agências externas para defender seus territórios tradicionais. Existe uma expressão específica para ilustrar o uso do mapeamento em tais estratégias: “*counter-mapping*”. Um exemplo clássico e pioneiro do uso político de mapas foi a luta dos Inuts para defender seus territórios na região da Colúmbia Britânica no Canadá no início dos anos 70, que de forma subsequente influenciou outros países, especialmente a América Latina (Poole, 1995).

---

<sup>22</sup> Até hoje tramita no Congresso Nacional um projeto de lei para a exclusão da área das comunidades do limite da FLONA, reivindicado pela população local desde 96.

<sup>23</sup> “uma malfadada tentativa em julho de 1997, por apenas 5 mil hectares na FLONA do Tapajós, foi embargada pela Justiça com base em tantas irregularidades que nem o próprio IBAMA, autor da licitação, achou conveniente tentar reverter aquela decisão e preferiu cancelar seu próprio edital” (Roberto Smeraldi, Jornal da Tarde, 4/2/98: “Desmatamento e Madeiras”).

Além da exclusão da área de sobreposição, a participação das comunidades na gestão da FLONA foi atendida através da criação do Grupo Gestor da FLONA do Tapajós, em 1997, reunindo vários setores governamentais e não governamentais da sociedade, incluindo as associações das comunidades e o sindicato rural dos trabalhadores de Santarém e de Belterra.

Paralelamente à elaboração do Plano de Utilização, instrumento legal exigido pelo IBAMA para conceder o Título de Concessão de Uso Real às comunidades da FLONA, o Grupo Gestor articulava-se para pressionar o INCRA e órgãos competentes para conceder o título coletivo definitivo da terra às comunidades. Para tanto o INCRA exigia que cada comunidade elaborasse seu plano de utilização e criasse sua associação comunitária.

Em dezembro de 97, na comunidade de Pedreira, foi aprovado o Plano de Utilização por uma assembléia composta por representantes das 21 comunidades da FLONA. Entretanto, representantes de 3 comunidades declararam, por ocasião da assembléia, que as implicações da proposta de concessão de uso não foram suficientemente discutidas e avaliadas em suas comunidades para tomarem qualquer decisão.

Atendendo a esses questionamentos, em dezembro de 97, a proposta de concessão de uso foi posta em discussão em uma assembléia na comunidade de Tauari, envolvendo os representantes de todas as comunidades da FLONA, as associações, as ONGs, os sindicatos e a Procuradoria da República. O principal descontentamento, apontado por alguns representantes comunitários, foi em relação às áreas definidas pelos levantamentos até então realizados: Levantamento Sócio Econômico de 94 e o Mapeamento Comunitário de 96, que, segundo eles, não contemplaram as necessidades reais de suas populações. Reiteraram também o desejo de excluir a área das comunidades da área da FLONA e receber o título definitivo de suas terras. Como encaminhamento ficou decidido a suspensão do Plano de Utilização até março de 98.

Vale ressaltar que o questionamento em relação ao tamanho da área destinada às comunidades era restrito a alguns representantes comunitários que, apoiados por integrantes da Comissão Pastoral da Terra, não apoiavam o trabalho de Mapeamento

Comunitário. A maioria dos representantes apoiava e defendia esse trabalho, como pode-se observar no comentário de um morador de Piquiatuba:

*"Para nós foi uma coisa muito importante quando falaram no mapeamento, nós participamos muito desse trabalho, e para nós se fosse feito como foi o mapeamento seria um sucesso, mas nada disso foi entrado em acordo com IBAMA. Hoje nós não sabemos mais o que aconteceu, isso não valeu de nada, até hoje nós esperamos por um limite da comunidade, uma demarcação, e não temos nada e não podemos dizer mais aquilo que é nosso. Eu não sei por que, da onde é que começou, por que é que a demarcação não tem nenhuma validade, não tem nenhum valor e não sabemos aonde é esse limite de terra".*

Com o questionamento dos procedimentos técnicos do Mapeamento Comunitário, adia-se novamente a definição da área de ocupação das comunidades. Há mais de vinte anos as populações residentes reivindicam o direito pela posse da terra. Entretanto, por dificuldades políticas e institucionais, pouco se tem avançado neste sentido. Mesmo assim, as comunidades da FLONA, organizadas em torno do sindicato dos trabalhadores rurais e das associações intercomunitárias, têm insistido no estabelecimento de acordos com o IBAMA para conseguir mais autonomia e direito sobre o uso dos recursos. Segundo depoimentos de algumas lideranças da FLONA, muitos comunitários estão com suas expectativas frustradas por não entenderem a dificuldade em resolver a situação fundiária de suas áreas.

*"Olha, o que nós estamos vendo no momento é um total desinteresse por parte do governo, do IBAMA, da União, daqueles que têm poder de dar uma documentação para as nossas comunidades. Desde o ano passado, desde setembro, que há promessa de assinar a documentação da concessão de uso, e de lá para cá, a gente já fez várias reuniões, só que até no momento, nada foi feito e eu não sei qual é o pensamento do Governo. Só o que eu tenho a dizer é que o Governo não tem interesse em resolver o nosso problema da questão fundiária, isto está claro, até porque a gente sabe que no*

*início, o pensamento do Governo foi colocar a gente para fora daqui, por resistência nossa, nossas organizações, nós não saímos. Mas continua no descaso, isso aí para nós, deixa a gente um pouco irritado, insatisfeito com essa indecisão do Governo. Eu não sei o que o Governo pensa à respeito de nós, se ele acha que a gente não tem direito, se a gente é algum desvalido, mas que na verdade, a gente tem nosso direito como pessoas brasileiras, nativos, como povo tradicional da floresta e por esse direito, nós temos que lutar. Muita coisa já foi feita, mas precisamos chegar ao ponto final, que é uma documentação na mão das comunidades, que dê garantia para esse povo de que a terra aqui é nossa, que vamos permanecer toda a vida, para nós e para nossa descendência.”.*

Em junho de 98 é firmado o Termo de Ajustamento de Conduta entre IBAMA e Ministério Público Federal, declarando que o uso e manejo dos recursos naturais da FLONA do Tapajós é de prioridade das populações residentes, reforçando assim a proposta de concessão de uso.

Diante desse novo fato, o IBAMA defende que a definição da área de ocupação das comunidades não é mais necessária, argumentando que proposta de concessão de uso é mais vantajosa que a proposta de exclusão para as comunidades. Insiste, portanto, que a existência de um “pico”, aceiro que separa a área das comunidades do restante da FLONA, não deve ser mais mantido regularmente pelas comunidades.

No entanto, essa postura do IBAMA gerou grandes insatisfações entre os moradores das comunidades e lideranças comunitárias, que reivindicam há mais de 20 anos a delimitação de suas áreas, como garantia aos seus direitos de propriedade e à manutenção de seus modos de vida. Dentre os princípios elaborados por Ostrom (2000), a definição clara dos limites dos recursos constitui um dos principais incentivos para que as comunidades protejam seus recursos de ações externas, incluindo ações do Estado.

*"O acordo do IBAMA é que a gente não pode fazer limite, pico, porque o IBAMA diz que se nós fazemos o pico, nós estamos fazendo uma barreira entre a comunidade e o IBAMA. Sem o pico, o IBAMA diz que podemos entrar na FLONA e tirar o que tem lá e com o pico nós não podemos. Só que a gente não aceita esse acordo, porque queremos*

*defender o que é nosso, separar nossas áreas da área do IBAMA. Todo ano, a gente limpava nosso pico, fazia nosso limite e agora ninguém pode mais fazer isso?”.*

*“(...) Os caçadores de fora também entram ali na região do Igarapé do Branco pra caçar e a gente daqui da comunidade nem pode fiscalizar porque não tem um pico que define o limite de área da comunidade e a área da FLONA, mas até hoje o IBAMA é contra que a gente faça esse limite dos 10 km, se tivesse esse limite a gente ia plaquear dizendo que aqui é a área da comunidade de Piquiatuba e é proibido a entrada de caçadores e gente de fora. Mas não, entra na floresta e não se vê nenhum pico, nenhuma placa, tem nada (...)”.*

O clima de descontentamento e insatisfação em torno da proposta do IBAMA contribuiu para que as associações intercomunitárias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra e as lideranças comunitárias “voltassem” a defender a proposta do “pico dos 10 km”, em vez do “pico torto”, proposto pelo Mapeamento Comunitário. Outras razões também contribuíram para a retomada do “pico dos 10 km”, dentre elas: (i) o não reconhecimento do trabalho do Mapeamento Comunitário pelo IBAMA, que se sentiu ameaçado em suas atribuições e competência, (ii) o questionamento feito por algumas comunidades em relação ao tamanho de área proposta pelo Mapeamento, o que levou o Procurador da República, visto pelas comunidades como defensor das causas populares, a não defender claramente tal proposta, (iii) a não apropriação mais direta da proposta do “pico torto” pelos moradores da FLONA, por ter sido discutido apenas pelas lideranças, e (iv) a conotação de resistência e luta que o “pico dos 10 km” carrega, desde as épocas de enfrentamento mais direto e intenso entre as comunidades e o antigo IBDF em torno da definição fundiária.

Em função das incertezas sobre a definição fundiária de suas áreas, algumas comunidades da FLONA do Tapajós estão resgatando costumes e tradições ancestrais para reivindicar, com apoio da CPT de Santarém, a demarcação das mesmas nos moldes das áreas indígenas. No entanto, esta estratégia não é consenso entre as comunidades da FLONA do Tapajós que, embora reconheçam suas origens indígenas, possuem uma

trajetória política junto ao movimento social e ambiental, especialmente ao lado do sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém e Belterra e das ONGs locais, que lhes proporcionou uma dimensão mais ampla da sua identidade. Hoje em dia, muitas populações têm reconstruído sua identidade social em função do não reconhecimento de seus direitos territoriais<sup>24</sup>, como os quilombolas do Trombetas e os caiçaras do litoral paulista. Estas populações têm contado com o apoio de entidades não governamentais, com forte enfoque social (Diegues, 1994).

Em 1999, o IBAMA imprimiu o Plano de Utilização no formato de cartilha e distribuiu alguns exemplares no primeiro treinamento dos agentes ambientais<sup>25</sup>. Sem consultar as comunidades, associações ou as instituições do Grupo Gestor, o texto original do Plano foi alterado em relação (i) ao seu tempo de vigência (o texto alterado não inclui a concessão de uso como alternativa provisória à proposta de exclusão, como originalmente foi proposto) e (ii) à autonomia das associações intercomunitárias na fiscalização das práticas de uso dos recursos, especialmente em relação à retirada de madeira e à abertura de roçados (no texto alterado a autonomia das associações foi diminuída).

*“ (...)Nós não aceitamos que a concessão seja permanente, queremos que seja como está escrito no Plano de Utilização, onde diz que a concessão é até no momento de excluir a área. Agora a gente está até pensando em outro tipo de unidade como o Projeto de Assentamento Agroextrativista, administrado pelo INCRA, com título coletivo e também parece que isso é mais viável do que estar na mão do IBAMA (...)”.*

---

<sup>24</sup> Estas populações experimentam, através de suas lutas e reivindicações pela afirmação sobre o território, a recuperação de sua identidade. “Grupos que revivem suas tradições étnicas, têm recriado na memória seus saberes tradicionais, reinventando para o presente formas de fazer política, atando passado e presente, saberes sobre a natureza e tradições” (Castro, 2000).

<sup>25</sup> Os agente ambientais foram criados pelo IBAMA em 1999 para atender às demandas do programa Vigilância e Fiscalização do Projeto PPG-7 na área das comunidades da FLONA. Na época, houve pouco esclarecimento a respeito de suas funções e responsabilidades, e pouca discussão em torno da escolha dos mesmos.

*“ (...) A população da FLONA está muito contra às emendas do Plano de Utilização, porque desse jeito que está agora, tira a liberdade das comunidades, trazendo tudo para debaixo dos pés do IBAMA, ficando as comunidades totalmente submissas, então não vamos aceitar esse Plano, porque bem dizer é uma afronta contra os direitos de uma pessoa que nasce, vive e até morre dentro de uma área, como é a população tradicional da FLONA. Um pessoal que era acostumado a trabalhar de forma livre e depois de velho, ficar laçado pelos pés? Não está certo (...).”*

*“(...) Olha, o Plano de Utilização foi aprovado aqui em Pedreira no dia 5 de dezembro de 97, onde estava as comunidades da FLONA todas representadas e foi aprovado o Plano em assembléia. Um Plano muito bom para se cumprir, para se preservar, para se manter aquilo que nós ainda temos. Só que até no momento, já houve uma outra elaboração de uma outra cartilha do Plano e foram feitas algumas emendas no próprio Plano, sem consulta das comunidades, sem consulta das organizações, que fazem parte do Grupo Gestor, principalmente as Associações e o Sindicato. Essas emendas, nós principalmente da ASMIPRUT, não estamos concordando, porque com essas emendas, as comunidades vão ficar quase que totalmente submissas ao IBAMA, a gente observa na cartilha que é do começo ao fim, a palavra IBAMA, IBAMA, IBAMA, então isso tira a autonomia das comunidades. Então neste caso nós não vamos aceitar qualquer emenda sem discussão com as comunidades, queremos cumprir sim aquele Plano que foi aprovado, discutido com as comunidades e assinado pelo procurador, mas qualquer emenda que venha ser feita sem a nossa participação, sem a nossa consulta, eu acho que nós não devemos aceitar (...).”*

Após várias contestações em relação às alterações do Plano de Utilização, o IBAMA “voltou atrás” e , em dezembro de 99, uma advogada do IBAMA e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra visitaram todas as comunidades da FLONA do Tapajós para discutir e aprovar algumas alterações, mais de cunho operacional que de direitos e responsabilidades sobre a gestão dos recursos.

Também no ano de 1999, contrariando as decisões tomadas em conjunto com as comunidades da FLONA, o IBAMA, com apoio técnico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) de Belém, elaborou uma nova versão do mapa da FLONA do Tapajós, indicando um novo limite para a área das comunidades (Figura 6), sem novamente consultar as comunidades. O novo mapa não considera os limites indicados pelo trabalho “Mapeamento Comunitário” e tampouco o “pico dos 10 km” defendido pelas comunidades.

Para não provocar novos questionamentos quanto aos limites apontados pelo novo mapa, claramente menores, e principalmente para “abafar” a opção das comunidades pela exclusão de suas áreas dos limites da FLONA do Tapajós, o IBAMA insiste em reafirmar que não há mais necessidade de se impor limites entre essas duas áreas - comunidades e restante da FLONA - como estabelece o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 1998.

Essa postura fica bastante evidente quando o IBAMA, juntamente com o escritório regional do ProManejo, incentiva a implementação de um projeto de manejo florestal comunitário, com ênfase na exploração de madeira, em uma mesma área, fora dos limites de ocupação das comunidades, ou seja, para além dos 10 km. Esta proposta única - manejo florestal - desconsidera os princípios de individualização dos “projetinhos comunitários”. Estes “projetinhos” foram elaborados em uma série de oficinas de trabalho, envolvendo os representantes comunitários da FLONA do Tapajós, durante o trabalho de Mapeamento Comunitário. Tinham como princípio considerar as condições e as necessidades de cada comunidade, através da implementação de projetos específicos (manejo florestal, sistemas agroflorestal e criação de pequenos animais) em cada uma delas. Essa nova proposta de projeto, além de não considerar as especificidades de cada comunidade, retira de seus moradores o controle sobre o mesmo, deslocando-o para uma área que não a consideram como sua.

Em seqüência a Figura 6, segue um quadro resumo do histórico fundiário da FLONA do Tapajós (Quadro 5).





### HISTÓRICO FUNDIÁRIO DA FLONA DO TAPAJÓS

- 1974: criação da FLONA do Tapajós por um Decreto-Lei Federal.
- 1978: o antigo IBDF realiza um levantamento populacional para desapropriação. Comunidades resistem com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.
- 1983: levantamento topográfico pelo 8º BEC. Em contraposição à demarcação do antigo IBDF, as comunidades demarcam seu próprios limite, o “pico dos 10 km”.
- 1989: “Projeto ITTO”.
- 1993: GT-FLONA realiza o levantamento sócio-econômico.
- 1995: as comunidades, através de votação, decidem pela exclusão de suas áreas dos limites da FLONA do Tapajós.
- 1996: Mapeamento Comunitário propõe o “pico torto”.
- 1997: elaboração dos “projetinhos comunitários”/ Audiência Pública questionando o “Projeto ITTO” e participação na FLONA/Criação do Grupo Gestor da FLONA/ aprovação do Plano de Utilização.
- 1998: Termo de Ajustamento de Conduta. IBAMA reforça a proposta de Concessão de Uso e questiona a necessidade de delimitar uma área de uso para as comunidades.
- 1999: novo mapa apresentado pelo IBAMA, com limite inferior ao “pico dos 10 km”.
- 2000: Proposta de projeto único de manejo florestal fora da área das comunidades.

Quadro 5 – Resumo do histórico fundiário da FLONA do Tapajós

## 4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE PIQUIATUBA

*“(...) Quando passamos para Piquiatuba, em 1912, eu sou de 1908, já existia um homem chamado Miguel Alves, filho de português, pai do Procópio, ele morava perto da sede de futebol, hoje só tem o alicerce, tinha quatro salas e uma varanda, era uma casa muito bonita. Esse homem, o Miguel Alves, veio de Pinhel, tinha muito gado e era um comerciante. Então como ele tinha mercadoria, precisava de empregados, que eram só mulher, porquê naquela época, homem quase se não tinha, essa minha avó era empregada dele e mais outras mulheres que já moravam por aqui (...)”.*

(morador mais antigo de Piquiatuba)

Em meados do século XIX, foram descobertos seringais no Tapajós, sobretudo no Alto Tapajós em direção ao Mato Grosso. Até a última década do século XIX, o Tapajós manteve-se como uma das principais regiões produtoras de borracha do Baixo Amazonas. Isso permitiu que os moradores das várzeas e das beiras dos rios da região passassem a abastecer de mandioca e pescado a população voltada para o extrativismo da borracha. Foi na virada do século retrasado que se definiu a ocupação das várzeas e das beiras dos rios da região do Tapajós (Leroy, 1991), embora a origem das populações caboclas da região do Tapajós remonta ao processo de miscigenação entre os portugueses e povos indígenas<sup>26</sup>, iniciado em meados do século XVII (Ribeiro, 1995).

---

<sup>26</sup> Antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas do Tapajós mantinham-se em aldeamentos com milhares de habitantes (Ribeiro, 1995).

O modo de vida das populações ribeirinhas da FLONA do Tapajós até hoje é fortemente marcado pela cultura dos povos indígenas que habitavam a região do Tapajós, incluindo o patrimônio tecnológico, conhecimento do ambiente, hábitos alimentares e atividade agrícola, baseada na agricultura itinerante.

Em Piquiatuba, embora alguns grupos domésticos<sup>27</sup> já se encontrassem estabelecidos, foi com a chegada do Sr. Miguel Alves, no início do século passado, que os moradores reconhecem como o início da formação da comunidade. Com a sua chegada, o comércio de produtos extrativistas se intensificou, as pessoas passaram a ser remuneradas e o trabalho nos seringais demandou mão-de-obra de comunidades vizinhas e da região, aumentando expressivamente o número dos grupos domésticos em Piquiatuba. Sr. Miguel Alves casou-se com a filha de uma antiga moradora de Piquiatuba e tiveram três filhos: Procópio Antônio, Benedito e Maurícia. Segundo os moradores, Miguel Alves era empregado de um grande comerciante e dono de muitos seringais na região do Tapajós. Segue abaixo um trecho de entrevista do Sr. Milton, neto do Sr. Miguel Alves:

*“(...) Seo Jacó era o patrão do vovô e do papai, no tempo da primeira guerra mundial. Ele era dono de um armazém em Boim (comunidade na margem esquerda do Tapajós), ele comprava muitas mercadorias para trocar com a produção que os seringueiros, empregados dele, faziam aqui no Tapajós. O Navio vinha de Belém e fazia embarcação de muita borracha em Boim. Naquele tempo, não era só borracha, era jutaí-cica, pele de caça, tudo naquele tempo era vendido. Naquela época as contas eram feitas naqueles papéis de embrulho, colocavam na coxa deles e escreviam com lápis. Eles falavam assim: olha deu tanto a sua produção, o que tu queres? Dinheiro eles não davam não,*

---

<sup>27</sup> O grupo doméstico (*household* ou *domestic group*) deve ser claramente distinguido da família nuclear ou extensa. Família nuclear é formada essencialmente por um por um casal e seus filhos. Família extensa, resulta da extensão, no tempo e por intermédio de laços matrimoniais, das relações entre pais e filhos. Ela corresponde idealmente, ao grupo formado por um casal e as famílias conjugais de todos os seus descendentes. O grupo doméstico é uma unidade de residência, de produção e consumo, quer dizer, uma unidade que se define em função de outros critérios que não os de parentesco ou das alianças matrimoniais. O grupo doméstico pode ser composto de pessoas entre as quais não existe nenhum laço de parentesco ou, pelo contrário, pode reunir várias unidades familiares. O grupo doméstico abrange todo grupo residencial, podendo incluir a família (nuclear ou extensa). A família, ao contrário do grupo doméstico, não implica necessariamente na coabitação; continua a existir mesmo que seus membros residam separadamente

*eles só davam mercadoria em troca, todo o tipo de mercadoria, como espingarda, munição. Não davam notas pra gente guardar não, davam só aquelas notinhas, que com quatro a cinco meses sumiam tudo, e o que guardavam o cupim devorava, acabava com tudo, mas Graças a Deus, papai conseguiu comprovar seu trabalho e foi aposentado como soldado da borracha, ele hoje recebe dois salários mínimos (...)*”.

O sistema predominante de comercialização de produtos extrativistas na região do Tapajós iniciava com a venda individual da produção pelo comunitário para um comprador na comunidade. Este revendia ao regatão, que passava de barco, a cada mês, nas comunidades recolhendo a produção. O regatão, por sua vez, vendia a produção para o comerciante que, em geral, se estabelecia nas cidades da região. Destas cidades a produção seguia para um comerciante de maior porte ou para um exportador de Belém. No caso de Piquiatuba era o Miguel Alves quem recebia a produção dos moradores da comunidade e a revendia para o Sr. Jacó. Naquele tempo, a economia de Piquiatuba era regida pelo sistema de “aviamento”<sup>28</sup>, como em tantas outras regiões da Amazônia.

*“Naquele tempo, o patrão era forte mesmo, tirava mercadoria e largava aí pra família, aí a gente ganhava a matona, passava de mês, baixava sábado, era aquele movimento medonho em Piquiatuba, aí segunda feira tocava de volta pra mata. Retirava muita massaranduba, jutaí-cica, breu sucuíba, copaíba. Meu pai trabalhava de dois meses dentro da mata, quando ele baixava era com 12 latas de copaíba, aí vendia para o Seo Manuel Peixoto, ele morava aonde é hoje o colégio, lá era a casa dele, de Piquiatuba ele fazia exportação pro patrão dele”*.

---

(Augè, 1978).

<sup>28</sup> Neste sistema os empregados recebem como pagamento pela entrega de produtos de origem extrativista, como óleos, borracha e pele de animais, produtos industrializados de primeira necessidade nas mercearias e barracões do patrão. É um sistema injusto, pois os produtos industrializados possuem um preço aviltante, enquanto que os produtos extrativistas possuem pouco valor, deixando os empregados sempre endividados (Dean, 1989).

Com o declínio da exploração da borracha, a partir de 1915, muitos projetos de implantação de seringais foram paralisados na região do Tapajós. Somente nos anos 40, com o bloqueio dos seringais asiáticos na Segunda Guerra Mundial, a borracha brasileira voltou a liderar o mercado internacional<sup>29</sup>, suprindo as necessidades dos exércitos aliados (Dean, 1989). Foi com esse novo estímulo que Pedro Veloso, genro de Miguel Alves, no início dos anos 50, implantou um grande seringal (cerca de 25.000 pés) no alto de uma serra, com financiamento do *Banco de Crédito da Amazônia S.A.*<sup>30</sup>. O trabalho no seringal empregou muitos moradores de Piquiatuba e da região, dentre eles, Pedro Peloso, Adalberto Assunção Pinto e Raimundo Fonseca. Alguns deles, mais tarde, conseguiram se aposentar como soldados da borracha.

#### 4.1 Núcleos Familiares

A partir dos anos 70, com a queda dos preços dos produtos extrativistas<sup>31</sup>, a economia local, que antes era voltada para produtos de exportação, passou para a economia de subsistência do tipo fechada, baseada em várias atividades produtivas, como a pesca artesanal, caça, extrativismo vegetal, cultivo de mandioca brava e de culturas anuais. O trabalho é do tipo familiar com algum grau de divisão interna de responsabilidades. Em algumas ocasiões ocorre cooperação entre grupos domésticos para realização de trabalhos.

---

<sup>29</sup> O Brasil chegou ao auge de produção de borracha em 1912 (43.370 t), mas em 1915, com uma produção de 37.220 t, já estava definitivamente suplantado pela Ásia.

<sup>30</sup> Em 1942, o Governo Federal criou o *Banco de Crédito da Borracha S.A.* com o objetivo de aumentar rapidamente a produção de látex voltada às demandas da Segunda Guerra Mundial. Cinco anos após a Guerra, em 1950, com o declínio da borracha, o *Banco de Crédito da Borracha S.A.* se transformou no *Banco de Crédito da Amazônia S. A.*, ampliando seu raio de ação, ao lado da continuidade do seu apoio à produção de borracha. Em 1966 passou a denominar-se *Banco da Amazônia S.A.* – o BASA, para dinamizar e diversificar ainda mais as atividades da Amazônia, atraindo investidores privados, nacionais e estrangeiros. (Ianni, 1979).

<sup>31</sup> Segundo os exportadores do Baixo Amazonas, o declínio do mercado de produtos extrativistas se deu em função da intervenção do antigo IBDF, que passou a proibir a extração destes produtos e do desenvolvimento tecnológico de produtos sintéticos que passaram a concorrer com os produtos da região. Do ponto de vista de alguns moradores da FLONA, atribuíram o declínio à criação da FLONA do Tapajós em 1974 (Gonçalves, 1998).

Atualmente, a comunidade de Piquiatuba possui entorno de 75 grupos domésticos que pertencem basicamente a cinco núcleos familiares (Vila de Piquiatuba, Vila dos Neves, Vai-Quem-Quer<sup>32</sup>, Leal e Brejo) e exercem suas atividades produtivas em três regiões de trabalho (Banco, Puracá e São Lourenço) (Figura 7).

Os grupos domésticos da Vila de Piquiatuba e Vila dos Neves mantêm suas moradias próximas ao Rio Tapajós. Os outros três núcleos familiares, menores e mais recentes, se localizam no interior da mata em localidades chamadas de “Vai-Quem-Quer”, “Leal” e “Brejo” (IMAFLOA et al., 1996a).

Os moradores do núcleo do Vai-Quem-Quer e da Vila dos Neves pertencem a Igreja da Paz e os demais à Igreja Católica. Em cada núcleo familiar os grupos domésticos se articulam em torno de uma ou duas famílias. Grupos domésticos com laços de parentesco frequentemente possuem territórios específicos sob seu controle, podendo restringir esse direito a outros grupos (Fortmann, 1985).

As duas maiores famílias de Piquiatuba, Alves e Neves, (Figuras 8, 9 e 10) são representadas por: (i) Procópio Antônio Alves (filho de Miguel Alves), (ii) Manuel Castro Neves e (iii) Taumaturgo Castro Neves (ex-empregado de Miguel Alves). Os membros destas três famílias possuem entre si laços de parentesco.

Alguns núcleos familiares, concentram suas áreas de trabalho em outras regiões, conhecidas por Banco, Puracá e São Lourenço. A ocupação da região do Banco iniciou-se com implantação de um grande seringal (cerca de 25.000 pés) no alto de uma serra, de propriedade do genro do Sr. Miguel Alves. Esse seringal foi implantado com o financiamento do Banco do Brasil. Por essa razão, até hoje, é conhecida por Banco.

---

<sup>32</sup> Os moradores do Vai-Quem-Quer, há poucos anos atrás, mudaram o nome do núcleo para Bom Jesus, por considerarem o antigo nome pejorativo. Entretanto, os moradores dos outros núcleos continuam se referindo ao núcleo pelo nome antigo.

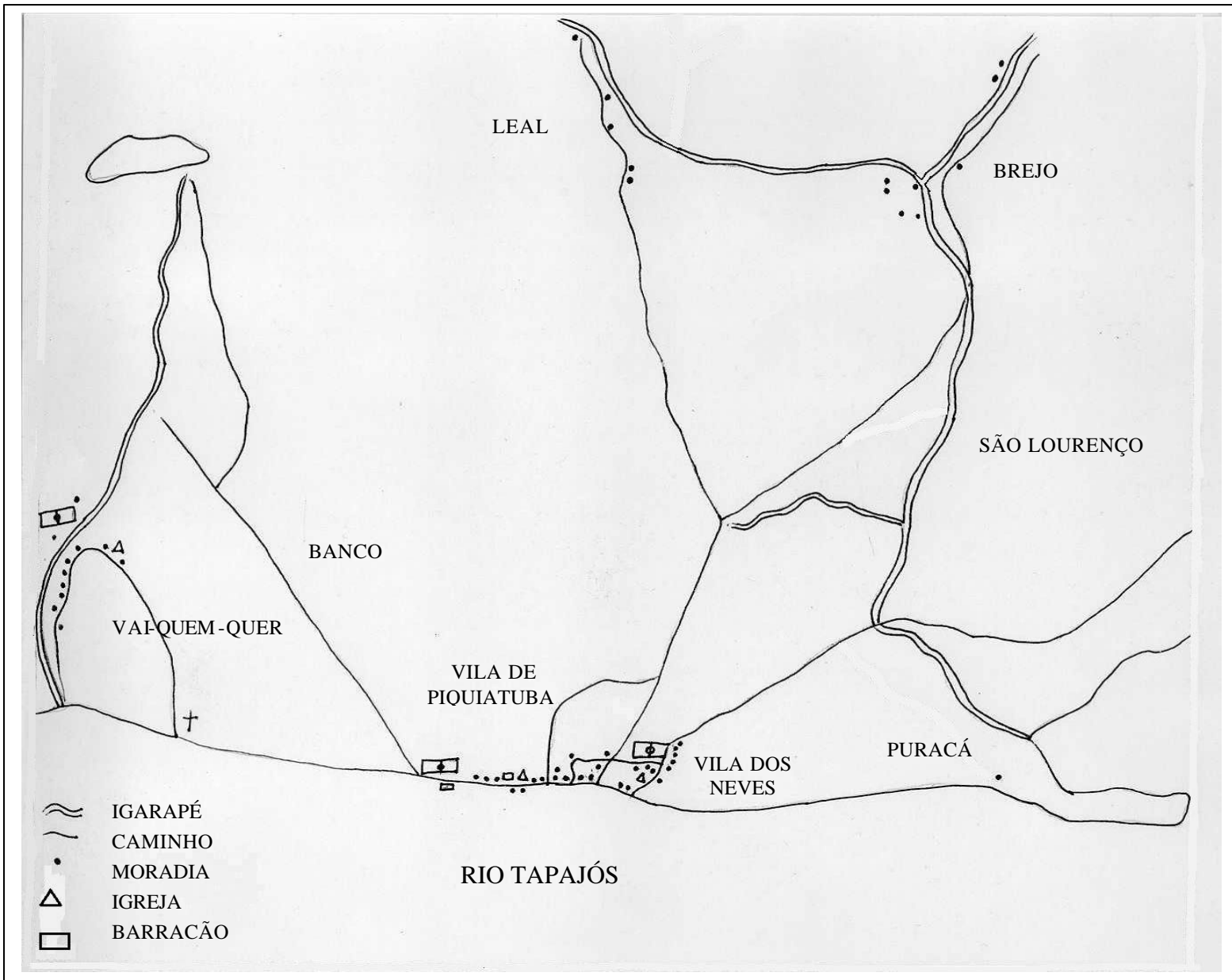


Figura 7 – Mapa de Piquiatuba com os núcleos familiares e regiões de trabalho



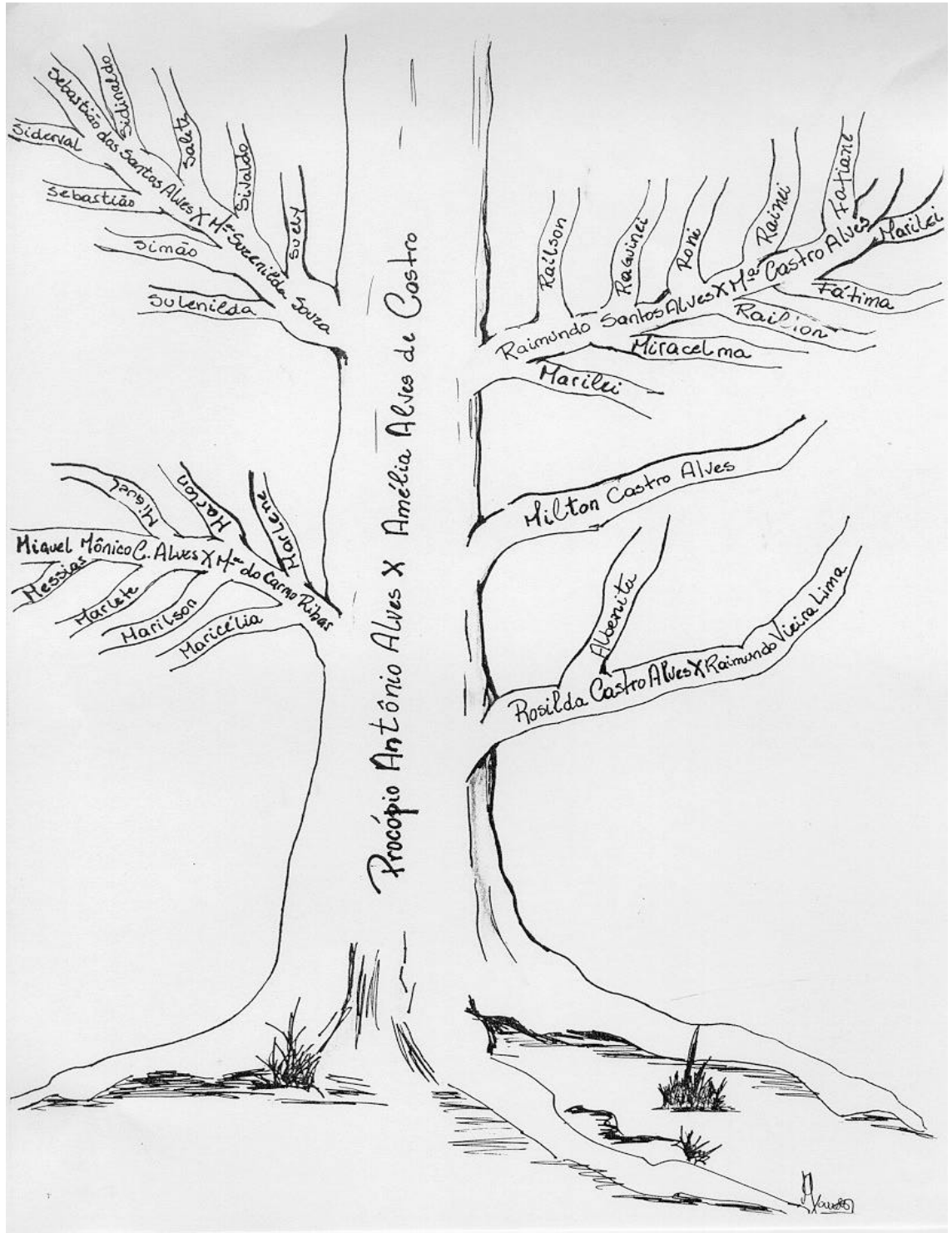


Figura 8 – Família de Procópio Antônio Alves e Amélia Alves de Castro

**GENEALOGIA DE PARENTESCO**

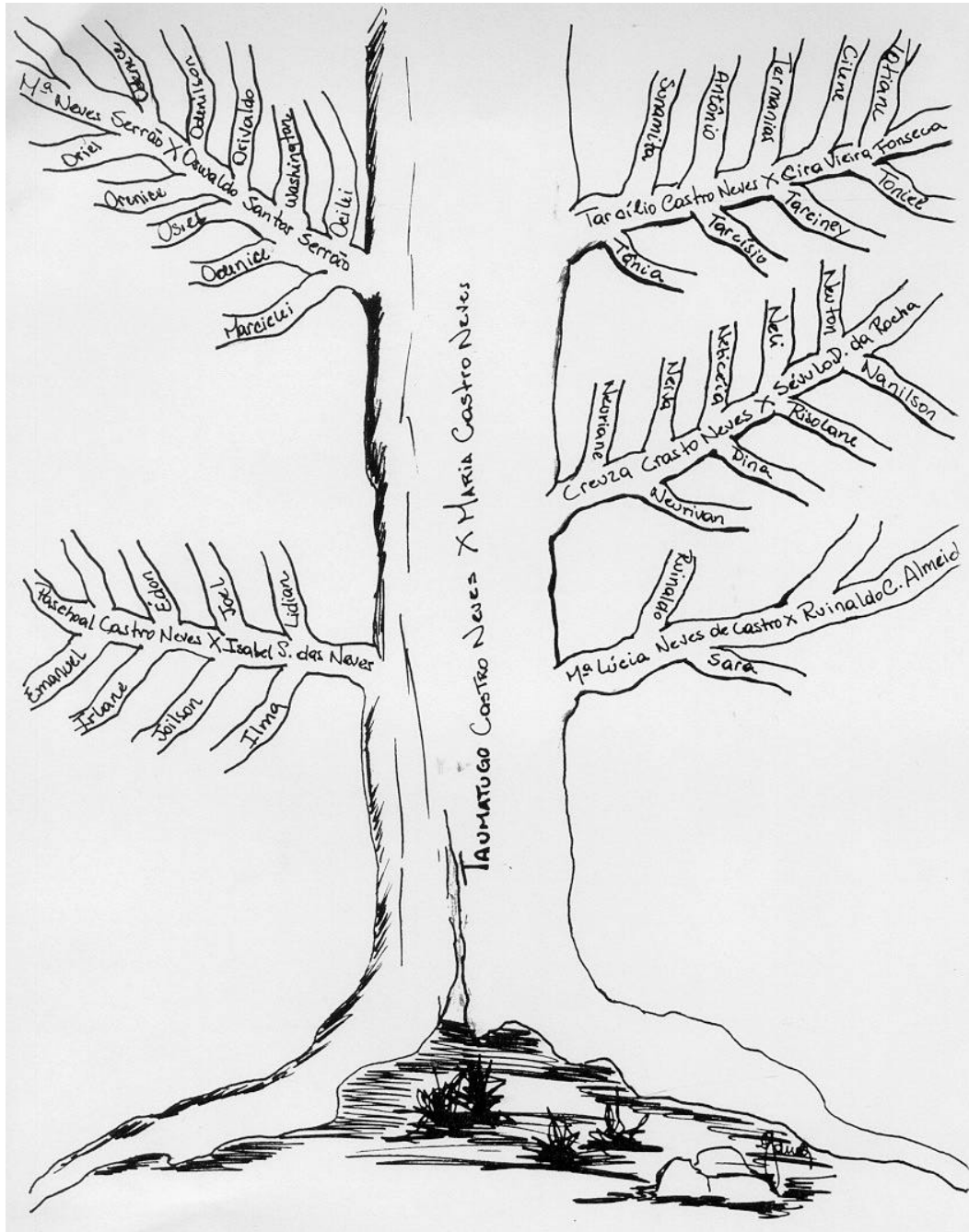


Figura 9 – Família de Taumaturgo Castro Neves e Maria Castro Neves

### GENEALOGIA DE PARENTESCO

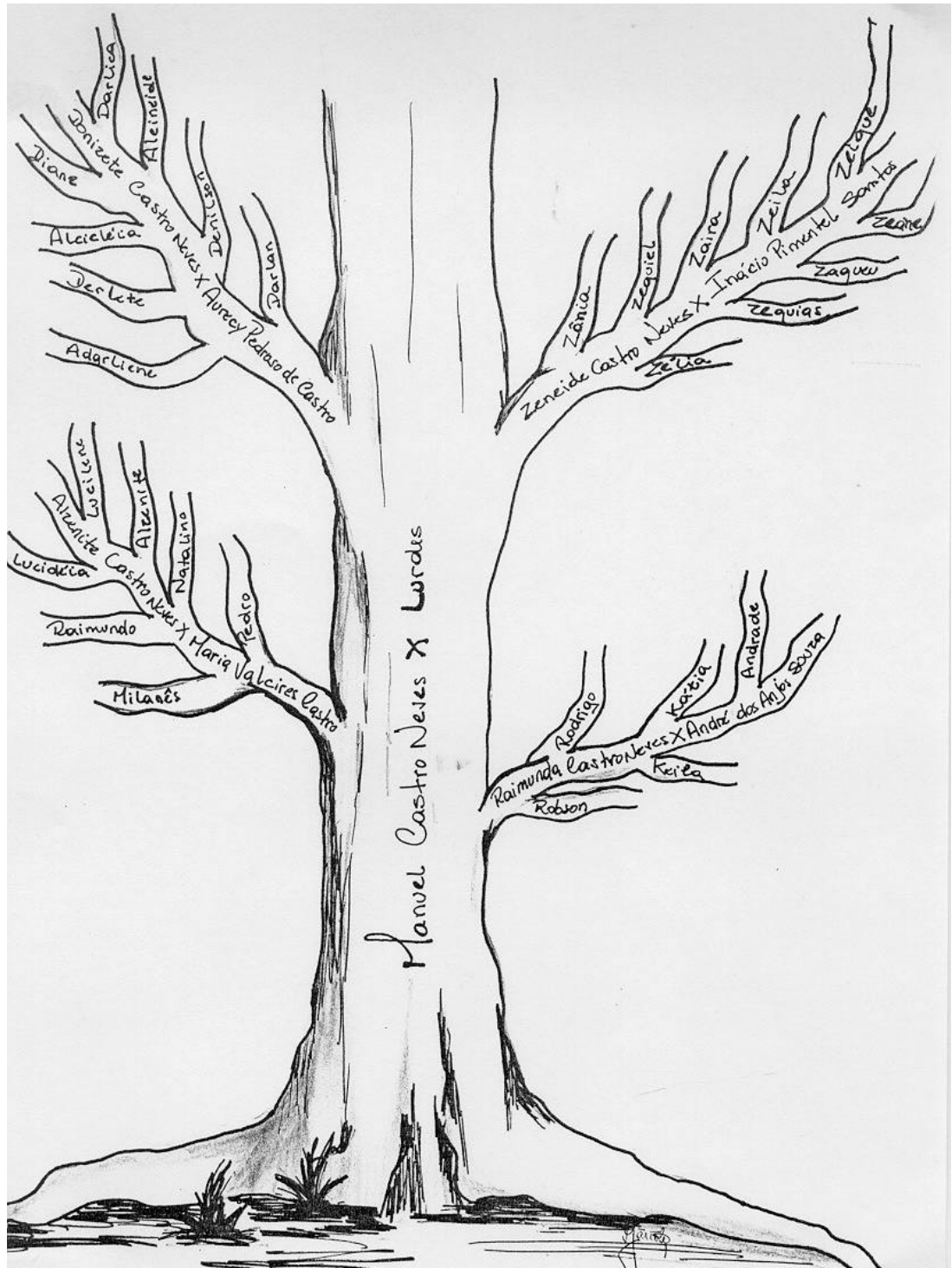


Figura 10 – Família de Manuel Castro Neves e Lurdes Castro Neves

Atualmente, na região do Banco localizam-se as áreas de trabalho<sup>33</sup> de grupos domésticos que possuem laços de parentesco com a família Alves. Embora suas áreas de trabalho se concentrem no Banco, suas moradias localizam-se na Vila de Piquiatuba, onde boa parte das terras também pertencem à Procópio Antônio Alves.

*“(...) O papai é a pessoa que tem muito mais seringa aqui no Piquiatuba, porque além das plantas dele que ele mesmo plantou, ele comprou muito, ele comprou desse Manuel Peixoto, que chegou aqui e comprou seringal de todo esse pessoal e quando ele foi embora e quis vender, não tinha quem comprasse, aí ele ofereceu pro papai, aí o papai comprou tudinho (...)”.*

*“(...) Naquele tempo, quem comprava terra e seringa era o papai, o pessoal ia embora da comunidade e vendia pra ele, ele comprava muito barato, até hoje ele tem os documentos. Naquele tempo o papai trabalhava muito, tinha mais condições, cortava seringa, fazia muita farinha, trabalhava muito (...)”.*

Na região do Leal concentram-se as áreas de trabalho de oito grupos domésticos que possuem laços de parentesco com as famílias, Alves e Neves. Diferentemente do Banco, as moradias destes grupos localizam-se também nas áreas de trabalho. A região do Leal foi formada a partir da abertura de um ramal para extração de pau-rosa acima da serra, por volta da década de 50, próximo ao igarapé do Branco. Seguem abaixo os comentários de dois moradores antigos de Piquiatuba:

*“Acontece que meu sogro me contava que quando ele trabalhava aí com o Fonseca, a estrada chamava pico do cavalo, ela entrava no km 73 da Rodovia Santarém-Cuiabá<sup>34</sup>, passava e descia aqui, no ramal da cachaça, assim era chamado o caminho do Leal. Aí*

<sup>33</sup> Área de trabalho é um termo utilizado pelos moradores da FLONA do Tapajós para designar uma extensão de área, de propriedade de um grupo doméstico, que reúne áreas de roçados, pastos, seringais, principalmente.

<sup>34</sup> A construção da Rodovia Santarém-Cuiabá, como a construção da Transamazônica fazia parte do Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei 1.106 pelo Médici, para financiar obras de infra-estrutura no Norte e no Nordeste.

*eles jogavam o pau-rosa, aí na cabeceira, no “quebra bunda”, mais pra frente do Rui. Eles traziam o pau-rosa nos burros e jogavam aí na baixa e aí o carro pegava e trazia de lá para cá. Esse caminho do Leal era estrada de carro. Passava bem aí por detrás da casa do Milton”.*

*“(...) Antes do carro era burro mesmo! Eu, nessa época, era criança, mais ou menos com 10 anos, hoje estou com 59 anos. Na época, eu cansei de ver várias vezes eles arriando pau-rosa em lombo de burro, eles pegavam pau-rosa lá em cima da serra, na beira do igarapé do Branco. Quando arriava lá pra beira do rio, eles levavam a carga de pau-rosa lá pra Prainha do Guerreiro, assim é que chamavam, o dono era o Cazuzo Guerreiro, lá era localizada a Usina (...)”.*

O Núcleo do Vai-Quem-Quer localiza-se aproximadamente a três quilômetros da Vila de Piquiatuba. A ocupação da região iniciou-se em meados da década de 60, em áreas próximas ao igarapé do Garara<sup>35</sup>, com o estabelecimento de Pedro Cardoso e Samuel (antigos empregados do genro de Miguel Alves). Alguns anos após, Raimundo Rodrigues (tio de Pedro Cardoso), José Maria Cardoso (cunhado de Pedro Cardoso) e Mamédio Ferreira, estabeleceram-se também na região do Vai-Quem-Quer e formaram novas famílias. Ao todo são 13 grupos domésticos com fortes laços de parentesco.

A formação do Núcleo do Vai-Quem-Quer foi motivada fortemente pela preocupação de alguns moradores associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém em ocupar a região, limítrofe à comunidade de Pedreira, a fim de garantir o acordo existente sobre os limites de terra entre as duas comunidades. Segue abaixo o comentário de um dos primeiros moradores:

*“O Vai-Quem-Quer começou em 1966, quando nós nos colocamos aqui, era só nós dois, eu e Seo Saturnino, ele lá e eu aqui com a mulher e os filhos. Antes, a gente morava lá no Piquiatuba, a gente saiu de lá não por causa de nada, Graças a Deus, saímos porque era preciso a gente se colocar para poder ter direito no que é da gente. O*

---

*compadre Raimundo Vieira e outro do sindicato, disse que isso daqui poderia ser nosso, disse para a gente tirar 500 de frente e 1500 de fundo, para fazer fundo com o terreno dele, disse que o que pode aumentar é pro centro e que essa estrada que sobe ali é a divisa do Piquiatuba com Pedreira, que é um pico”.*

A Vila de Piquiatuba é a região central da comunidade, onde se localiza a igreja católica, o barracão comunitário, o campo de futebol do Clube Santa Terezinha, o grupo escolar e a casa dos professores<sup>36</sup>. A casa de Miguel Alves localizava-se na restinga, próxima ao campo de futebol, de onde, ainda hoje, pode-se ver os alicerces. Atualmente, a Vila de Piquiatuba reúne vinte e cinco grupos domésticos. Treze são católicos e articulam-se em torno da família Alves, representada por Procópio Antônio Alves. Doze são evangélicos e se articulam em torno da família Neves, representados por Taumaturgo Castro Neves.

A Vila dos Neves foi formada por Manuel Castro Neves e Lurdes Neves em 1940. Atualmente é ocupada pelos filhos de Manuel Castro Neves, de Taumaturgo Castro Neves e de Raimundo Fonseca. Localiza-se em um platô em cima de uma mancha de “terra preta de índio”, próxima à Vila de Piquiatuba.

O núcleo do Brejo, iniciou-se com o estabelecimento de uma família de cearenses na década de 60. Localiza-se aproximadamente a seis quilômetros da Vila de Piquiatuba. É formado por oito grupos domésticos, que possuem fortes vínculos de parentesco com alguns grupos domésticos da comunidade de Marituba.

Os núcleos do Vai-Quem-Quer e do Brejo são os mais carentes da comunidade, todas as casas são de palhas. A maior parte das casas da Vila de Piquiatuba e algumas casas da Vila dos Neves e do Núcleo do Leal são de madeira serrada.

A maior parte dos grupos domésticos de Piquiatuba cultiva a mandioca para consumo próprio. Apenas 21 grupos domésticos, cerca de 30%, produzem farinha para vender em Santarém, entre dois a três sacos por mês (Vila de Piquiatuba/ 6 grupos; Vai-Quem-Quer/ 5 grupos; Leal/ 2 grupos; Vila dos Neves/ 5 grupos; Brejo/ 3 grupos).

---

<sup>36</sup> É a casa em que os professores, vindos de outras localidades, moram. A prefeitura de Belterra cedeu o material de construção e os moradores de Piquiatuba a construíram.

Segundo a informação do comandante do Barco Arauto da Fé (que faz a linha de barco duas vezes por semana, levando e trazendo os moradores da margem direita do Tapajós para Santarém), Piquiatuba transporta para Santarém entre oito a dez sacos de farinha de mandioca por semana, enquanto que Pedreira, comunidade vizinha, com 42 grupos domésticos, transporta entre 40 a 50 sacos de farinha.

Para completar a renda familiar, muitos moradores, principalmente os homens, vão em busca, temporariamente, de trabalhos em sítios e roças fora da comunidade, outros prestam serviços de carpintaria. Muitos trabalham como diaristas em roças de outros moradores da comunidade para capinar e ajudar na colheita.

Apesar da venda de farinha e prestação de serviço, o fator que mais contribui para a renda das famílias em Piquiatuba é, seguramente, a aposentadoria. As rendas mensais dos grupos domésticos, obtidas pela venda de farinha de mandioca, frutas, pescado, animais de criação e caça, é muito baixa, variando entre R\$ 20,00 à R\$ 25,00<sup>37</sup> (Figura 11 e Quadros 6 a 10). Apenas quatorze grupos domésticos, cerca de 18%, recebem aposentadoria.

Os grupos que recebem aposentadoria compram produtos de primeira necessidade em Santarém, uma vez por mês. Aqueles que não recebem, geralmente, compram na revenda local, pois o valor da passagem de barco, incluindo a ida e a volta para Santarém, é de R\$ 12, 00 por pessoa, praticamente meia renda mensal obtida pela venda dos recursos produzidos localmente.

A revenda local pertence a um grupo doméstico da família Alves. São vendidos basicamente os seguintes produtos: açúcar, sal, café, sabão, pilha, querosene, leite em pó, margarina, óleo de soja, macarrão, conserva de carne bovina, arroz, bolacha, bala de menta, refrigerante, cigarro (tabaco e maço) e pinga pirassununga. Os produtos com maior saída em ordem de importância são: pinga, cigarro, querosene, café, açúcar, óleo, bolacha, arroz, leite e conserva de carne bovina. Os produtos são vendidos, com preços variando entre 30% a 50% acima dos praticados em Santarém.

---

<sup>37</sup> Esses valores foram obtidos a partir das informações coletadas nos calendários de troca, doação, venda e compra de produtos aplicados em cinco grupos domésticos.






 <p>Aringa Borracha Nao Tel</p>	<p>Vendido no dia 01 de 12 de 99 Borracha natural. à 42,00 Vendido no dia 24 de 12 de 2000 47 Kilo de Borracha natural à 48 R\$.</p>
	<p>Del um castrinho p no yosi maria no dia 23 de 12 de 99.</p>
	<p>ganhei uma banda de Pato do Sr. Raimundo no dia 31 de 12 de 99. Vendi 3 ovos para Teca no dia 24 de 12 de 99 - 0,60</p>
	<p>No dia 30/12/99 ganhei um 1 kilo de carne de riado da Altonita. deu um meio pacote de macarrão pra ela altonita. ganhei um pacote de papa no dia 03 de 1 de 2000 ganhei 1 pacote de riado na altonita no dia 23 de 12 de 99. ganhei 1 K de carne da Altonita no dia 22 de 12 de 00 ganhei da altonita <del>um</del> quarto de teta no dia 2 de 2000.</p>
	<p>ganhei no dia 26 de 12 de 99 9 Kilo de arroz da altonita deu 1/2 k de arroz pra altonita no dia 22 de 12 de 00 ganhei 5 kilo de milho do Ubon p virna no dia 17 de 2 de 2000.</p>
	<p>No dia 13/12/1999 deu 5 kilos de apae pra Leindalva e 5 para Dely. No dia 25/12/99. ganhei 9 bananas do Milton. ganhei 3 bananas do Milton no dia 31 de 12 de 99. deu 1 ovo de apae no dia 2 de 2000.</p>

Figura 11 – Exemplo de calendário de troca, doação, venda e compra de produtos preenchido pelos grupos domésticos



	Novembro de 99					Dezembro de 99					Janeiro de 2000					Fevereiro de 2000				
	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa
Tapio rama	1 kg					2 kg						10 kg								
Farin puba	9 kg 1saco					30kg				20 kg							4 kg			
farinh	2 kg 10sac					2saco				2 kg	28 kg									
Farin tapio	7 kg					5kg					1 kg					5 kg				
Galín pato									2 frang					2 frang						
Peixe		2kg		1kg	4kg				3kg 7kg farin	3 kg				3 kg					2 kg	
caça					4 kg veado  2kg paca					1 cotia 1 veado 1 jaboti 7kg jacare	4 kg veado				6 kg paca  18 kg veado					½ tatu ½ cotia  6 kg veado
fruta				2litro açai	1penc bana 1grav											20 cupu				

Quadro 6 – Calendário de troca, doação, venda e compra de produtos do grupo doméstico 1

	Novembro de 99					Dezembro de 99					Janeiro de 2000					Fevereiro de 2000						
	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa		
Tapio rama																						
Farin puba																						
farinh	9 kg 2saco				12 ½	20 kg				12 ½	4 kg				8 kg	1saco 12kg				1kg	9kg	
Farin tapio									1 kg	1 ½	2 kg				1 ½	3 ½	1 ½ kg				1 kg	1 kg
Galin pato						5ovo			¼ frang					3ovo			6ovo				5ovo 1fran	
Peixe	8 ½	2 kg			3 kg	5 ½	1kg			3 kg	1kg				4 kg	2 kg				8 kg	4 ½ kg	
caça									¼ paca					½ boi ½ tatu			1 kg boi					
fruta		1,00 banan															1penc banan					

Quadro 7 – Calendário de troca, doação, venda e compra de produtos do grupo doméstico 2

	Novembro de 99					Dezembro de 99					Janeiro de 2000					Fevereiro de 2000				
	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa
Tapio rama																				
Farin puba																				
farinh	4 kg 1saco					1saco	1saco	3kg/ pinto		1saco										
Farin tapio					1 kg				3 kg											
Galin pato	1 pato									¼ galo						1 pato				
Peixe									3 kg											
caça	1 kg veado			2 kg paca					1 ½ cotia 1 jaboti 1 veado 2 1/2 tatu				5 kg veado ½ tatu ¼ paca					3 kg veado ½ tatu ½ cotia 2 tracaj		
boi															1kg					
fruta															258 cupu					

Quadro 8 – Calendário de troca, doação, venda e compra de produtos do grupo doméstico 3

	Novembro de 99					Dezembro de 99					Janeiro de 2000					Fevereiro de 2000				
	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa
farinh	6 kg				2 kg		30 kg					53 kg								
Farin tapio													2 kg							
Galín pato	1 pato					1 galin					1 galin					3 ovos				
Peixe						8 kg					15 kg									
caça				1 tatu 1 kg jacaré	1 ½ kg veado				1 jaboti 2kg paca 1 cotia 2 1/2 tatu									½ veado	1 tracaj	
Boi/leite		1 kg					10 kg					2litro								
fruta				1 lito açai		5 cacho 7 penca banan				6 litro açai			3coco 2penc banan	8 cupu	12 cupu				2litro açai	1 lata açai

Quadro 9 - Calendário de troca, doação, venda e compra de produtos do grupo doméstico 4

	Novembro de 99					Dezembro de 99					Janeiro de 2000					Fevereiro de 2000				
	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa	venda	comp	troca	ganh	doa
farinh	10 kg				3 kg			½kg ½ peixe		3 kg		25 kg	3 kg 3 kg peixe		3 kg			3 kg 3 kg peixe		3 kg
Farin tapio				2 kg											½kg					
Galín pato	3 ovos					4 ovos			½ pato											
Peixe		2 kg	1 kg 2 kg farnh		3 kg		1 kg		14 kg	10 kg			2 kg 3 kg farnh 5 kg 7 kg farn		4 kg		2 kg	2 ½ kg 2 ½ kg farnh	1 kg	
caça				1 ½ kg veado	½ paca				3 kg jacaré 1 kg veado ¼ veado					¼ paca					¼ tatu	
boi																	1 kg			
serin						42 kg						44 kg								
fruta	6 coco			3 litro açai					2kg arroz			2 lata açai	11 abaca			½kg arroz				5 kg milho

Quadro 10 – Calendário de troca, doação, venda e compra de produtos do grupo doméstico 5

Os núcleos familiares (Vila de Piquiatuba, Leal, Vai-Quem-Quer, Vila dos Neves), formados pelo agrupamento de alguns grupos domésticos, constituem a estrutura fundamental da sociabilidade da comunidade de Piquiatuba. Estes núcleos caracterizam-se por um sentimento de localidade, convivência e práticas de auxílio mútuo, fortemente vinculados às relações de parentesco e à identidade religiosa.

Nas comunidades tradicionais os arranjos institucionais locais subsistem e são permeados por uma extensa teia de relações de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal (Diegues, 1995). Grupos que partilham um mesmo sistema de propriedade podem variar na sua estrutura interna, mas constituem unidades sociais, cujos membros possuem certos interesses em comum, com algumas normas culturais aceitas socialmente. Estes grupos freqüentemente possuem fortes vínculos de parentesco (Bromley & Cernea, 1989).

Embora haja uma maior unidade dentro dos núcleos familiares, os grupos domésticos dos quatro núcleos familiares mantém entre si um elevado grau de cooperação e de reciprocidade. Esses vínculos manifestam-se, especialmente nas comemorações festivas, em casos de enfermidades e nas ocasiões em que os moradores sentem-se ameaçados em relação à segurança da terra. Embora essas situações criem um forte sentimento de pertencer a uma comunidade, não deve mascarar a diversidade interna existente. Muitos projetos, por desconhecerem as relações sociais internas das comunidades, erram em considerá-las como entidades fechadas e homogêneas, sem diversidade de interesses e poder (Chambers, 1997).

Apesar de existir uma certa independência entre os núcleos familiares, o centro das decisões comunitárias é a Vila de Piquiatuba. As pessoas que exercem maior poder e influência na vida social da comunidade possuem laços de parentesco com as duas maiores famílias, Alves e Neves, como é o caso do agente de catequese<sup>38</sup> e do agente pastoral da Igreja da Paz.

---

<sup>38</sup> O agente de catequese assume grande importância religiosa e social na comunidades. Além de realizar quase todas as práticas religiosas católicas na comunidade, excetuando-se os batizados e casamentos (realizados por um padre que visita duas vezes ao ano as comunidades da FLONA do Tapajós) assume várias ocupações na comunidades, dentre elas a delegacia sindical de Piquiatuba.

Entender as relações de poder existentes na estrutura social e cultural das comunidades locais é fundamental para o êxito de qualquer projeto ou iniciativa de manejo comunitário. Geralmente as lideranças locais são “as portas de entrada” de uma comunidade e, freqüentemente, apresentam-se como os primeiros e principais colaboradores de um projeto. Entretanto, podem representar os interesses de um grupo específico, baseado em seu *status* social (Rocheleau & Slocum, 1995).

No caso de Piquiatuba, boa parte dos projetos e dos trabalhos comunitários são voltados para os moradores da Vila de Piquiatuba, justamente onde estão concentrados os grupos domésticos que possuem vínculos mais estreitos com as lideranças locais. Essa situação tem gerado insatisfações entre os moradores mais distantes, especialmente do núcleo do Vai-Quem-Quer. Segundo os moradores deste núcleo, nenhum projeto ou iniciativa comunitária, até então, os beneficiou. Em geral, contam com muitas dificuldades, especialmente quanto à disponibilidade de terra para abertura de roçados, transporte da produção de farinha para o porto e educação. Os moradores não conseguiram apoio da comunidades para construir uma escola para atender as crianças do núcleo.

*“(...) Aqui no Bom Jesus são treze famílias e a maior dificuldade é o transporte, de tudo né, porque a gente faz um saco de farinha, põe no ombro e vai caindo aqui por essa lama e levanta, as crianças também padecem na época da chuva. Quando não chove é bom, a estrada está seca, mas quando chove é um lamaceiro só (...).”*

*“O trabalho maior de saúde é nas colônias, como o Leal, o Brejo, Vai-Quem-Quer, porque na Vila (Vila de Piquiatuba) nós éramos em 15 agentes de saúde e era o mesmo trabalho de agora. Então na Vila as pessoas estão bem conscientizadas, sabem como fazer, como se tratar, como se prevenir. Nós passamos, bem dizer, dez anos trabalhando com o Projeto. Aqui na Vila quase toda família tinha um agente de saúde e nas colônias não tinha nenhum”.*

As situações mencionadas acima exemplificam projetos externos reforçando as desigualdades internas da comunidade. Como resultado esses projetos não atendem às necessidades e às expectativas da população local e, com frequência, promovem ações que beneficiam grupos específicos, geralmente aqueles com mais visibilidade e poder, gerando insatisfações e, em algumas vezes, conflitos dentro da comunidade.

#### 4.2 Grupos Comunitários

A criação de grupos comunitários em Piquiatuba foi fortemente influenciada pela Igreja, sindicato e ONGs locais. Nos anos 70, a Igreja Católica atuava no interior da região de Santarém, através das suas paróquias da catequese rural e do Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>39</sup>, apoiada pela Rádio Educadora, criada em 1965. A catequese cobria todo o município e era o principal instrumento de consolidação da Igreja no interior (Leroy, 1991). O MEB apoiou a organização comunitária, incentivando a criação dos primeiros grupos nas comunidades da FLONA do Tapajós, como o clubes das mães e os grupos de jovens. Além disso ministrava cursos de primeiros socorros e de saneamento básico para os moradores (instalação de pedras sanitárias e tratamento da água). Leroy (1991) comenta que o termo “comunidade”, muito freqüente nesta época e ainda hoje, surgiu sob a inspiração da Igreja, que reforçava os conceitos de comunidade de fé, de batizados, de quem pratica atos religiosos e de união.

Nos anos 80, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém<sup>40</sup> incentivou a organização nas comunidades da FLONA do Tapajós, principalmente através da criação dos grupos de revenda e das delegacias sindicais. Os grupos de revenda eram normatizados por estatutos e as deliberações eram feitas em assembléias. Vendiam

---

<sup>39</sup> O MEB é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em colaboração com o Ministério da Educação e Desporto para promover a educação popular. Criado na década de 60, coube-lhe a responsabilidade de implantar as Escolas Radiofônicas e organizar um amplo processo de alfabetização de adultos nas diversas regiões do país, principalmente no Nordeste e no Norte.

<sup>40</sup> A criação Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, em 1972, foi fortemente incentivada por políticos corruptos da região, tornando-se um instrumento de controle dos trabalhadores rurais e dos currais eleitoreiros. Em 1980 a Corrente Sindical Lavradores Unidos, criada em 1979, conquistou o Sindicato, transformando-o em um importante espaço político de defesa dos interesses dos trabalhadores rurais (Leroy, 1991).



açúcar, café, sabão, arroz, feijão, querosene, manteiga, óleo, bolacha, ferramentas, munição e compravam dos moradores cernambi, resina de breu, fruta de seringa, mel, leite de sucúiba, fruta e farinha de mandioca. As delegacias sindicais eram os principais instrumentos de participação política das comunidades, permitindo uma maior articulação entre as mesmas em torno de interesses comuns, especialmente em relação à luta pelo direito à terra (Leroy, 1991).

A partir de meados dos anos 80, instituições não governamentais incentivaram a criação de grupos de trabalho voltados para diversas áreas do desenvolvimento comunitário, como saúde, educação, transporte e geração de renda. Três comunidades da FLONA - Maguary, Pedreira e Piquiatuba - conseguiram financiar seus barcos com apoio de uma ONG local. Em Piquiatuba formou-se o grupo do barco comunitário com 12 sócios, articulados em torno da família Alves. Inicialmente o barco servia também para facilitar a participação dos moradores no movimento sindical e para escoar a produção de cernambi, mas com o tempo foi perdendo esse caráter comunitário. Atualmente, os moradores pagam suas passagens de barco para participar de eventos de interesse comum em outras localidades, como treinamentos em saúde comunitária e reuniões para capacitação de lideranças. Somente em casos emergenciais, como de saúde, os passageiros são isentos da cobrança da passagem.

O projeto de barco comunitário, embora aparentemente indique um uso comunitário, beneficia um grupo específico. O problema não reside neste fato. É legítimo que o resultado do esforço de um grupo em realizar determinadas atividades beneficie o mesmo. O que se deve evitar é criar uma falsa imagem de que os projetos ditos comunitários beneficiam a comunidade como um todo. Antes de implementar qualquer tipo de projeto ou de apoiar qualquer iniciativa local, é preciso identificar quais são os grupos ou indivíduos envolvidos e suas relações de poder, para diminuir as desigualdades e oferecer oportunidades para os grupos não incluídos, especialmente aqueles tradicionalmente marginalizados dentro da comunidade.

Em 1994 foi criado o grupo de mulheres, que conta atualmente com menos da metade das integrantes. Até hoje, foram feitas três hortas comunitárias que não prosperaram. Quanto aos doces de frutas e aos sabões caseiros, são poucas as mulheres que ainda os fabricam, por falta de ingredientes como açúcar e soda cáustica. Mesmo a farinha múltipla, que é feita com ingredientes conseguidos na própria comunidade, também não tem sido mais fabricada. Segundo algumas integrantes do grupo, muitas iniciativas não “foram pra frente” por causa de desentendimentos e disputas internas.

O grupo de produtores inicialmente reunia doze pessoas de diferentes núcleos familiares. Hoje conta com quatro pessoas, articuladas em torno da família Alves. O grupo implantou o lote agrícola - uma espécie de roçado demonstrativo - na região do Banco. Na época, a produção não foi colhida e se perdeu no lote por falta de coordenação do grupo. Tradicionalmente, as produções dos roçados são apropriadas individualmente por cada grupo doméstico. No entanto, os técnicos extensionistas desconsideraram esse aspecto por não conhecerem as formas tradicionais de trabalho nas comunidades. Atualmente, os integrantes do grupo utilizam em comum um boi e uma carroça adquiridos por meio de um fundo rotativo para financiar pequenos projetos comunitários, e esperam, desde 97, a liberação de recursos provenientes do Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7 para o desenvolvimento de novos projetos.

Muitos projetos falham em agrupar diversos grupos e indivíduos para realizar atividades coletivas. Isso ocorre porque, muitas vezes, estes projetos reúnem pessoas e grupos que, apesar de possuírem interesses em comum, como criar peixes ou participar de um projeto de manejo florestal, não têm tradição em trabalhar em conjunto. O estabelecimento de instituições (grupos) inadequadas para o desenvolvimento de ações coletivas que requeiram decisões conjuntas, pode se tornar um obstáculo ou um fator limitante para o sucesso destes projetos (McCulloch et al., 1998). Como geralmente os agentes externos têm pouco conhecimento sobre a realidade local, em especial sobre os arranjos institucionais locais, incentivam a formação de novos comitês e grupos de trabalhos ou mesmo estabelecem novos mecanismos e fóruns de decisão que freqüentemente não funcionam (Evers, 1995 e Ingles, 1999).

Anteriormente à criação desses grupos incentivados por instituições de “fora”, já em 1945, existia o clube de futebol “Rapioc”, que na década de 70 passou a se chamar Clube Santa Cruz. Nos anos 80, parte dos integrantes do Clube Santa Cruz, articulados em torno da família Alves, criou um novo clube, o Santa Terezinha. No Clube Santa Cruz permaneceram aqueles articulados em torno da família Neves e Fonseca. Quando os dois Clubes competiam entre si, várias vezes ocorreram brigas e rivalidades. Decidiram então, não competir mais e, hoje quando se reúnem para jogar futebol, os integrantes dos dois clubes misturam-se em um clima de descontração. Mais recentemente, os moradores do núcleo Vai-Quem-Quer criaram o Clube Águia Verde.

De uma maneira geral, os moradores de Piquiatuba organizam-se em torno das lideranças religiosas, dos núcleos familiares e dos clubes de futebol, criando assim uma rede informal de cooperação para a realização de atividades produtivas, festivas e esportivas. Apesar da existência destes grupos espontâneos e destes arranjos institucionais locais, os agentes externos, freqüentemente não os consideram em seus projetos, quer por desconhecimento ou por não os valorizarem como um espaço de organização e de ação coletiva.

Como os grupos de trabalho vêm sendo constantemente reforçados pelos agentes externos, as lideranças já incorporaram esse conceito de organização, embora na prática tenham pouca força para mobilizar as pessoas em torno de trabalhos de interesses comuns. Exemplo disso foi a criação pelos moradores de um conselho de saúde local<sup>41</sup>, composto pelos diversos grupos de trabalho criados em Piquiatuba. Embora a área de saúde seja prioritária para Piquiatuba, o conselho, até o encerramento do trabalho de campo desta pesquisa, não tinha se reunido uma única vez. Provavelmente porque os grupos de trabalho na prática tenham pouca representatividade junto aos moradores.

Um erro bastante comum entre os agentes de apoio comunitário é incentivar a formação de grupos baseados em categorias fixas, tais como grupo de mulheres, grupo de jovens, grupos de produtores. Nenhum desses grupos são homogêneos. Os participantes dos grupos podem se identificar mais ou menos com essas categorias, as quais,

---

<sup>41</sup> Os conselhos locais têm por finalidade reivindicar melhoria na área de saúde para as comunidades junto ao Conselho Municipal de Saúde de Belterra.

geralmente são sobrepostas. Os grupos de trabalhos devem ser formados a partir de critérios mais flexíveis, como interesses compartilhados e afinidades entre grupos e indivíduos. Isso requer uma alta sensibilidade e profundo conhecimento sobre as relações sociais da comunidade por parte das ONGs e agências governamentais. (Rocheleau & Slocum, 1995).

Deve-se potencializar as formas de organização existentes, ao invés de criar novas estruturas de organização, pois muitas vezes essas novas estruturas podem excluir alguns grupos ou deixá-los em uma situação desfavorável, precipitando conflitos e divisões. Entretanto, deve-se ter o cuidado em não privilegiar formas de organização local que também possam excluir os grupos menos articulados. Um estudo recente nesse tema (FAO, 1997) tem enfatizado a importância em valorizar as instituições locais no escopo dos projetos e iniciativas externas, mesmo que estas possuam algumas limitações.

Os torneios de futebol realizados entre as comunidades do Rio Tapajós e as festas patrocinadas pelos clubes, constituem bons exemplos da capacidade de organização local. Os recursos arrecadados nestas festas, através de bingos e taxas cobradas a cada partida de futebol, são incomparavelmente maiores que outros obtidos em qualquer outra atividade coletiva. Estes recursos são investidos na compra de cabeças de gado, uniformes, bolas e outros materiais de interesse do clube, além de patrocinar festas com bandas musicais e as festas da padroeira da comunidade. Todas as terças-feiras os sócios do clube se reúnem em sistema de mutirão para fazer a capina do campo de futebol e ao redor da sede do clube. Além dos trabalhos de interesse do clube e da comunidade, os sócios formam uma rede de cooperação para a implantação e manutenção das áreas de roçados.

### **4.3 Formas de cooperação e divisão do trabalho**

#### **4.3.1 Sistemas de cooperação**

As estratégias de vida das populações tradicionais são diversificadas e variam ao longo do tempo em resposta às mudanças sociais, econômicas e ambientais. Determinam as relações dentro e entre os grupos domésticos (Morán, 1990). Geralmente, estas populações engajam-se em várias atividades para reduzir a vulnerabilidade, aumentar a

segurança alimentar e melhorar a qualidade de suas vidas. Os membros dos grupos domésticos realizam diferentes tarefas, em diferentes ambientes e de maneiras diferentes. As pessoas buscam manter relações com parentes e vizinhos, formando uma rede de pequenas trocas, empréstimos e favores (Chambers, 1997).

O *puxirum* é um tipo de cooperação de trabalho, que envolve várias pessoas de grupos domésticos diferentes. Trata-se de uma forma de trabalho em mutirão em que uma pessoa convida outras para lhe auxiliar em um determinado trabalho e, em troca, tem por obrigação trabalhar nos roçados dos convidados. Geralmente, é voltado para trabalhos de curto período como a queimada e a colheita, e para trabalhos que requerem o trabalho de outras pessoas (amigos ou familiares) por serem considerados “pesados”, como a derruba de mata para a implantação de roçados (Cândido, 1987). Antigamente o *puxirum* era revestido por um aspecto festivo, constituindo-se em um elemento central da vida cultural das comunidades da FLONA do Tapajós. Os participantes tomavam uma bebida alcoólica feita da mandioca, o tarubá. Também era bastante freqüente o “dono” do *puxirum* oferecer refeições aos participantes durante o trabalho, mas, cada vez mais, essas práticas entraram em desuso. Entre os diversos povos tradicionais com concepção comunal do uso da terra, a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais sacros, de festividade e de outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco (Castro, 2000).

O mutirão é outro tipo de trabalho coletivo presente nas comunidades da FLONA. Difere do *puxirum* por não beneficiar uma única pessoa e por não possuir um aspecto contratual entre as partes. Geralmente, as lideranças convocam todos os moradores da comunidade para participar de trabalhos de interesse comum, como o combate aos incêndios florestais, construção de barracões comunitários, instalação e manutenção da fiação, limpeza das estradas, limpeza dos limites da comunidade etc.



Figura 12 - Mutirão para construção de um barracão de festas

Outro sistema de cooperação bastante praticado é a “troca de dias”. Trata-se de uma cooperação bilateral, envolvendo a troca de serviço entre dois grupos domésticos. A “troca de dias” ocorre quando um ou mais membros de um grupo doméstico são convidados para auxiliar outro grupo, que fica com a obrigação de retribuir uma parcela de tempo igual à que recebeu. Tanto o *puxirum* quanto a “troca de dias” são mais freqüentes entre os grupos domésticos de um mesmo núcleo familiar, embora ocorram entre grupos de núcleos diferentes.

O sistema de “meia” é também um tipo de cooperação bilateral, geralmente, envolvendo a retribuição em espécie<sup>42</sup>. Em Piquiatuba, ocorre basicamente em duas situações: quando um grupo doméstico, por falta de tempo ou de mão-de-obra familiar, contrata o trabalho de outro grupo para fazer alguns serviços, como a colheita de milho e feijão; ou quando um grupo doméstico utiliza a casa de farinha de outro para torrar sua

<sup>42</sup> Esse tipo de cooperação requer um certo grau de diferenciação entre os grupos, onde um grupo ou mais grupos detém a posse de um bem com valor de uso para outros grupos.

farinha. Em troca, o grupo que realizou a colheita fica com a metade da produção colhida, e o grupo que tomou emprestado a casa de farinha, fica com a obrigação de deixar a metade da farinha torrada.

Outro tipo de cooperação bastante freqüente em Piquiatuba é solidariedade de oferta restrita<sup>43</sup>. Ocorre quando um grupo doméstico mata uma caça ou pesca vários peixes e distribui a carne para os parentes e vizinhos mais próximos, que retribuiriam, no futuro, individualmente. Esse tipo de solidariedade funciona como uma espécie de regularização do abastecimento de proteína animal. Como cada grupo doméstico abate uma caça ou é bem aventurado na pescaria de tempos em tempos, no intervalo, a carne oferecida pelos vizinhos ou parentes garante uma certa regularidade, ou pelo menos diminui o período sem a mesma. Esse tipo de solidariedade é comum em comunidades que, por falta de refrigeração, não estocam alimentos perecíveis. Embora seja comum salgar a carne para conservá-la, essa prática cria uma rede de solidariedade que se estende para outras atividades, constituindo uma estratégia de sobrevivência em situações de pouco recurso.

*“(...) De vez em quando aparece alguém vendendo carne de outra comunidade, como o Seo Ari e o Zé Dequias de Pedreira, mas não é todo mundo que pode comprar. A gente aqui se vira com a carne de caça e quando alguém caça costuma dividir com os parentes e amigos e o que sobra a gente costuma vender (...)”.*

Esses tipos de cooperação aglutinam vários grupos domésticos em um amplo sistema de solidariedade. São muito freqüentes em sociedades que realizam modalidades de trocas não econômicas (Cândido, 1987). Apesar da importância das redes de cooperação para as estratégias de vida, existe pouca bibliografia etnográfica sobre a função social dos sistemas de troca entre populações tradicionais (Ribeiro, 1995). Na

---

<sup>43</sup> Cândido (1987) comenta dois tipos de solidariedade muito comuns, em meados do século passado, entre os “caipiras” do interior do Estado de São Paulo. Trata-se da “oferta geral”, quando a distribuição de alimentos é mais generalizada, sem distinção e preferências; e da “oferta restrita”, quando a oferta de alimento é para um grupo restrito, geralmente de amigos, parentes e vizinhos próximos.

maior parte das sociedades não industriais/ pré capitalistas, o trabalho é um ato de caráter econômico, social e religioso (Godilier, citado por Diegues, 1994).

Outros tipos de relações de reciprocidade são firmados em eventos religiosos festivos, como é o caso das “comadres, compadres e afiliados de fogueira”. Na época das festas juninas, nos meses de maio e junho, a comunidade constrói uma grande fogueira próxima ao barracão comunitário. Durante os festejos, algumas pessoas juntam-se aos pares e circulam, um par de cada vez, em volta da fogueira, seguindo direções opostas. Quando se encontram, dão-se as mãos e declamam em voz alta três vezes: *“Santo Antônio disse, São João e São Pedro confirmou, que nós seremos comadres/compadres, que Jesus Cristo mandou”*. Feita essa promessa, as partes criam laços mais estreitos de solidariedade entre si, à semelhança dos compromissos de nascimento e casamentos.

Embora as redes de cooperação façam parte das estratégias de vida dos grupos domésticos, especialmente em comunidades sob regime de propriedade comum, podem não estar necessariamente associadas à interesses pessoais ou àqueles voltados para benefícios diretos. Essas outras razões podem estar associadas à redução de riscos, cumprimento de obrigações sociais, troca de favores, aumento de prestígio pessoal, dentre outras.



### 4.3.2 Organização do trabalho

Embora a população de Piquiatuba não esteja organizada de forma estratificada, à semelhança dos grupos indígenas<sup>44</sup> que lhes deram origem, existe uma certa divisão de trabalho por gênero e idade que permeia praticamente todas as atividades produtivas. Geralmente, a divisão do trabalho com base no sexo, comum às populações amazônicas, leva a um alto nível de complementariedade, fundamental para a sobrevivência destas populações (Morán, 1990).

Para entender com maior profundidade a maneira pela qual mulheres e homens de diferentes idades se engajam em diferentes atividades produtivas e extrativistas, foi feita uma análise que permitiu, sob o ponto de vista das relações de gênero, identificar os diferentes trabalhos - produtivos, reprodutivos e comunitários<sup>45</sup> - realizados e controlados pelos moradores de Piquiatuba.

A análise da divisão de trabalho envolveu a obtenção das informações a partir de três oficinas de trabalho: (i) oficinas para a construção de calendários de atividades, (ii) oficinas para a montagem de “painéis de fotografias” e (iii) oficinas de elaboração de mapas. Segue abaixo a classificação dos trabalhos feita pelos participantes das oficinas de montagem dos “painéis de fotografias”:

---

<sup>44</sup> As sociedades tribais da região do Tapajós eram constituídas de aldeias agrícolas indiferenciadas por não se estratificarem em classes, já que todos estavam igualmente sujeitos às tarefas de produção alimentar (Ribeiro, 1995).

<sup>45</sup> Os trabalhos produtivos referem-se à produção de bens e serviços para o consumo ou para a venda. Os trabalhos reprodutivos referem-se à reprodução biológica e social da força de trabalho, incluindo a manutenção da casa, cujas atividades principais são: coleta de água, lenha, preparo dos alimentos, limpeza da casa, educação dos filhos e saúde da família. Os trabalhos comunitários referem-se às atividades sociais, que incluem a organização comunitária de eventos e serviços, participação em grupos, redes e organizações formais e informais. Inclui também a manutenção das relações sociais com familiares, amigos e vizinhos, que formam uma base de apoio em tempos de conflitos e crises (Fassaert, 2000).

	Feminino	masculino	feminino/masculino
produtivo	Torrar farinha de mandioca Espremer a massa de mandioca Lavar a mandioca descascada Zelar do roçado	Transportar sacos de farinha Costurar sacos de farinha Fazer cova de plantio da maniva Tecer malhadeira Carpintaria Tirar cachos de palmeiras Caça	Transportar de bicicleta sacos de farinha Capinar o roçado Pesca
reprodutivo	Tirar água do poço Tirar lenha Fazer farinha de tapioca e beiju Pilar café Fazer açaí		
comunitário			Trabalhos de limpeza de mato nos núcleos familiares e caminhos

Quadro 11 – Divisão de trabalho por gênero

Os participantes das oficinas fotografaram 20 tipos de trabalhos normalmente realizados em Piquiatuba, sendo 14 classificados como produtivos (70%) e destes, 63,4% são voltados à produção de farinha; 5 reprodutivos (25%), todos realizados pelas mulheres e 1 comunitário (5%), realizado por homens e mulheres. Os resultados desta oficina indicam que a cultura da mandioca é a principal fonte de alimento e renda das comunidades da FLONA do Tapajós<sup>46</sup>. Da mandioca são feitas a farinha, o beiju, a tapioca, o tarubá, o tucupi e outros alimentos. Todo trabalho de processamento da mandioca é feito manualmente através de técnicas ancestrais indígenas.

Embora as atividades fotografadas restringiram-se às citadas no quadro acima, durante o debate as mulheres mencionaram outras atividades que elas frequentemente realizam: caça, corte de seringa, coleta de palha, fabricação de tipiti, de peneira, de paneiro e de vassoura, construção de caieira, limpeza do quintal, cuidar da criação, preparo de alimentos, coleta de copaíba, mel, cipó titica, andiroba e sucuúba.

Foi interessante notar que as mulheres mencionaram algumas atividades reprodutivas, que normalmente não são consideradas como trabalho, como limpeza do

<sup>46</sup> Como a maior parte dos solos de terra firme da Amazônia são pobres e ácidos, as populações que vivem nestas condições são conhecidas como “mandioqueiras” (Morán, 1990).

quintal, cuidar da criação e preparo de alimentos. A criação de pequenos animais é feita nos quintais próximos às casas. A maior parte dos grupos domésticos de Piquiatuba possuem galinhas e patos em pequenas quantidades, entre 5 a 15 animais. Segundo as regras locais, é proibida a criação de porcos nos quintais para evitar problemas com os vizinhos. Das plantas cultivadas nos quintais somente algumas são comercializadas ou possuem valor de troca, como o cupuaçu, banana, acerola e coco. Geralmente são os homens que são responsáveis pela venda do coco.

A produção da farinha de mandioca - a “farinhada” - é de responsabilidade da mulher. No entanto, constitui um evento social familiar. Dela participam todos os membros do grupo doméstico e, geralmente, é planejada com antecipação. As crianças ajudam a descascar as mandiocas; os homens participam dos trabalhos mais pesados, como carregar sacos de mandioca para a casa de farinha e cevar as raízes; as mulheres alternam-se para espremer a massa e torrar a farinha em fornos de lenha e os mais velhos ficam sentados em tocos de paus contando histórias e fatos antigos.



Figura 13 - Foto tirada pelo grupo de mulheres mostrando a “farinhada”

A coleta de resinas e óleos é feita somente por pessoas que têm experiência e “vocação”, podendo ser de ambos os sexos. Atualmente, somente quatro pessoas (dois homens e duas mulheres de diferentes grupos domésticos) vendem pequenas quantidades de leite de sucúúba, óleo de andiroba, óleo de copaíba e mel de abelha para os moradores de Piquiatuba e comunidades vizinhas.

Atividades como cortar lenha, carregar carvão, carregar água e criar pequenos animais, pilar café, milho e arroz são atividades femininas, as quais contam com a ajuda dos filhos menores (meninas e meninos).



Figura 14 - Mulher carregando lenha com a ajuda de seu neto

A broca<sup>47</sup> é geralmente feita pelos homens e, em alguns casos, contam com a ajuda das mulheres. A derruba das matas primárias<sup>48</sup> também é feita pelos homens, enquanto que na derruba das capoeiras algumas mulheres participam, principalmente as viúvas e as solteiras.

A queimada dos roçados é uma atividade que toda a família participa, mas, geralmente é de responsabilidade do homem. Quanto “mais quente” for a queima e mais completa, menor será o vigor do crescimento da vegetação secundária, e melhores condições para o desenvolvimento das plantas cultivadas.

A coivara<sup>49</sup> não é muito praticada entre os moradores de Piquiatuba. O investimento da coivara é tão alto que índios e caboclos geralmente preferem cultivar a roça de vizinhos em regime de parceria a investir em sua roça mal queimada (Morán, 1990).

A pesca e a caça são praticadas pelos homens acompanhados dos filhos, embora algumas mulheres pesquem e cacem também, principalmente quando os homens estão ausentes da comunidade. A pesca é feita durante o ano todo, entretanto, é na época do verão, entre os meses de agosto e dezembro, que há mais fartura de peixe. Nesta época há menos volume de água e os peixes ficam mais concentrados nas beiras dos rios, igarapés e lagos, facilitando a captura. Segue abaixo uma entrevistas exemplificando a maneira pela qual algumas mulheres costumam caçar em Piquiatuba:

---

<sup>47</sup> Corte de arbustos e árvores pequenas que antecede a derrubada de uma capoeira ou mata para implantação de um roçado.

<sup>48</sup> A agricultura praticada nas comunidades da FLONA do Tapajós segue o sistema de corte e queima, sistema tradicional de cultivo da região amazônica. Geralmente cultiva-se a mandioca consorciada com outras culturas durante dois a três anos; após este período, o roçado é abandonado para que a capoeira se desenvolva; e uma nova área de mata ou capoeira é derrubada para iniciar o próximo plantio.

<sup>49</sup> Amontoa de galhos e troncos de árvores e arbustos após a queimada dos roçados para serem novamente queimados, a fim de aumentar a área de plantio.

"Era eu, o Rainélio e um sobrinho. Aí eu disse pro meu filho: bora lá na roça levar os cachorros para caçar? Aí o cachorro entrou para o mato e se pegou com um veado. De lá para a roça tinha uma ladeira, fui me segurando pelos cipós, me ralando pelo mato, até conseguir chegar lá embaixo, mas aí tinha uma lama e me atolei pela cintura, feio que só, daí fui me puxando pelos paus até conseguir sair, varei para dentro da água limpa aonde o veado estava e o cachorro mordendo o veado e o menino berrando lá encima. Daí eu desci o terçado (nome regional para se referir ao facão) no veado e ele ficou rodando no meio da água na ânsia da morte, com aquela força taquei-lhe o terçado até que consegui matar o veado. Peguei o veado e encostei ele lá na beirinha do igarapé. Fomos lá casa, pra convidar alguém para vir com a gente e ajudar com o veado. Lá estava a minha comadre, a mãe do menino que chorava, contei do veado e ela foi comigo buscar o veado. Eu estava com bucho grande da Moça e ela também estava com bucho do outro filho dela, daí fomos embora para lá . Aí eu disse: comadre vamos pegar uma envira e amarrar pé com pé e mão com mão, daí nós mete o pau entre as pernas e o braço do veado e tenta suspender no pau até lá pra cima. Com muito sacrifício conseguimos colocar o veado lá para cima do morro e isso já estava anoitecendo, aí pelejamos muito, mas chegamos em casa. Fizemos a descoivara e repartimos o veado, uma banda para ela e a outra para mim, porque o cachorro era da minha mãe. Aí quando o Dico chegou de uma reunião do sindicato, estava lá o veado amaciado e ele se admirou. Eu era muito animada, gostava de caçar, tinha na semana que eu ia caçar até duas vezes, mas tinha vezes que eu não ia nenhuma, conforme a precisão e, às vezes, não tinha nem precisão e eu ia lá para o mato, mas por causa de influência eu queria caçar e eu preferia ir só. Uns tempos atrás começou me dar medo e mesmo foi o problema de vista, era o medo que eu tinha e tenho até hoje de pisar em uma cobra, só isso que me faz medo, mas antes não, porque eu enxergava era bem, olhava firme o caminho que eu pisava. Eu só caçava de terçado, nunca tive coragem de atirar com espingarda. Minha avó também caçava, acho que puxei por ela, mas ela caçava de espingarda, pescava para o sustento dos filhos dela".

Para entender melhor a participação e a responsabilidade dos moradores de Piquiatuba nos trabalhos produtivos, apresento a seguir o contexto histórico em que as relações de gênero foram sendo construídas ao longo do tempo na região do Tapajós.

Do início até meados do século passado, o comércio no Baixo Amazonas era movido pela venda de produtos extrativistas. Durante esse período, os homens voltavam-se principalmente para a coleta de produtos vegetais, como óleos de andiroba e copaíba, breu jutaíca, castanha do Brasil, semente de cumaru, massaranduba, borracha e cacau. Praticavam também a caça, visando à venda clandestina de peles de animais, como caititu, veado, onça maracajá, cobra e jacaré. Eram, então, as mulheres que assumiam os trabalhos de roça e que produziam lenha para abastecer as embarcações que transportavam as mercadorias para os portos de Santarém e Belém. Segue abaixo trechos das entrevistas do morador mais antigo de Piquiatuba, Taumaturgo Castro Neves, e de seu neto, ilustrando essa situação:

*“ (...) quando eu era menino, eu vim de Alter do Chão para Piquiatuba trabalhar com a minha mãe na roça, outra coisa ninguém plantava, nada, nada, só mandioca e aí eu já aprendi a atirar e eu matava muita caça e vendia o couro de porco, de gato, de veado, pros regatão e depois trabalhei com meu pai cortando seringa no Marai. Meu pai tinha um seringal de 5.000 pés, eu cortei seringa desde doze anos até 80 anos e a senhora sabe que até agora não fui aposentado, tentei duas vezes e foi anulado(...) minha avó, tinha uma casa nesse toco aí de jutaizal, então naquela época, o pessoal tirava lenha, minha avó amarrava a saia pelo meio das pernas e torava os paus com um machado-macho e para ficar mais maneiro, convidava três ou quatro homens de Jaguarari, quando não, ela convidava de Pini, para ajudar tirar lenha. Ela pagava eles com a capina de roça, com farinha, e assim a gente foi vivendo e eu fui me criando (...).”*

*“(...) As mulheres vinham de outros cantos pra vir trabalhar em Piquiatuba para o Sr. Miguel Alves, elas não tinham marido, esse meu avô, foi criado por avó, não tinha pai, assim que era, elas se juntavam e faziam puxirum, derrubava os paus, tirava a lenha e vendiam. Só depois que veio a borracha e depois da borracha o que veio foi a roça (...)*

*Naquela época, as pessoas aqui viviam de caça, porque de primeiro as prioridades das pessoas era vender caça, breu, cipó, isso que dava dinheiro, eles não tinham esse negócio de roçado (...)”.*

Em meados do século passado, com incentivos do Governo, instalaram-se na região do Tapajós algumas empresas extrativistas. Isso fez com que os homens das comunidades da FLONA se voltassem, principalmente, para as atividades de extração de pau-rosa (1945 - 1950) e para a extração de massaranduba (1960 – 1965), e as mulheres assumissem integralmente os trabalhos da roça.

*“ Naquela época, na beira só existia mulher e os meninos pequenos, o resto dos adultos estavam aqui dentro da mata tirando massaranduba. Quando eles baixavam era dia de sábado, dia de movimento muito grande em Piquiatuba. Os homens levavam caça, massaranduba, só passavam o dia de sábado e domingo com a família. Segunda feira eles já retornavam para cá, pra dentro da mata, levava o mês inteiro aqui trabalhando. Meu pai era um homem que a gente via mesmo era poucos minutos dentro de casa. Enquanto os homens ficavam enfiados na mata, as mulheres ficavam na beira se virando, fazendo roça de mandioca, fazendo farinha, naquela época era assim ”.*

Com alguns anos de exploração predatória de pau-rosa na região do Tapajós, esse recurso se extinguiu quase por completo das áreas de matas ocupadas pelas comunidades (hoje é muito difícil encontrar pau-rosa na mata). As empresas extrativistas, então, voltaram-se para o Rio Moju, onde foi instalada uma grande usina de beneficiamento. Muitos moradores de Piquiatuba e de outras comunidades continuaram a exploração do pau-rosa no Moju, permanecendo fora de suas comunidades até por três meses. Essa situação fez com que as mulheres assumissem, ainda mais, os trabalhos de roça, auxiliadas por seus filhos menores em quase todas as etapas do trabalho, exceto na derruba das matas.



No início dos anos 70, com a queda dos preços dos produtos extrativistas<sup>50</sup>, os ribeirinhos pararam de extrair produtos das florestas e voltaram-se para a venda da farinha de mandioca, que se tornou a atividade econômica principal da região, diminuindo expressivamente sua renda.

Mesmo que as responsabilidades da roça fossem das mulheres, algumas decisões eram e são até hoje tomadas pelos homens.

*“ (...)A questão da escolha do roçado é sempre o marido, ele é quem escolhe o lugar. Lá ele broca, derruba e queima, aí a mulher, quando ela é boa de saúde e gosta de trabalhar, ajuda direto mesmo. Também pronto, ela ajuda a plantar, a zelar e até mesmo só ela faz a farinha e o marido mesmo, já vai fazer outro trabalho. Eu quando era boa de saúde, não precisava ser nova não, eu gostava de fazer farinha com os meus filhos, muitas vezes, o Dico até se despreocupava (...)”.*

Todos os membros do grupo doméstico participam do trabalho de implantação do roçado, embora algumas atividades sejam de responsabilidade das mulheres, como o plantio de outras culturas consorciadas com a mandioca nos roçados. Geralmente, as mulheres plantam melancia, maxixe, jerimum, inhame, cará, batata-doce e macaxeira, próximo aos tocos queimados para aproveitar a cinza e próximos às coivaras para facilitar o hábito trepador de algumas plantas. As pessoas comentam que a cinza, o carvão desfeito e o calor favorecem o crescimento destas plantas. Com isso, ampliam significativamente a oferta de alimento para a família. Outros trabalhos são de responsabilidade dos homens, como broca, derruba e queima. Geralmente, são os homens que escolhem o lugar e o tamanho dos roçados, pois dependendo do tamanho da área e o tipo de vegetação presente (capoeira e mata), a quantidade de esforço e o tempo despendido na derruba varia muito. Também decidem se a farinha produzida é para

---

<sup>50</sup> Segundo os exportadores do Baixo Amazonas, o declínio do mercado de produtos extrativistas deu-se em função, tanto da intervenção do antigo IBDF, que passou a proibir a extração destes produtos, como do desenvolvimento tecnológico de produtos sintéticos, que passaram a concorrer com os produtos da região. Do ponto de vista de alguns moradores da FLONA, atribuíram tal declínio à criação da FLONA do Tapajós em 1974 (Gonçalves, 1998).

vender ou só para consumo próprio da família. Embora as mulheres participem ativamente dos trabalhos de roça, essas decisões determinam o funcionamento de todas as outras tarefas, afetando diretamente seus trabalhos, como limpeza do roçado, coivara, plantio das manivas, capina do mato, dentre outras.

*“ (...) No caso do roçado na mata se leva mais tempo e menos área de terra plantada, porque aonde tem pau grosso ou aonde tem muitos galhos, quando não queima muito bem o roçado, aí tem que fazer a coivara, torar aqueles galhos mais finos, queimar e jogar para o aceiro, que é pra beira do roçado. Aí nessas alturas já vai se perdendo mais tempo, se é o dia pra ela plantar, ainda tem que fazer aquelas coivaras, torar e queimar os paus e, além disso, ainda fica aqueles pedaços de terra aonde está a madeira grossa e lá não se pode plantar. Na capoeira tem a vantagem de levar mais maniva no plantio, tem mais espaço, só que nasce mais mato e na mata não, na mata se ela for bem queimada, o mato nasce menos, na mata é preciso só duas capinas e na capoeira tem que capinar até três vezes e, muitas vezes, ainda fica no mato (...)”.*

Os homens normalmente ajudam as mulheres no plantio das manivas fazendo as covas com enxada ou com terçado. A capina do mato e a feitura da farinha são de responsabilidade da mulher, embora, muitas vezes, os homens participem destes trabalhos.

É interessante notar que, embora, as mulheres trabalhem ativamente nas tarefas da roça, dedicando tempo e esforço, sempre quando entrevistadas mencionam que “ajudam” o marido. Provavelmente o significado da palavra “ajuda” está relacionada com algumas decisões tomadas pelos homens, do que propriamente relacionada com participação no trabalho.

Embora as mulheres participem de atividades que tradicionalmente são realizadas por homens, como caça, pesca, o trabalho feminino concentra-se mais na manutenção dos roçados e sítios.

Geralmente, um grupo doméstico explora três roças ao mesmo tempo. Derruba-se necessariamente uma roça por ano. Enquanto se aguarda a maturação da mandioca

plantada na roça do ano, consome-se a produção de uma ou duas roças dos anos anteriores.

Segundo os moradores de Piquiatuba, nas capoeiras localizadas em áreas arenosas, pode-se fazer até cinco plantios, desde que sejam alternados com períodos de pousio. Depois disso, essas áreas são geralmente abandonadas.

### ***Divisão temporal do trabalho***

Em oficinas de trabalho foram feitos dois calendários de atividades por gênero, que permitiram visualizar, sob a perspectiva de homens e mulheres, os meses em que ambos, auxiliados por meninos e meninas, estão envolvidos em trabalhos ao longo do ano, sinalizando os períodos de alto e baixo requerimento de trabalho (Figuras 15 e 16).

Durante as oficinas, o grupo dos homens comentou que a broca é feita por eles, com auxílio de meninos acima de doze anos, nos meses de maio e junho. Enquanto que a derruba é realizada somente por eles, sem a ajuda dos meninos, no período de julho a setembro. O grupo das mulheres comentou que elas ajudavam seus maridos na broca, no período de agosto a outubro, e na derruba de capoeiras. A derruba em áreas de mata são antecipadas (agosto e setembro) em comparação com as áreas de capoeira (setembro e outubro), porque o solo sob mata é mais úmido e, portanto, necessita de mais tempo para secar antes de realizar a queimada.

A queimada dos roçados é realizada em setembro e outubro pelos homens com a ajuda das mulheres e meninos, podendo ser antecipada para agosto, quando feita em área de mata. As manivas são plantadas por todos os membros do grupo doméstico no período de outubro a dezembro.

*“ A maniva deve ser plantada em outubro, novembro, antes da chuvada que é o tempo de plantar a maniva, porque se plantar a maniva com muita chuva, ela não dá, ela dá muito é árvore, porque a chuva lava o leite da maniva e a ciência da maniva é aquele leite”.*

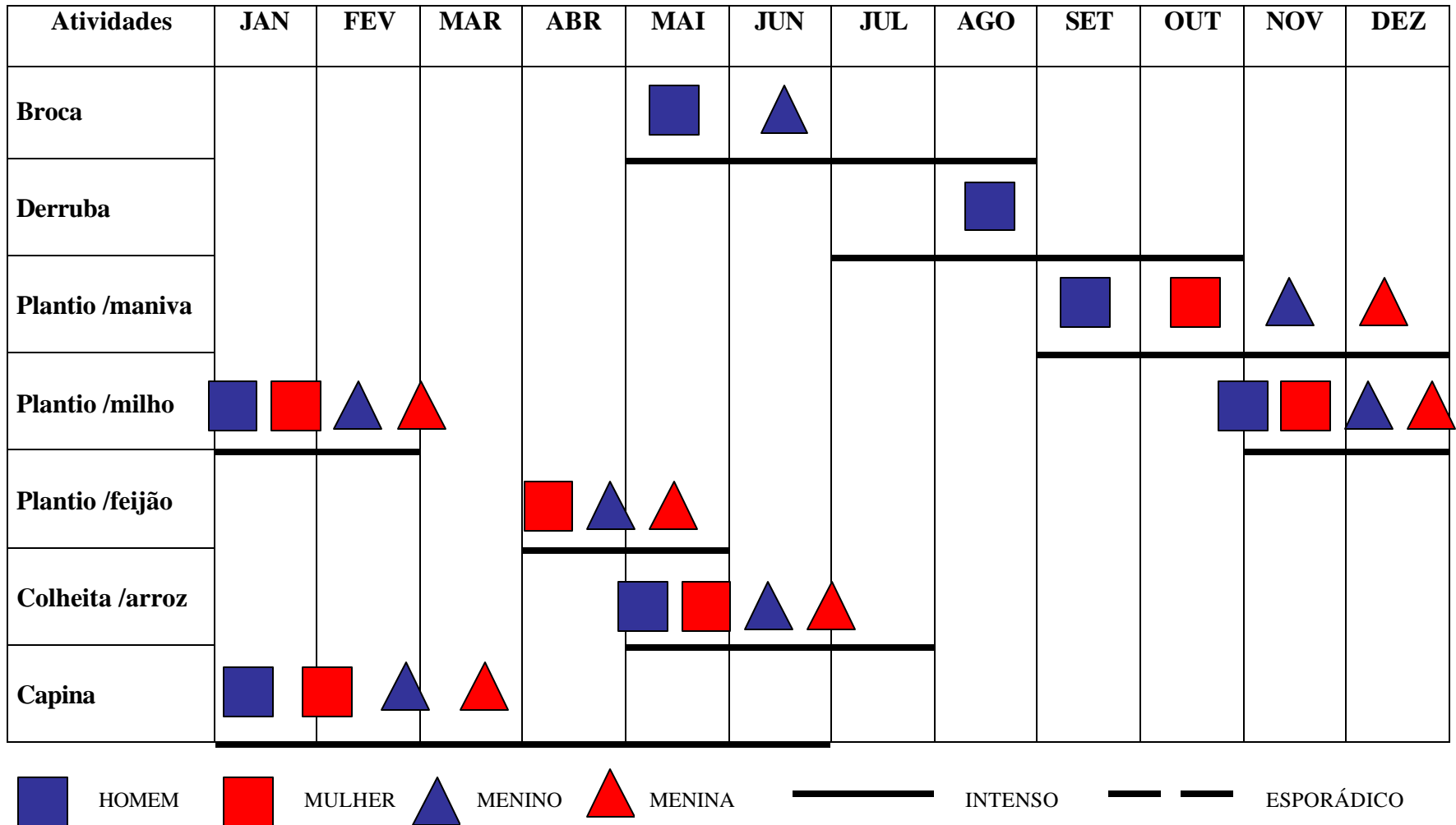


Figura 15 - Calendário de atividades feito pelos homens

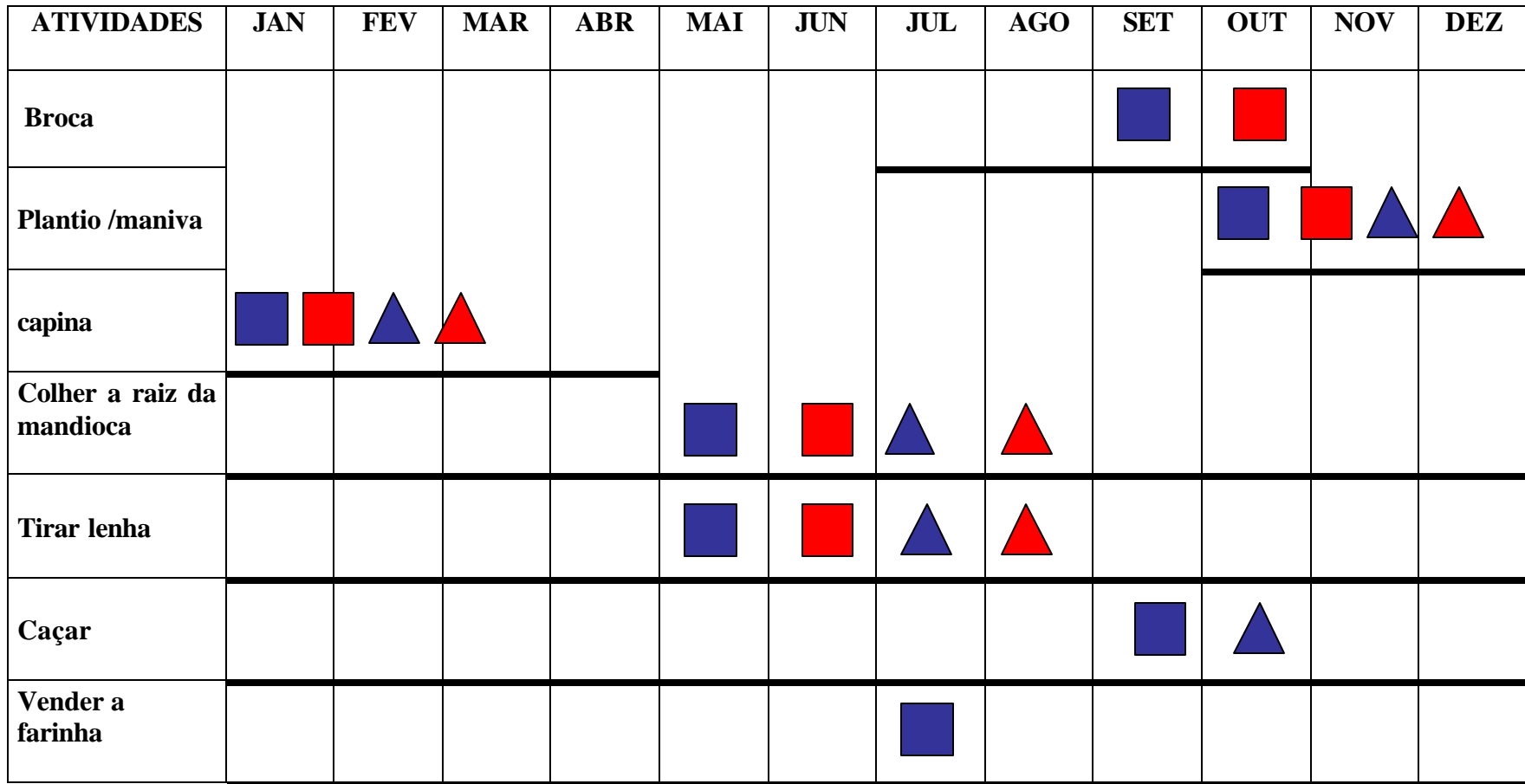


Figura 16 - Calendário de atividades feito pelas mulheres

A capina é feita duas ou três vezes durante a época das chuvas, de janeiro a março (podendo prolongar até o mês de junho), dependendo do tipo de vegetação. Roçados sob capoeira exigem três capinas. Em área de mata, exigem duas.

São poucos os grupos domésticos que cultivam milho, arroz e feijão em Piquiatuba. Provavelmente porque as áreas próprias para o cultivo destas plantas são aquelas mais férteis (com maiores teores de argila e matéria orgânica), conhecidas por “terras pretas de índio”. Estas áreas ocorrem nas áreas de planalto acima de uma escarpa, popularmente conhecida por “serrinha”, distante das moradias, cerca de 5 a 6 km.

A época do plantio de milho e arroz é normalmente no início do ano (janeiro e fevereiro), podendo ser antecipada para novembro e dezembro, dependendo da ocorrência das chuvas. Todos os membros do grupo doméstico participam do plantio do milho. O feijão é, geralmente, plantado por mulheres, meninos e meninas na “palha do milho”, ou seja, logo após a colheita do milho, no período entre abril e maio.

O sistema de cultivo varia muito entre os grupos domésticos. Alguns plantam em consórcio e outros fazem o plantio “solteiro”. Segue abaixo um trecho de uma entrevista com uma moradora, explicando os sistemas de cultivo:

*“(...) As pessoas aqui usam o seguinte sistema: eles fazem a roça, tem uns que reparte a roça, deixa uma parte pro milho, deixa outra parte pro feijão e outra parte planta a maniva e tem uns que não, plantam o milho, colhem o milho e naquela área que estava o milho, eles metem o feijão e aí depois deles tirarem o feijão, eles metem a maniva, é muito bem aproveitada essa área de terra. Aí têm outros que não, eles plantam o arroz e o milho pelo meio da maniva, planta primeiro a maniva e depois de um mês planta o milho e logo depois o arroz, quando a maniva está com um palmo de altura, aí é que planta o arroz e o milho. Dá bem assim, porque acompanha o crescimento, desenvolve por igual as plantas, porque se plantar o arroz e o milho quando a maniva estiver muito grande, não adianta que não dá não. Agora para mim é melhor plantar primeiro o milho, porque o milho é uma planta que ele rápido ele dá, porque a maniva, mesmo que ela fique meio triste, depois ela toma a força dela (...).”*

A escolha da época do plantio e do sistema de cultivo (consoviado ou solteiro) depende da área de plantio (capoeira ou mata), época de chuva, competição entre plantas. Entretanto, existem outros dois fatores que também interferem: fase da lua e a participação dos membros do grupo doméstico.

*“(...) O plantio da maniva é conforme a fase da lua, minha avó não gostava de plantar na minguante, nadinha ela gostava de plantar, maniva, nem batata, nem cará, nadinha, porque não crescia a batata, o que ela gostava de fazer na fase da lua minguante era capinar o mato, a fase da lua boa de plantar é a cheia e a lua crescente (...)”.*

*“(...) Tem gente que logo que planta a maniva, já planta o milho, porque aí não atrapalha, não tem o problema da gente ficar pisando na maniva quando ela está de broto, principalmente quando se planta com criança, menino, que não presta atenção, amassa e pisa em cima da maniva e assim não, por mais que pisa, pisa no limpo, não prejudica, aí vai entrar no roçado só na época de capinar. A roça pra dar bem mandioca é três vezes a capina, agora tem gente que só capina uma vez, duas vezes, mas o normal da maniva é três vezes. Agora a capina do milho e do arroz é só uma vez, que o tempo deles é só três meses, aí só alimpa na hora de plantar a maniva (...)”.*

De uma maneira geral, os calendários construídos por homens e mulheres são bem semelhantes. Somente pequenas diferenças quanto aos períodos em que algumas atividades são executadas e quanto a participação das pessoas envolvidas. Por exemplo, as mulheres indicaram que a broca é feita preferencialmente entre os meses de agosto e outubro e, tanto os homens como as mulheres, participam de sua realização. Enquanto que os homens indicaram que a broca é realizada por homens com o auxílio de meninos nos meses de maio e junho. Os dois calendários indicaram que todas os membros do grupo doméstico participam do plantio da maniva, milho, arroz e feijão, capina e colheita de mandioca.

Os períodos em que há maior concentração de atividades são: (i) os meses entre *agosto a dezembro* com a derruba das matas; (ii) os meses de *setembro e outubro* com a

derruba das capoeiras; (iii) *outubro até o fim do ano* com o plantio da maniva; (iv) no início do ano, entre os meses de *janeiro a março*, com o plantio do milho e a capina do roçado. Entre *abril e julho*, embora os grupos domésticos estejam envolvidos no plantio do feijão e na colheita dos grãos, é o período em que há menos demanda de trabalho, pois segundo o costume local, os grãos permanecem “armazenados” no roçado por grandes períodos até serem colhidos.

O uso de calendários de atividades ajuda a clarificar os períodos em que as comunidades passam por altos requerimentos de trabalho e outros em que são mais baixos. Esse tipo de informação é importante, principalmente no momento de planejar as atividades de um projeto e elaborar um plano de trabalho, minimizando os efeitos de sobrecarga de trabalho em alguns períodos críticos. Além de ajudar no planejamento dos projetos, as informações geradas pelos calendários permitem identificar as atividades que demandam mais tempo e que ocorrem com maior frequência ao longo do ano, bem como, as pessoas envolvidas.

Um exemplo de intervenção externa mal sucedida, por desconhecimento da organização do trabalho, foi o programa de armazenamento de grãos e sementes dirigido aos grupos de produtores das comunidades da FLONA. Durante o monitoramento de um treinamento, os técnicos extensionistas “descobriram”, após algumas visitas domiciliares, que eram as mulheres, em sua maioria, que guardavam as sementes para o próximo plantio. Quando entrevistadas, as mulheres manifestavam mais conhecimentos sobre as variedades e sobre a época de plantio das culturas comumente utilizadas que seus maridos e filhos. Entretanto, não participam dos *grupos de produtores*, cujo próprio nome indica uma forte inclinação para a participação masculina. Esse é um bom exemplo para ilustrar o quanto é importante conhecer a divisão de trabalho, para que os esforços e investimentos dos projetos sejam alocados adequadamente e atendam às necessidades e interesses dos moradores das comunidades.



## 5 SISTEMAS TRADICIONAIS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS

*“As capoeiras são marcadas quando tem seringa, aí todos da comunidade já ficam sabendo que aquela capoeira é de quem plantou, mesmo que faça muito tempo. Essa área entre o caminho do Banco e do Leal, isso tudo era um seringal, hoje em dia está tudo abandonado, só se vê capoeira. A maioria é capoeira de seringa do Seo Procópio”.*

(morador de Piquiatuba)

Especialmente na Amazônia é comum as populações locais se organizarem em comunidades rurais. Nestas comunidades a apropriação e uso dos espaços e recursos naturais caracteriza-se pela sua utilização comunal ou comunitária, através do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante. Esta forma de organização é freqüente entre as populações com forte dependência dos recursos naturais para sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos limitadas com o mercado (Diegues, 1997).

Embora as populações locais, sob regime de propriedade comum, ocupem um território comum (áreas devolutas ou áreas protegidas) e compartilhem o uso dos recursos ali existentes, isso não implica necessariamente em manejo comum de todos os recursos. Na prática existem poucas situações em que as atividades produtivas ocorrem sob manejo regulados por regras comuns. O que freqüentemente ocorre é um *continuum* de arranjos de apropriação e uso dos recursos, que vai desde acesso aberto, uso comum até o uso individual, no qual as comunidades estão continuamente envolvidas em uma ou outra direção (Berkers & Floke, 1994 e Richards, 1997).

Geralmente os direitos que regem a propriedade comum em áreas protegidas são complexos e divididos: as terras são de propriedade do Estado, mas são as famílias residentes que possuem direitos tradicionais sobre as mesmas. Internamente os recursos são apropriados segundo regras e acordos locais. Assim, enquanto as áreas cultivadas são de posse familiar, as capoeiras e matas são de uso da comunidade (Freudenberger, 1996). Entretanto, a complexidade destes direitos varia entre as comunidades. Tende a ser maior nas regiões em que existe uma forte pressão sobre os recursos e/ou quando os recursos constituem a base de sustentação das populações locais (Arnold, 1997).

Em geral, os moradores das comunidades rurais quando questionados sobre o uso dos recursos, quase sempre respondem que “qualquer pessoa pode usar qualquer lugar”. Entretanto, examinando com mais atenção, podemos perceber que os sistemas de propriedade comum constituem uma “colcha de retalhos”, com diferentes tipos de posse: uso individual, uso comum e acesso aberto. Cada área constitui em um “nicho de posse”, cujo acesso e uso dos recursos são governados por um conjunto particular de regras (Bruce, 1999). Estes sistemas de apropriação dos recursos incluem mais que títulos ou pedaços de papel, especificando a propriedade de um determinado recurso ou território, mas antes, o reconhecimento social sobre uso dos mesmos (Bromley & Cernea, 1989).

Em Piquiatuba as áreas de uso individual referem-se às áreas de posse familiar, incluindo os quintais, os roçados, os pastos, os sítios, os seringais e as reservas particulares<sup>51</sup>. Em geral, os produtos e benefícios gerados nestas áreas são apropriados pelos grupos domésticos. As áreas de uso comum incluem áreas de reservas florestais, açazais e buritizais, lagos e igarapés, apropriadas por todos moradores de Piquiatuba. Entretanto, nem todas as áreas de uso comum possuem o mesmo nível de controle e restrição aos usuários externos. Geralmente as áreas mais distantes são mais difíceis de serem controladas e, em certas circunstâncias, assemelham-se as áreas de acesso aberto.

A distribuição espacial das áreas de uso individual e comum em Piquiatuba foram feitas pelos moradores em oficinas de mapeamento (Figuras 17 e 18).

---

<sup>51</sup> As reservas particulares são áreas de capoeiras ou de matas, utilizadas para atividades de extrativismo e expansão ou implantação de novos roçados de um grupo doméstico.



Figura 17 - Grupo de homens fazendo o mapa E



Figura 18 - Grupo de mulheres fazendo o mapa G

Embora os mapas produzidos não possuam precisão cartográfica e difiram muito entre eles, segundo as diferenças de gênero (sexo e idade) e o conhecimento específico de cada participante, revelam um grande conhecimento local sobre a distribuição espacial das unidades ao longo do território da comunidade.

Foram identificadas 22 unidades de manejo, sendo 5 tipos de matas (mata, mata de castanhal, mata de seringal, mata de castanhal e mata de igapó), 3 tipos de capoeiras (capoeira, capoeirão com palhal, capoeirão com seringal), 3 formações de palmeiras (açazal, buritizal, babaçual), 5 tipos de solos (areia, barro com areia, barro, terra amarela, “terra preta de índio”), 4 unidades de produção (roçados, sítios, seringais e pastos), 1 rio, 1 igapó<sup>52</sup>, 4 igarapés, 9 cabeceiras e 4 lagos.

A classificação das tipologias das formações florestais<sup>53</sup> seguiu basicamente 4 critérios fisionômicos: (i) as práticas tradicionais de “derruba e queima” (capoeira x mata), (ii) a presença natural ou intencional de espécies de interesse (mata com seringueira, capoeira com palha), (iii) estágio sucessional (capoeira x capoeirão) e (iv) condições físicas do ambiente (mata de igapó x mata de terra firme). Os solos foram classificados segundo a conjugação de 3 critérios morfológicos: textura, cor e potencial agrícola. As caracterizações de solos e suas categorias são também descritas com detalhe por muitos agricultores, distinguindo-se por sua cor, textura, fertilidade (Altieri, 1991). Pires & Prance (1985) comentam que as populações caboclas amazônicas percebem seus ambientes especialmente a partir das características físicas da vegetação, do solo e de outros recursos existentes. Estas percepções são traduzidas em classificações que podem estar também associadas aos diferentes usos e intensidades de manejo.

As unidades de manejo foram distribuídas no território da comunidade considerando-se dois trechos bem distintos do relevo: o primeiro, com uma extensão média de 6 km, consiste num terraço arenoso que inicia-se na beira do Rio Tapajós, estendendo-se até uma escarpa com mais de 80 metros de altura. Seus solos são bastante

---

<sup>52</sup> São áreas de mata anualmente inundadas na época das chuvas. Geralmente são ricas em peixes, devido à alta concentração de espécies de árvores que fornecem alimento.

<sup>53</sup> As formações florestais que ocorrem em Piquiatuba são bastante diversificadas e estão intimamente ligadas ao manejo antrópico destes ambientes, podendo observar vários estágios de sucessão florestal com a formação capoeiras de várias idades (IMAFLOA; MMA; IBAMA; Banco Mundial, 1996b).

arenosos, ácidos e de baixa fertilidade. Em alguns trechos ocorrem manchas de “terras amarelas” que, apesar de possuírem um teor de argila maior, também são pobres em nutrientes. O segundo trecho, conhecido por planalto, começa na escarpa e se estende até a Rodovia Santarém-Cuiabá. Essas áreas possuem solos mais férteis e argilosos, conhecidas por áreas de barro. Sob esses solos ocorrem algumas manchas de “terras pretas de índio”.

O mapa A (Figura 19), deu maior ênfase às áreas de uso comum. Neste mapa as matas em áreas de barro acima da serra aparecem em maior proporção que as capoeiras em áreas arenosas abaixo da serra. Também aparece em detalhes os igarapés. O mapa B (Figura 20) representou com bastante destaque as áreas de capoeiras, capoeiras com palhas e as áreas de pasto, abaixo da serra, e as áreas de mata acima da serra com algumas manchas de seringais, babaçuais e castanhais. O mapa C (Figura 21) destacou na região do Banco a presença de terra amarela; nas áreas distantes de mata indicou manchas de “terra preta de índio” e de barro. Também destacou uma grande área de mata com palhas entre as regiões do Banco, Vila de Piquiatuba e Leal. O mapa D (Figura 22) também representou a terra amarela na região do Banco, porém com menos destaque que o mapa C e, a semelhança dos mapas A e B, representou as áreas de capoeiras abandonadas (antigos roçados) nas áreas distantes de mata acima da serra, próximo ao igarapé do Branco. O mapa E (Figura 23) deu destaque as áreas de “terra preta de índio”, aos seringais e aos núcleos familiares mais distantes, conhecidos por colônias, como Bom Jesus (Vai-Quem-Quer), Banco, Leal, Brejo e São Lourenço. O Mapa F (Figura 24), a semelhança do mapa A, identificou quase todos os igarapés de Piquiatuba, entretanto foi o único mapa que representou com detalhe os lagos, subdividindo-os em lagos menores.

Somente dois mapas (mapas F e G) não localizaram os limites de fundo da comunidade. O mapa A representou o “pico dos 10 km” e os demais (mapas B, C, D e E) indicaram o limite de 14 km (“pico torto”) proposto pelo trabalho de Mapeamento Comunitário. Apesar do “pico dos 10 km” possuir um maior reconhecimento entre os moradores da FLONA, o destaque maior para “pico de 14 km” reflete uma intenção dos moradores de Piquiatuba em negociar com IBAMA maiores porções de área.

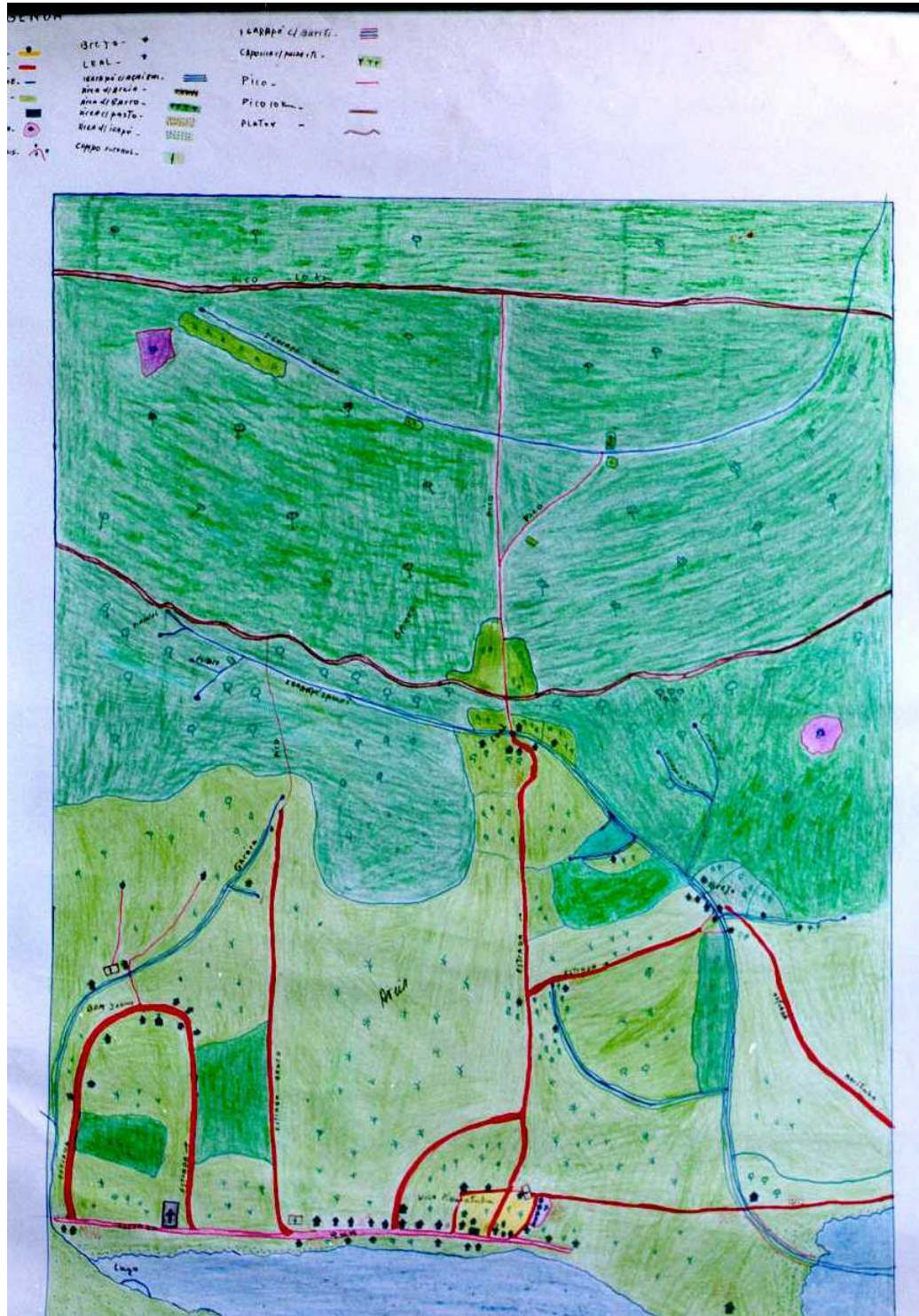


Figura 19 – Mapa A (feito por homens)





Figura 21 – Mapa C (feito por homens)





Figura 22 – Mapa D (feito por homens)



Figura 23 – Mapa E (feito por homens)



As mulheres, ao contrário dos homens, representaram em seu mapa G (Figura 25), com muito mais destaque, as unidades de produção, como sítios, roçados e capoeiras com seringais, que as áreas de extrativismo. Essa diferença, provavelmente explica-se pelo fato das mulheres concentrarem suas atividades nos espaços do domínio familiar, enquanto que os homens concentram seus trabalhos de extrativismo vegetal e animal em espaços de domínio coletivos, como matas e capoeiras. Outro aspecto interessante observado neste mapa foi a representação das unidades de produção reunidas em uma mesma área, indicando o uso individual das mesmas pelos grupos domésticos em contraposição às áreas de uso comum.

Algumas unidades de manejo, como matas, capoeiras com palhas e capoeiras com seringueiras, foram indicadas em quase todos os mapas, diferindo somente quanto a proporção representada. Possivelmente porque essas unidades são consideradas abundantes em Piquiatuba. Já as áreas de pasto, apesar de serem poucas, são bastante notáveis pelos moradores por considerarem o gado um recurso valioso e que confere *status* social. Da mesma forma, o seringal implantado pelo Pedro Veloso na região do Banco, embora ocupe uma área limitada, foi indicado em vários mapas por fazer parte da história econômica de Piquiatuba no período entre os anos 60 e 70. Outras unidades como açazais, buritizais e terra amarela foram representadas somente em alguns mapas, por serem consideradas relevantes somente para algumas regiões.

A relevância é um fator associado ao usuário. Assim, um recurso pode ser relevante para os moradores de uma região e não ser para os moradores de outra região. Além disso pode estar sujeito às diferenças de gênero. Já a abundância é indiferente ao usuário. Um recurso abundante é claramente notável por ocorrer em grande quantidade em relação aos demais, independente do seu uso. É claro que se o recurso for abundante e relevante ao mesmo tempo terá maior probabilidade de ser representado no mapa que outro, entretanto, por simples esquecimento, um dado recurso pode não estar presente no mapa, mesmo que seja considerado relevante e/ou abundante, como foi o igapó presente somente no mapa A.





Figura 26 – Mulheres apresentando seu mapa



Figura 27 – Homens apresentando seus mapas

## 5.1 Estratégias de apropriação e distribuição dos recursos

Os sistemas de apropriação dos recursos das áreas de uso comum e de uso individual seguem regras de posse e usufruto diferenciados. Os produtos dos roçados, por exemplo, são apropriados individualmente pelo grupo doméstico, enquanto que os produtos das reservas “particulares” podem ser apropriadas por pessoas alheias ao grupo doméstico, desde que haja permissão (IMAFLOA et al., 1996a). Já os produtos das áreas de reserva comum (cipó titica, leite de amapá, leite de sucuíba, óleos de andiroba, óleo de copaíba, piquiá e outras frutas) são utilizados somente pelos moradores de Piquiatuba, enquanto que o pescado oriundo dos lagos são também apropriados pelas comunidades vizinhas.

### 5.1.1 Áreas de uso individual

Nas comunidades rurais em que a apropriação dos recursos é comunal, como é o caso de Piquiatuba, o reconhecimento social das áreas de posse familiar segue o princípio que “o investimento em trabalho cria direitos” (Shepherd, 1986). Isso significa que qualquer intervenção que um grupo doméstico faça em uma determinada área de mata, incluindo desbaste, broca, desmatamento, ou plantio, sinaliza aos demais grupos que a mesma lhe pertence. No passado essa estratégia foi utilizada por alguns moradores de Piquiatuba somente para “marcar território” sem destinar um uso produtivo à área, como podemos observar no trecho de uma entrevista com um morador:

*“(...) Anteriormente as pessoas queriam ficar com três a quatro áreas e até ficava fazendo roçado só para ter uma capoeira e depois dizer que era dono dessa capoeira ou daquela outra área (...)”.*

Entretanto, a maneira mais comum de apropriação da terra em Piquiatuba é através da abertura de clareiras na mata para a implantação de roçados e sítios. O grupo doméstico, responsável pela abertura da clareira, passa então a possuir direitos sobre o uso daquela parcela, mesmo quando a terra é essencialmente pouco produtiva e passa por um período relativamente longo de pousio. Essas práticas são amplamente citadas na

literatura como investimentos que conferem direitos de posse da terra aos indivíduos (McCulloch & Meinzen-Dick, 2001).

*“A pessoa para assegurar um terreno numa área de reserva, numa FLONA, ele tem que colocar um roçado. Porque só dizer que tem um terreno e não ter um roçado pra assegurar não adianta de nada. Não basta dizer: está aqui meu terreno. Vem outra pessoa e pergunta: você tem alguma coisa plantada? Então como você tem um terreno?”. Por acaso chega o IBAMA aqui e pergunta: qual é a tua área?” A pessoa então diz: está lá no Ipuri. Aí quando o IBAMA chega lá no Ipuri pra conferir vai logo perguntando: cadê seu roçado? Como é que pode dizer que é tua essa área se não tem nenhum trabalho?”*

A distribuição espacial das áreas de uso individual em Piquiatuba é o resultado da conjugação de alguns fatores físicos, como fertilidade dos solos, presença de igarapés e queimadas, além da formulação de alguns acordos e regras de ocupação. Geralmente, os roçados, os pastos e as reservas particulares ocorrem em áreas contíguas, a cerca de 1 a 3 km das moradias, formando extensas áreas de domínio familiar, conhecidas por “áreas de trabalho”, enquanto que os sítios e seringais ocorrem em áreas mais dispersas e distantes.

### ***Roçados***

Até o início dos anos 70, as áreas de propriedade individual ocorriam de forma esparsa no território da comunidade, umas distantes das outras, com extensas áreas de matas e capoeiras as separando. Com a mudança do eixo da economia do extrativismo para a produção de farinha de mandioca, houve uma expansão das áreas de roçado. Os moradores então decidiram que cada grupo doméstico deveria organizar suas atividades em uma mesma área, evitando assim que os roçados invadissem as áreas de reserva de outro grupo.



*“Existia um acordo dos antigos como Seo Francisco Soares, Seo Manuel Neves, Seo Manuel Almeida, Raimundo Gama, famílias do Leal, que á o seguinte: cada um determinava a sua área e começava a trabalhar e de onde ele tirava aquela área ele não podia voltar vindo no rumo do outro, ele tinha que tirar o lote dele dali pra frente, para que não desse problemas, até porque a mata é muito grande”.*

*“A gente fez reunião e ficou então decidido que cada família escolhesse, por exemplo, uma área que achasse que era boa pra trabalhar e começasse a levar um trabalho seguido daquilo ali, pra não ficar atrapalhando nenhum nem outro, pra não ter nenhum problema no futuro com a comunidade”.*

Atualmente, a grande maioria dos roçados de mandioca (80%) concentra-se no terraço arenoso e mais da metade (60%) são abertos em áreas de capoeira, em função da dificuldade de acesso às áreas de solos argilosos e das proibições impostas pelo IBAMA<sup>54</sup> (IMAFLOA et al., 1996a). Apenas 20% dos roçados é cultivada em solos argilosos e nas “terras pretas de índio”. Nestes solos concentram-se os roçados de mandioca consorciados com milho, arroz e feijão.

### **Pastos**

Existem poucas áreas de pasto em Piquiatuba. Geralmente, localizam-se próximas aos igarapés e possuem uma área de capoeira para pousio. Na região do Puracá, um único grupo doméstico possui cerca de 40 cabeças de gado que ocupam aproximadamente 50 hectares. No Núcleo do Brejo outro grupo doméstico possui cerca de 30 hectares que comporta 60 cabeças. As demais áreas de pasto são bem menores. Na Vila dos Neves um grupo doméstico possui 15 cabeças. Nas proximidades do igapó, duas áreas de pasto contíguas comportam 4 cabeças de gado de um grupo doméstico, 3 cabeças do Clube de Futebol Santa Terezinha e 1 cabeça do grupo dos produtores. No inverno, durante a vazante, essas áreas se expandem alcançando áreas de capim nativo.

---

<sup>54</sup> O IBAMA proibiu a derrubada de capoeiras com mais de 20 anos e restringiu a ocupação das populações das comunidades da FLONA ao terraço arenoso que se estende por 4 a 6 km da beira do Rio Tapajós.

### ***Reservas particulares***

As reservas particulares são áreas de mata ou capoeiras (Figuras 28 e 29) utilizadas pelos grupos domésticos para a expansão dos roçados<sup>55</sup> e para a extração de palhas, plantas medicinais, óleos essenciais e madeiras para a construção de casas e canoas. As capoeiras possuem em torno de 4 a 6 anos, tempo que geralmente os moradores deixam a área em pousio. Ocorrem predominantemente no terraço arenoso, intercaladas com roçados de mandioca e com áreas de cerrado (capoeiras com 1 a 3 anos), ao longo dos caminhos que dão acesso aos núcleos familiares em uma faixa entre 300 a 400 metros. Nas regiões do Puracá e do Brejo ocorrem próximas aos igarapés do Ipurí e Igarapé Seco, respectivamente. Mas é na região do Vai-Quem-Quer que estas capoeiras ocorrem com maior frequência, como resultado do cultivo por várias décadas pelos antigos moradores. Com repetidos ciclos de roçados na mesma área, muitas capoeiras tornaram-se improdutivas, com aspecto pouco desenvolvido e, portanto, pouco apropriadas para novos plantios.

*“Os primeiros moradores moravam na beira do Garara, na região do Vai-Quem-Quer, até perto do campo de futebol. Assim a gente olhando percebe o lugar daquelas casas antigas que tinha lá, onde eles colocavam as casas de forno, lugar onde se acha paus bons, aquelas pontes que eles atravessavam de uma casa para outra. Hoje em dia aparece madeira na água que é difícil de destruir”.*

As áreas de reservas particulares revestidas por matas são menos claramente delimitadas, entre os grupos domésticos, em comparação com as áreas de capoeiras, mas são reconhecidas como de uso individual por ocuparem áreas contíguas aos roçados.

---

<sup>55</sup> Para uma produção média mensal de farinha de mandioca, entre 6 a 8 sacos de farinha de mandioca, a cada ano, são derrubadas, por grupo doméstico, entre 1 a 2 hectares de capoeira e de mata (1 tarefa produz em média 15-20 sacos de farinha/ano, o que corresponde a 1-2 sacos/mês/tarefa. Como a média de produção de um grupo doméstico gira em torno de 6 a 8 sacos/mês, são necessários 6 a 8 tarefas por ano, o que corresponde a 1 ½ a 2 hectares).



Figura 28 – Área de reserva particular revestida por mata ao fundo do roçado



Figura 29 – Área de reserva particular revestida por capoeira ao fundo do roçado

Para a abertura de qualquer área florestal para a implantação de roçados ou qualquer outro uso, necessita-se da autorização do IBAMA. Os agentes ambientais são responsáveis pelo envio de uma lista ao IBAMA solicitando a aberturas de áreas para cada grupo doméstico. Nesta lista especificam nome do responsável, quantidade de área e local pretendido (capoeira ou mata).

Com o crescimento da população, os grupos domésticos foram expandindo suas áreas de trabalho até o ponto de confrontarem seus limites. A partir daí, as reservas particulares foram sendo subdivididas entre os filhos casados, formando novas áreas de trabalho. Essa subdivisão, de um modo geral, obedece a seguinte lógica: enquanto os filhos são solteiros as terras continuam em poder do pai; na medida em que vão se casando e constituindo novos grupos domésticos as áreas de reserva vão sendo progressivamente repartidas entre eles. Inicialmente os filhos recebem uma área de capoeira ou mata em torno 1 a 2 tarefas<sup>56</sup>. Caso a área paterna seja insuficiente para acomodar a expansão destas áreas, a família solicita à comunidade a posse de uma área de uso comum, mediante uma reunião com os moradores.

*“(...) Cada família tem uma área que tem seu trabalho e claro que uma área de reserva, e tem que zelar por aquela área, é isso que a gente discute muito na comunidade. Cada pessoa deve começar seu trabalho numa área e zelar por essa área, porque senão, o que ele vai deixar pros filhos? Quando vier uma demarcação, mesmo que seja uma demarcação coletiva, todo mundo já está localizado e já pode dizer que daqui pra frente é minha, do Antônio, do Manuel e, assim, cada um respeitando área do outro (...)”.*

### **Sítios e seringais**

Os sítios geralmente ocorrem em áreas mais distantes e férteis. A maior parte está localizada no terraço arenoso, em áreas de transição com terras de barro, terras amarelas e em algumas manchas de “terras pretas de índio”, a cerca de 3 a 5 km das moradia. Acima da serra, nas áreas de barro, existem alguns sítios que, antes da criação

---

<sup>56</sup> Termo local para designar cerca de ¼ de hectare

da FLONA do Tapajós, eram antigas colônias<sup>57</sup>.

Durante o auge da borracha muitas áreas de seringais foram implantadas em Piquiatuba. Na época, o plantio foi fortemente influenciado pelos grandes projetos de produção de borracha implantados em Belterra e em Fordlândia (Dean, 1989). Os seringais foram implantados em áreas de roçados, imobilizando com seu cultivo várias áreas férteis, próprias para culturas anuais, especialmente na região do Banco.

*“A gente tem seringa para vários lados, na serra, perto de casa, mais pra cima, porque os antigos, assim como eles iam fazendo o roçado, eles iam plantando seringa e como a terra era boa, os roçados ia ocupando toda a região do Banco”.*

Com o declínio da extração da borracha, a partir da década de 80, muitos seringais em Piquiatuba foram abandonados. A limpeza a cada 6 meses das estradas de seringa e em volta dos pés das seringueiras cessaram, e os seringais praticamente “ficaram no mato” (Figura 29). Mesmo estando abandonados, os seringais pertencem aos grupos domésticos que os implantaram. Na época, algumas capoeiras com seringa foram derrubadas para a implantação de roçados de mandioca, mas a grande maioria permaneceu em pé. Como no seringal apenas as árvores de seringa são de uso individual, as demais espécies arbóreas de interesse comum são apropriadas coletivamente pelos moradores da comunidade (IMAFLOA et al., 1996a).

*“As capoeiras são marcadas quando têm seringa, aí todos da comunidade já ficam sabendo que aquela capoeira é de quem plantou, mesmo que faça muito tempo. Essa área entre o caminho do Banco e do Leal, isso tudo era um seringal, hoje em dia está tudo abandonado, só se vê capoeira. A maioria é capoeira de seringa do Seo Procópio”.*

---

<sup>57</sup> Antes da criação da FLONA as colônias localizavam em áreas distantes nas chamadas “áreas de centro” e/ou “áreas de planalto”. Consistiam em centros de produção familiar com moradias, quintais, casas de farinhas, roçados, e cultivo de plantas permanentes.

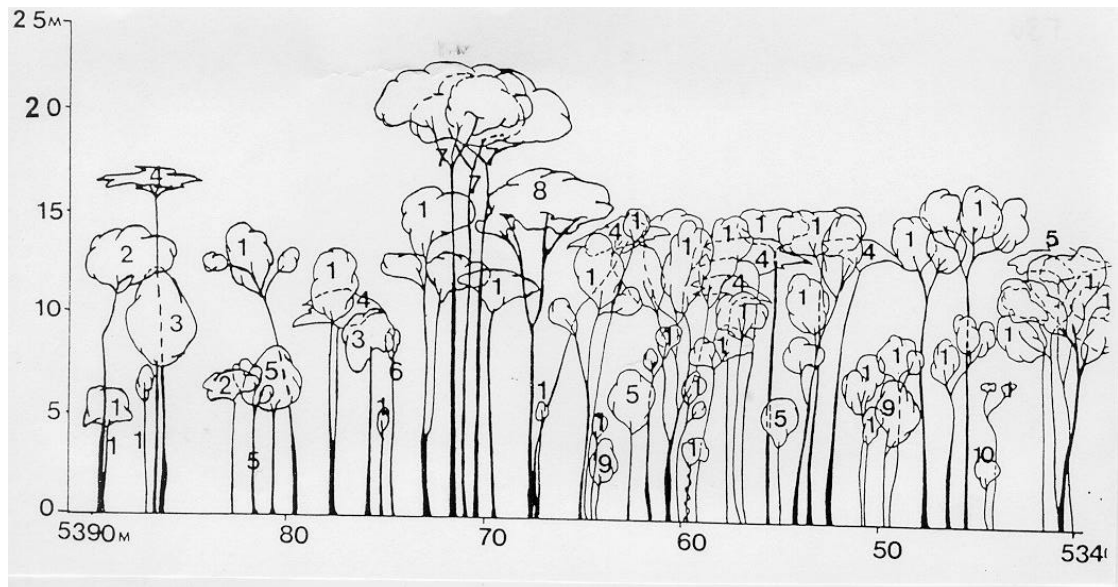


Figura 30 – Perfil de um seringal situado entre 5.340 e 5.390 metros do transecto feito no caminho do Leal. 1 = Seringueira (*Hevea brasiliensis* Muel. Arg.); 2 = Muiratinga (*Pereba guianensis* Aubl); 3 = Envira Preta (*Guatteria* af. *poepigiana* Mart.); 4 = Passarinheira (não identificada); 5 = Quinarana (*Geissospermum sericeum* Benth. Ex. Hook.); 6 = Pitomba (*Talisia* sp.); 7 = Lacre Branco (*Vismia cayenensis* (Jacq.) Pers.); 8 = Lacre Vermelho (*Vismia japurensis*); 9 = Ingá (*Inga* sp.) e 10 = Uruazeiro (*Cordia alliodora*). (Fonte: IMAFLORA; MMA; IBAMA; Banco Mundial, 1996a).

Com a criação das Reservas Extrativistas, no início da década de 90, o Governo, pressionado pelas ONGs e movimentos populares, especialmente pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e pelo Grupo de Trabalho na Amazônia (GTA), vem incentivando a comercialização da borracha na Amazônia, ainda que de forma tímida. Na região de Santarém, em 1997, foi instalada uma Usina de Beneficiamento da Borracha com potencial de produção de 180 toneladas por mês, mas que atualmente opera apenas com um quarto de sua capacidade. Mesmo assim, menos da metade dos seringais das comunidades da FLONA, cerca de 450 hectares, estão em fase de corte, em razão da dificuldade de transporte e baixos preços praticados no mercado local.

*“(...) de primeiro a gente trabalhava no cernambi<sup>58</sup>, a gente cortava e deixava coalhar na mesma vasilha e agora com a Usina de beneficiamento da borracha não, a gente corta, colhe, chega em casa e vai peneirar o leite para botar na forma para coalhar. Antes a gente colocava tucupi, mas ele alisa a borracha e quando eles vão meter na máquina, ele liga no dente da máquina. Na Usina é bonito quando eles metem na máquina, parece uma renda, fica enorme a fileira, fica bonita aquela arrumação. Antigamente a borracha era feita no defumador, era tipo um buraco na terra e saía uma fumaça de lá e a gente ficava jogando o leite por cima daquela bola e defumava, mas era muito custo. Agora facilitou, só põe na forma e leva para Santarém. Ainda eu não vendi nenhuma vez esse ano e no ano passado, mas nesse ano a gente começou e está difícil de parar porque vale muito mais que a farinha, o quilo da borracha está um real, dá três quilos por pé de seringa”.*

As áreas dos sítios e seringais são divididas entre os filhos casados e solteiros somente após o falecimento de seus pais, pois são consideradas patrimônio familiar. Estas áreas mesmo que sejam antigas (sítios e seringais “encapoeirados”) conferem fortes direitos de posse de terra ao grupo doméstico que investiu no seu plantio, passando de pai para filho ao longo de várias gerações. O que nem sempre ocorre com as capoeiras, especialmente com aquelas em estágios avançados de sucessão, as quais podem retornar à condição de uso comum.

O plantio de árvores é a principal estratégia para assegurar o direito de posse da terra, adotada por populações que ocupam territórios de uso comum e que utilizam a agricultura itinerante como sistema de cultivo predominante (Fortmann, 1985). Para muitas populações, o plantio de árvores possui uma dupla estratégia: assegurar a posse da terra e servir como um banco de investimento a longo prazo para contornar adversidades futuras (Chambers & Leach, 1987). Entretanto, o plantio de árvores em áreas recém abertas pode reduzir as áreas para a implantação de roçados (Otsuka et al., 1997).

---

<sup>58</sup> Cernambi é a borracha de baixa qualidade com alto nível de impureza.

As áreas plantadas com espécies arbóreas adquiridas por herança contribuem para que haja um diferencial entre os grupos domésticos de Piquiatuba em termos de quantidade e extensão de áreas de uso individual. Muitas áreas de seringais pertencem atualmente aos grupos domésticos que possuem parentesco com aqueles que as implantaram em épocas passadas.

*“Nós temos seringa um pouco da nossa planta e outro pouco é da herança da mamãe, que ela me deu. Os 3.000 pés de seringa lá na serra era do papai que ele trabalhou com o dinheiro do banco. Depois reparti com meu irmão que ficou com 2.000 pés e eu fiquei com 1.000 e depois ajuntei com a seringa da mãe do Adalberto, meu marido, e hoje a gente tem perto de 3000 pés de seringa”.*

*“Lá onde é o centro, onde minha filha Creuza tem uma área de trabalho grande, tem umas castanheiras. São plantas de herança de uma tia minha, irmã do meu pai, a Edwiges. Lá tinha muita laranja, café e depois plantaram castanheiras. A filha da minha tia Edwiges, Raimundica, morreu com cento e quinze anos, era avó da comadre Teca”*

Além das áreas herdadas, outra forma de adquirir direitos sobre as árvores é através da transferência de direitos, incluindo empréstimo, concessão e venda (Fortmann, 1985). Este sistema envolve o mínimo de protocolo entre as partes envolvidas. Geralmente, os moradores com poucas áreas de cultivo solicitam à comunidade a concessão de uma área de reserva de uso comum ou pedem emprestado à outros moradores pequenas áreas de capoeiras para a implantação de roçados. De acordo com o costume, dificilmente “o dono da capoeira” não concede o uso de uma capoeira não utilizada para quem precisa.

Como a venda de terras não é permitida dentro da FLONA do Tapajós, os objetos de venda e compra são as árvores e as benfeitorias (casa de moradia e de farinha). Até a década de 70, muitos moradores venderam seus seringais para os comerciantes de borracha da região. Com o declínio do comércio da borracha, os moradores com maior renda compraram dos comerciantes os seringais por preços bem baixos.



*“(...) O papai é a pessoa que tem muito mais seringa aqui no Piquiatuba, porque além das plantas dele que ele mesmo plantou, ele comprou muito, ele comprou desse Manuel Peixoto, que chegou aqui e comprou seringal de todo esse pessoal e quando ele foi embora, por volta dos anos 70, ele quis vender, mas não tinha quem comprasse, aí ele ofereceu pro papai, aí o papai comprou tudinho (...)”*

Atualmente, a maior parte das vendas de terras restringe-se às áreas de sítios, seringais e capoeiras dos moradores que pretendem mudar de Piquiatuba. Quando se trata de capoeiras, o que se vende é a área da frente do terreno, já que não existem limites de fundo definidos. Existe um acordo que estabelece um prazo de três anos para os moradores da comunidade venderem suas terras ou concedê-las a parentes. Caso não seja respeitado, o acordo prevê a reintegração das áreas às reservas de uso comum da comunidade. Entretanto, na prática é raro isso acontecer.

*“(...) eu comprei uma área ali do Baruca, que é lá de Pedreira, essa área dá pra eu trabalhar por muitos anos, é grande, metade da área pertence à Piquiatuba e a outra metade, pertence à Pedreira, porque ela faz divisa lá com Seo Zé Dequias e de fundura é a força que eu quiser trabalhar. Eu comprei essa área por R\$450,00. Todo mundo diz que eu paguei muito caro no terreno, mas pra mim que quero trabalhar não tem problema, o problema é eu ficar aperreado com essa área aqui, pequena, sem condição de colocar uma roça grande (...) Nesse terreno se tiver sete pés de planta plantadas, é muito. Ali o que tem é muito murici e outros pés de frutas que nasceram sozinhas (...)”.*

Muitos moradores ao invés de insistirem no plantio, conduzem a regeneração espontânea de algumas espécies de interesse. Além de aproveitarem o potencial natural da área, “economizado” tempo e esforço, a presença destas espécies nas capoeiras em pousio reforçam seus direitos de posse da área.

*“Nós plantamos laranja, banana, limão no roçado, só que elas estão feias e miudinhas. Tudo por ali tem, mas nem parece que foi plantado. Tem também malvarosa que é pra remédio. Agora o Raimundo já deixou crescer o cumaru, o tucumã, o pequiá, o ingá, a*

*jarana e o pau dárco e foram que foi uma beleza. Muitos piquiazeiros que foram deixados na hora do desmate, caíram com o vento, porque estavam todos sabrecados. Por cima tinham aquela casca bonita, mas por dentro ele era todo queimado, e aí o vento deu muito forte e torceu a árvore e ela caiu”.*

A prática de evitar o corte de algumas árvores no roçado, antes de realizar a queimada na esperança das árvores resistirem ao fogo, é considerada perigosa por muitos moradores. Na hora da queimada as árvores que permanecem em pé no roçado são conhecidas como “bandeiras”. Estas árvores funcionam como verdadeiras “lançachamas”, atingindo áreas distantes com pedaços de paus incandescentes, especialmente em dias com vento forte.

### **5.1.2 Áreas de uso comum**

As áreas de uso comum em Piquiatuba são basicamente de quatro tipos: (i) áreas de pesca (matas de igapós, igarapés, lagos e rios); (ii) áreas onde ocorrem espécies de palmeiras (açazais, buritizais, bacabais, injás); (iii) áreas de capoeiras e matas no terraço arenoso e (iv) áreas de matas distantes destinadas às atividades de caça e ao extrativismo vegetal.

O nível de restrição e controle dos recursos nas áreas de uso comum não é o mesmo. Segue um gradiente que varia entre áreas bastante restritivas até áreas pouco controladas. Algumas características dos recursos, como localização espacial, extensão (abundância) e importância para a subsistência dos moradores contribuem para a determinação do nível de controle sobre os recursos (FAO, 1997). Assim, se os recursos são considerados relativamente abundantes e ao mesmo tempo se localizam em áreas distantes, existem poucas razões para que os moradores invistam na sua conservação e, portanto, criam poucos ou nenhum mecanismo de controle. Por outro lado, se os recursos são considerados valiosos e escassos, haverá grandes incentivos para impedir o seu uso descontrolado.

### *Áreas de pesca*

A pesca é realizada pelos moradores de Piquiatuba durante o ano inteiro no Rio Tapajós. Na época mais seca do ano (junho a agosto) é realizada nos lagos próximos à comunidade e na época das cheias (janeiro a abril) é realizada nos igapós. Os igapós, apesar de ocorrem em áreas de fácil acesso, são as áreas mais protegidas da comunidade, uma vez que possuem grande importância para reprodução dos peixes. Nestas áreas só é permitido a coleta de produtos não madeireiros e o plantio de algumas espécies frutíferas. Os lagos são protegidos da ação de pescadores “de fora”, mas têm sido alvos de conflitos entre os moradores de Piquiatuba e Pedreira (comunidade vizinha) há mais de dez anos. A pesca no Rio Tapajós também já foi motivo de conflito entre pescadores comerciais e os moradores das comunidades dos dois lados do Tapajós<sup>59</sup>. Apesar das restrições impostas pelo IBAMA, as beiras dos igarapés e lagos são pouco protegidas do desmatamento, exceto em áreas de ocorrência de buritizais e açazais e nas nascentes dos igarapés.

Apesar da pesca constituir-se na principal atividade de subsistência dos moradores de Piquiatuba, apenas 20% dos grupos domésticos possuem apetrechos de pesca (malhadeiras e tarrafas), dos quais a maior parte são da Vila de Piquiatuba e do núcleo do Leal. Os demais dos grupos, durante as cheias, pescam com vara, zagaia, espinhel ou linha e, nas épocas de vazante e cheia do rio, emprestam a malhadeira e a tarrafa dos parentes e amigos.

---

<sup>59</sup> Em 1983, começaram a entrar barcos de pesca a motor, conhecidos por “geleiras”, esticando centenas de metros de redes a 4 a 6 metros de profundidade (“malhadeiras”) para capturar grande quantidade de peixes. Com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém, os moradores destas comunidades se organizaram e enfrentaram os “invasores” com espingardas de caça. Segundo depoimento de um ex-diretor do sindicato, certa vez, um grupo de 4 barcos comunitários reuniram mais de 40 moradores e aprenderam os peixes, mais de 1.500 metros redes e duas canoas. Os moradores então, decidiram esconder as redes na sede do sindicato. Depois de muitas negociações e conflitos, a Capitania apreendeu um barco comunitário sob pretexto de irregularidade. Após um mês, sob a proteção armada dos soldados da Polícia Militar, o chefe da Capitania dos Portos e o diretor da Superintendência da Pesca (SUDEPE) de Santarém invadem a sede do sindicato e encontram as duas canoas depositadas em um terreno vizinho. Depois de muita negociação, o sindicato entrega as redes e, em troca, liberam o barco comunitário (Leroy, 1991).

“A hora melhor de pescar é a parte da manhã, que dá mais peixe do que o horário do meio dia, ou então das quatro até às cinco horas da tarde. Nesse horário a gente pesca mais acaratinga e charuto quando o sol não está muito quente. Eu gosto de pescar de linha mesmo, tem gente que gosta de pescar com caniço (vara de pescar). É bom com caniço também porque o peixe sendo velhaco ele não vem próximo da canoa e o caniço vai buscar ele lá longe e a linha não, joga debaixo da canoa. Eu gosto também de pescar muito de malhadeira, todo tipo de peixe: aracu, mapará, tudo pega. É bom quando o dia está com sombra pela manhã, porque quando o dia está muito claro, o peixe quase não vem próximo da malhadeira e quando está escuro, o peixe vem e logo se engata na malhadeira. Muita gente gosta também de pescar quando não tem luar, na noite escura, eles colocam a malhadeira lá no rio e vão dar um tempo por ali até... quando eles vão olhar já tem peixe, quando não, eles deixam a malhadeira na boca da noite e vão olhar só pela manhã”.

*“Gosto mesmo é pescar com zagaia, coloco o carbureto na lanterna saio alumando a água, só eu mesmo na canoa, vou remando e alumando, chega o peixe e aí zagaio o peixe. Vários tipos de peixe eu costumo pescar assim de zagaia: bararuá, tucunaré, surubim, tracajá, tartaruga. Dá muita tartaruga, esse ano ainda não peguei nenhuma. O tracajá é bom de pegar nessa época, agora no inverno. No ano passado peguei muito tracajá na zagaia, muito não, só para comer, a maior vantagem que eu já fiz foi pegar cinco tracajás numa noite só”.*

### *Áreas com palmeiras*

As áreas com grande ocorrência natural de açazais, buritizais, inajás, pupunhas e bacabais não são desmatadas, exceto para construção de moradias. Diferentemente dos açazais e buritizais, as outras espécies de palmeiras não ocorrem em áreas concentradas, mas dispersas no território da comunidade. Os buritizais ocorrem predominantemente no igapó da região do Puracá. Já os açazais ocorrem em vários trechos das margens do igarapé do Garara, na região do Vai-Quem-Quer, do igarapé do Ipuri, na região do Leal e São Lourenço e em igarapés menores conhecidos por cabeceiras. O manejo dos açazais restringe-se ao corte de alguns perfilhos e limpeza do mato ao redor dos pés. Essas práticas sinalizam aos demais grupos domésticos que a área “pertence” àquele grupo doméstico que manejou o açazal. Não é costume entre os moradores da FLONA do Tapajós derrubar as palmeiras de açai, bacaba e pupunha para consumir o palmito.



Figura 31 – Área de açazal com alguns buritis na beira do igarapé do Cabeceira

### *Áreas de “capoeirões” e matas*

Estas áreas ocorrem ao longo do terraço arenoso, entre as áreas de uso individual (roçados, sítios, seringais, reservas particulares). São utilizadas para caça e para a coleta de produtos florestais, embora as áreas acima da serra sejam mais propícias para o extrativismo.

As áreas de matas concentram-se basicamente em três regiões do terraço arenoso: (i) entre os caminhos do Banco e do Leal em uma faixa central a partir de 2 km da beira do Rio Tapajós, (ii) na margem direita do caminho do Leal, em direção ao igarapé do Ipuri e (iii) em uma grande faixa a partir de 4 km da beira do rio até a serra, cortada por vários igarapés (Ferrojo, Cipoal, Patuá, Igarapezinho, igarapé do Quebra, igarapé do Pimental e igarapé do Ipuri). A região mais desprovida de mata é o Vai-Quem-Quer, praticamente com uma pequena mancha de mata próxima ao cemitério da comunidade.

Os capoeirões são áreas de capoeiras e matas que sofreram contínuas queimadas, tornando-se impróprios para o cultivo. A fisionomia destas áreas assemelha-se às áreas muito desmatadas, embora algumas delas nunca tenham sido desmatadas, como é o caso das áreas de matas. Geralmente são áreas fechadas, com grande quantidade de cipó e arbustos, dificultando a circulação dentro das mesmas. Estas áreas são ricas em palhas, especialmente em curuá (*Attalea* sp.), uma espécie de palmeira cujas folhas são utilizadas para a cobertura das paredes e telhados das casas (Figura 32).

O fogo é um problema recorrente na comunidade. As queimadas para implantação dos roçados são feitas com pouco controle. Geralmente são feitas na época mais seca do ano, no horário mais quente e nos dias com mais vento. Muitos moradores não comunicam seus vizinhos e nem requisitam sua ajuda na hora da queimada e alguns abandonam suas áreas queimando de um dia para outro. Além disso não costumam fazer aceiros para impedir que o fogo invada áreas vizinhas. Além das capoeiras e matas queimadas, muitos roçados já foram atingidos e os donos destes roçados são raramente ressarcidos do prejuízo.

*“(...) Nessa faixa entre o caminho do Leal e o caminho do Banco, toda essa mata já foi queimada, o fogo veio, pegou no palhal pra lá, atravessou a estrada, pegou nessa mata*

*tudinho. Lá de casa a gente enxergava só o claro e os homens andando pra ver se apagava o fogo. Eles faziam ramal grande, tudo cavado com enxada e machado, torvam os paus velhos pro fogo não passar, mas o fogo invadia demais a mata. Está fazendo mais ou menos vinte anos, de lá pra cá teve outra queimada grande, foi em 92. Quando foi o ano passado, de novo veio outra queimada e é por isso que o mato é assim, todo baixo, parece que foi roça, mas não foi roça, foi queimada. Pegou fogo nos palhal tudo, até quase no pé do Banco e pra lá nunca foi roça não, era mata mesmo (...)*”.

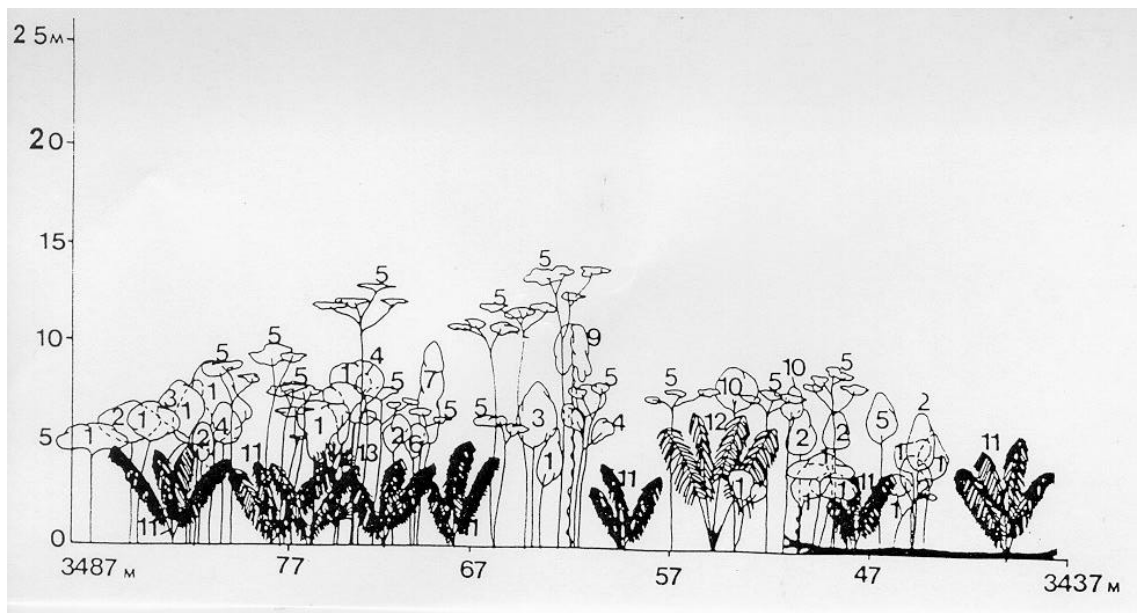


Figura 32 – Perfil de um capoeirão situado entre 3.437 e 3.487 metros do transecto feito ao longo do caminho do Leal. 1 = Lacre Preto (*Vismia* sp.); 2 = Envira Preta (*Guatteria* af. *poepigiana* Mart.); 3 = Urucurana (*Sloanea guianensis* (Aubl.) Bth); 4 = Murta (*Myrcia* sp.); 5 = Embaúba Branca (*Cecropia obtusa* Trécul.); 6 = Sardinheira (*Homalium cayenensis* (Jacq.) Pers.); 9 = Tatapiririca (*Tapirira guianensis* Aubl.); 10 = Passarinheira (não indentificada); 11 = Curuá (*Atallea* sp.); 12 = Tucumã-Açu (*Astrocaryum aculeatum* G.F.W. Meyer) e 13 = Mocamba (não identificada). (Fonte: IMAFLORA; MMA; IBAMA; Banco Mundial, 1996a).

Em 1992 houve um grande incêndio florestal que queimou, durante três meses, grandes extensões de áreas dos dois lados do rio Tapajós. Atingiu praticamente todas as comunidades da FLONA, queimando várias áreas de capoeiras e matas do terraço arenoso. Na época, os moradores revezavam-se dia e noite para combater o fogo e proteger seus roçados, sítios e seringais, fazendo grandes aceiros. Muitos animais de caça, como jabuti, paca, veado, preguiça e macaco, foram encontrados queimados nas capoeiras e matas. Os moradores comentam que, até hoje, a quantidade de caça não é a mesma, pois muitas árvores frutíferas que serviam de alimento ficaram seriamente danificadas. Por vários anos estas áreas tornaram-se impróprias para extração de palhas, óleos de breu, madeiras de lei e principalmente para o cultivo.

Como ainda existem grandes extensões de capoeiras e matas que cobrem o território da comunidade, ainda que muitas não se prestam mais para o cultivo, os moradores não partilham de um entendimento comum sobre os riscos das queimadas. Gibson & Becker (2000) comentam que, quando as populações locais não possuem uma percepção comum sobre os problemas que afetam seus recursos, não desenvolvem mecanismos de controle sobre os mesmos.

### *Áreas de matas distantes do planalto*

A maior parte das áreas de uso comum encontram-se distantes dos núcleos familiares, acima da serra. Distam entre 6 a 10 km da beira do Tapajós. São nestas áreas que ocorrem as “terras de barro” com manchas de “terras pretas de índio”. A ocorrência de castanhais nativos nas áreas logo acima da serra, indicada em alguns mapas, pode estar associada ao manejo das “terras pretas de índio” no passado. Dentre as vegetações de possível origem antropogênica da terra firme amazônica destacam-se os castanhais (Morán, 1990).

Estas áreas são geralmente revestidas por matas primárias, destinadas principalmente à caça, ao extrativismo vegetal (incluindo o corte de árvores) e à expansão da comunidade, que por essa razão, são chamadas de áreas de reserva.



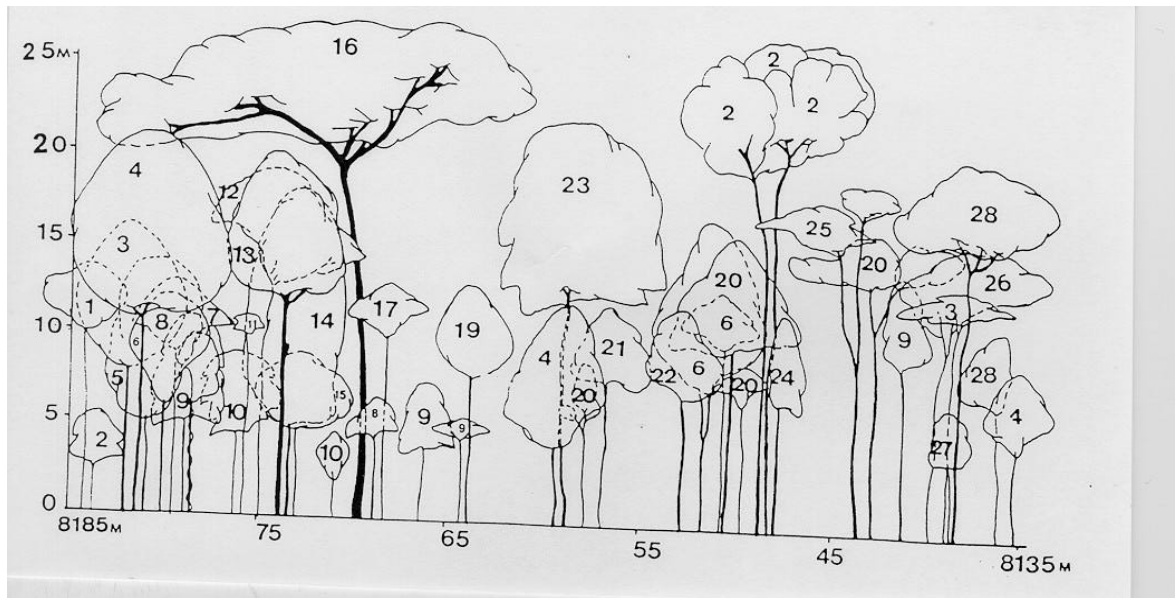


Figura 33 – Perfil de uma mata situada entre 8.135 e 8.185 metros do transecto feito ao longo da trilha que corta a área de planalto. 1 = Seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.); 2 = Ucuúba Vermelha (*Virola calophylla* Warb.); 3 = Muiratinga (*Prereba guianensis* Aubl.); 4 = Matamatá Vermelho (*Eschweilera* sp.); 5 = Ingá (*Inga* sp.); 6 = Abiu (*Pouteria* sp.); 7 = Breu (*Protium* sp.); 8 = Goiabinha (*Eugenia lambertiana* D. C.); 9 = Envira Surucucu (*Duguetia echinophora* R. E. Fries.); 10 = Triquilha (*Triquillia* sp.); 12 = Quinarana (*Geissospermum sericeum* Benth. Ex. Hook.); 13 = Louro Vermelho (*Ocotea* sp.); 14 = Inajarana (*Quararibaea guianensis* Aubl.); 15 = Breu Branco (*Protium* sp.); 16 = Mandioqueira (*Qualea* sp.); 17 = Papo de Mutum (*Iacunaria umbonata* Pires); 18 = (não identificada); 19 = Tinto (*Ormosia* sp.); 20 = Matamatá Branco (*Eschweilera odora* (Poepp.) Miers.); 21 = Jarana (*Holopixidium jaranum* (Hub.) Ducke); 22 = João Mole (*Neea* sp.); 23 = (não identificada); 24 = Mutiti (*Pterocarpus* sp.); 25 = Fava Bolacha (*Enterolobium maximum* Ducke); 26 = Matamatá Preto (*Eschweilera ovata*); 27 = Araticiú (*Sagotia brachysepala* (Muel. Arg.) R. Secco) e 28 = Louro (*Ocotea* sp.). (Fonte: IMAFLORA; MMA; IBAMA; Banco Mundial, 1996a).

A extração de madeira para construção de casas e canoas não requer autorização da comunidade, exceto em dois casos: (i) quando o volume de madeira a ser extraído excede o usual e (ii) quando se trata de venda de madeira por algum morador, o que é pouco comum, embora ocorra algumas vezes.

Como estas áreas são muito distantes, de difícil acesso, e são cortadas apenas por um único igarapé (igarapé do Branco) a cerca de 10 km de distância da beira do Rio Tapajós, são pouco cultivadas. No entanto, mesmo com essas limitações, antes da criação da FLONA do Tapajós em 1974, as áreas do planalto eram bem mais ocupadas pelos moradores de Piquiatuba. Por determinação do antigo IBDF, as áreas acima de 5 km em todas as comunidades da FLONA foram impedidas de serem ocupadas. Além disso, proibiu a derrubada em áreas de capoeiras com mais de 20 anos (Almeida & Silva citado por IMAFLORA et al., 1996a). Essa medida fez com que os roçados ficassem restritos às áreas do terraço arenoso. Ainda hoje, pode-se observar manchas de capoeiras, especialmente nas áreas próximas à serra, indicando vestígios de antigos roçados, além da existência seringais abandonados.

As agências governamentais tentam impor sua autoridade sobre as comunidades locais, limitando o acesso às áreas de floresta. Com frequência esse tipo de procedimento tem pouco sucesso em controlar o uso interno e externo. O governo frequentemente ignora as regras tradicionais de posse sobre a terra e sobre as árvores (Pendzich et al., 1994).

Os agentes externos, especialmente o Governo, acreditam que as populações locais são incapazes ou possuem pouca disposição em investir a longo prazo no manejo dos recursos. Assim acreditam que medidas restritivas devem ser impostas para impedir o esgotamento rápido dos recursos. Essa visão equivocada leva a muitos erros. Exemplo disso é a proibição de corte de árvores sem permissão, que paradoxalmente, ao invés de incentivar a conservação, não incentiva o plantio de árvores, pois as pessoas não sentem seguras para plantar e depois serem proibidas de cortar (Chambers & Leah, 1987).

Por todas essas razões, atualmente os moradores de Piquiatuba possuem menos controle sobre a ocupação da terra e o uso dos recursos nas áreas de planalto que em outras áreas mais próximas ao Rio Tapajós. Alguns moradores comentaram que, no

início dos anos 80, algumas famílias de agricultores vindas do nordeste invadiram áreas próximas ao igarapé do Branco.

*“Antigamente, lá pros anos 80, tinha um pessoal que invadiu os fundos da comunidade, por consentimento de algumas pessoas da comunidade, por amizade, mas quando a gente foi ver eles estavam tirando todas as áreas pra eles. Por exemplo, o velho Zé Domingos, um dos que moravam pra lá, ele estava tirando pra cada um filho um lote, e cada lote era de 500 metros de frente por 2000 de fundo. A gente nem conhecia esses filhos dele e já estava tudo loteado e a gente aqui da comunidade estava lutando pra defender essa área, que é a melhor área, que é na beira do igarapé do Branco, na faixa dos 10 km. Eles já tinham muita coisa plantada, muita pimenta do reino, plantio de cacau, de banana, tudo isso eles estavam fazendo por lá. Já estavam até abrindo uma estrada que sai lá pra BR 163 e de lá pra Santarém. Então nós vimos que a visão deles era outra, tudo isso influenciou pra que eles saíssem de lá”.*

Inicialmente os moradores aceitaram a presença destas famílias com a condição de que as mesmas participassem das reuniões e trabalhos comunitários, mas como suas moradias e áreas de trabalho ficavam muito distantes da Vila de Piquiatuba, isso não ocorreu. Com o tempo os moradores perceberam que estas famílias seguiam os moldes de ocupação dos projetos de colonização, dividindo a terra em parcelas menores para a implantação de grandes roçados, como ainda hoje é feito ao longo da Rodovia Santarém-Cuiabá. Então decidiram comunicar ao IBAMA sobre o que estava ocorrendo e com apoio da polícia federal conseguiram expulsar essas famílias de suas terras.

Embora as atividades de extrativismo sejam praticadas em todas as áreas de capoeiras e de matas do território da comunidade, são nas áreas de planalto que elas ocorrem com maior intensidade e frequência. A extração de produtos não madeireiros é livre, ou seja, qualquer morador tem o direito de utilizar para benefício próprio produtos da floresta, como óleo de andiroba, óleo de copaíba, leite de sucuúba, mel etc. A intensidade da colheita não é regulada, pois quase toda da produção é destinada para o consumo familiar e para a venda local. Há restrições para os casos em que o método de

extração dos produtos implica na derrubada de árvores, mas nem sempre essa regra é respeitada, como aconteceu na época da exploração da massaranduba.

Em meados dos anos 60, os moradores de Piquiatuba e de outras comunidades vizinhas trabalhavam nas matas de planalto, cortando as árvores de massaranduba para extrair o látex. Vendiam toda produção de borracha para um atravessador local, chamado Manuel Peixoto, que por essa época também morava em Piquiatuba.

*“(...) A gente subia e ficava semana prá lá, só baixava no dia de sábado com a borracha da massaranduba para vender. A gente trabalhava demais na massaranduba, tinha Seo Raimundo, Seo Fonseca. A gente derrubava ela e daí escoava na costa pra Vila do Piquiatuba pra vender, era o leite da massaranduba. A gente tirava um dia para derrubar a massaranduba, quando dava pra gente anelar, a gente anelava ela todinha, aí o leite descia nos anéis e retirava com a colher. A gente tirava 1 lata até 2 latas só de uma massarandubeira, aí a gente baixava. Tinha dia que a gente derrubava 5 massarandubeiras, às vezes era só duas mesmo, conforme a grossura da árvore. Depois de cozinhar o leite, cortava tudinho e espichava, aí fazia aqueles bolos de 30, 40 até 60 kg, aí a gente escoava pra beira”.*

A região mais explorada concentrou-se na área do planalto entre o Pimental<sup>60</sup> e o igarapé do Branco. Na época o método de exploração empregado foi totalmente predatório. Para se retirar o látex as árvores eram derrubadas ou aneladas. Após a criação da FLONA, em 1974, a exploração da massaranduba foi proibida.

*“Essa área aqui do Pimental até o Branco, isso aí foi derrubado demais massaranduba, muita massaranduba mesmo. Quando foi a proibição, parou tudo, de um lado foi bom, porque senão ia acabar com o massarandubal, o pessoal já estava indo tirar para além dos dez quilômetros. Você sabe que a massaranduba é uma árvore de lei, aqui você entra dentro desse mato, você gosta de vê cada pauzão estirado, é só aquele cerne,*

---

<sup>60</sup> Como os moradores de Piquiatuba passavam até uma semana nas áreas de planalto explorando a massaranduba, começaram a plantar pimenteiras nessa área para temperar a carne de caça, daí o nome Pimental.

*aquilo não se estraga não e a gente estragava demais, deixava tudo pela mata. Essa área aqui até no Branco é tudo derrubado de massaranduba, hoje em dia não tem muito pela mata e o pouco que tem a gente não derruba mais.”* (morador do núcleo do Vai-Quem-Quer e ex-explorador de massaranduba).

As áreas mais distantes do planalto ficam desprotegidas da ação de caçadores de fora. Com a abertura da rodovia Santarém-Cuiabá, nos anos 70, a pressão sobre essas áreas aumentou significativamente. Muitos colonos, assentados pelo INCRA nas margens da rodovia, caçam nas áreas de fundo das comunidades da FLONA.

*“(...) Eu estou com 42 anos e eu ainda participei das caçadas aí na mata, eu estava com meus 15 anos, eu andava com meu pai caçando e, naquela época, eu não atirava ainda não, era só meu pai. Naquele tempo eu achava que tinha muita caça, era com facilidade que nós adquiria um veado, um caititu. Daquela época pra cá, eu acho uma diferença tão grande, porque agora a gente entra nesse mato e não encontra caça com facilidade, porque o pessoal da Rodovia Santarém-Cuiabá também persegue a caça aí atrás, diretamente eles têm caçado e é por isso que a caça ficou tão difícil (...)”.*

Atualmente o número de moradores que caçam com frequência nas matas de planalto diminuiu muito. Os caçadores precisam percorrer grandes distâncias para encontrar caça e aqueles mais antigos, com maior experiência, já não têm mais condição física para isso. Muitos caçadores ainda possuem um grande conhecimento sobre o comportamento dos animais de caça, seus hábitos de alimentação e deslocamento<sup>61</sup>. Segundo eles, a maioria dos jovens não tem interesse em caçar. Suas atividades restringem-se à pesca e ao roçado.

---

<sup>61</sup> Existem duas formas de caçar muito comuns entre os moradores de Piquiatuba: a caça de ramal e a caça de espera. Na caça de ramal, o caçador limpa um caminho estreito de 50 a 100 metros de comprimento dentro da mata, próximo às veredas (caminhos de animais) e fica percorrendo este caminho durante algumas horas durante a noite até avistar a caça. Ofusca a visão do animal com a lanterna e atira com a espingarda. A caça de espera, consiste em atar uma rede no alto de uma árvore que esteja frutificando (taperebá do mato, tatajuba, itaúba, jatobá, marfim, cumaru, castanha etc) e esperar que o animal vá se alimentar dos frutos caídos no chão.

*“(...) No meu tempo, eu caçava muito longe e não era eu só, meu irmão também, o Sr. Taumaturgo, Sr. Manuel Neves, José Rodrigues, Dico Almeida e outros mais que eu não estou lembrado. Mas de qualquer maneira, aquele tempo se acabou, parou a caçada aí na mata, esses novos aí, não tiveram aquela noção de caçar. No tempo que eu caçava a gente entrava até os 14 km e tinha muita caça e quando matava a caça, lutava o resto do dia para chegar com ela aqui fora (...)”.*

*“(...) antes quando existia mais caça, mais anta, mais porco-do-mato, tinha os caçadores que matavam muita caça, era o Seo Manuel Neves, Seo Taumaturgo, Seo Alzenite e Donizete. Agora hoje está muito diferente, não tem mais aquela fartura de caça de antes, os caçadores de hoje só sobrevivem de caças pequenas, como a cutia, o tatu e a paca. Antigamente existia fartura porque não tinha a estrada de Santarém-Cuiabá, que hoje existe. Então com a entrada desta estrada aí, houve a colonização de pessoas que atacam demais a floresta. De lá para cá, com isso, eu acredito que as caças se mudaram dessa região para lá pro lado do Xingu, essas áreas onde deve estar mais calmo. Hoje a floresta é explorada tanto pelo pessoal da beira do Rio Tapajós e muito mais pelos coloneiros da Santarém-Cuiabá, pessoas de Belterra e até de Santarém. Eles fazem esse tipo de caçada, que é só de estragar, porque só levam a carne. Se eles matam 2 ou 3 veados, eles só fazem tirar a carne, a ossada e o miúdo do animal fica se estragando na mata (...)”.*

A maneira pela qual os moradores de Piquiatuba expressam seu descontentamento com a presença de pessoas de fora da comunidade em áreas distantes do planalto, revela sentimentos de territorialidade e identidade de grupo. Esses sentimentos são construídos socialmente por populações que (i) pertencem à uma dada comunidade, dividindo um mesmo território, (ii) compartilham características comuns como classe, clã, etnicidade, origem e (iii) utilizam tecnologias e práticas de manejo diferenciadas (Ostrom 1999).

Os moradores de Piquiatuba, ao contrário dos caçadores de fora, não caçam além das suas necessidades. Segundo regras locais é proibido caçar com auxílio de

cachorro, pois afugenta as caças, bem como caçar para vender, o que não impede, em algumas situações, a venda de pequenas quantidades de carne entre os moradores da comunidade.

Apesar de não existirem regras definidas que proíbem certos tipos de caça, como o abate de filhotes e fêmeas em época de reprodução, existem representações simbólicas, como mitos e lendas, que funcionam como mecanismos sociais de controle sobre a caça, que atravessam gerações, incorporando esses saberes simbólicos nos modos tradicionais de manejo e uso dos recursos. O imaginário dos moradores de Piquiatuba e de outras populações tradicionais está repleto de entes mágicos da floresta que protegem os animais. Exemplo disso são os mitos sobre a curupira - mãe e protetora da mata e dos animais - que faz *misura* na mata (termo local para se referir às brincadeiras e maus-tratos) para espantar os caçadores.

*“ Para a banda do igarapé é a paragem da curupira. Ela não se agrada quando o caçador vai caçar na paragem dela (durante o verão muitas caças concentram-se nas áreas próximas aos igarapés). A curupira costuma fazer muita misura na mata quando pressente um caçador. Ela imita o som da caça e às vezes se transforma nela para confundir o caçador, tosse que nem gente, bate no pau e assobia, faz muita arrumação na mata. O caçador perde o juízo e fica governado por ela (...) ela fica brava mesmo é quando o caçador caça muito ou zomba dela, aí quando ela se sente humilhada ela surra mesmo. Tem gente que oferece cachaça, comida, fumo para a curupira na paragem da caça, então ela se acalma e deixa caçar”.*

*“Um certo dia saí pra caçar e quando eu estava na beira de um caminho avistei um tatu, então atirei nele. Logo depois avistei outro, dei um tiro certo e ele foi morrer justamente no sangue do primeiro! Fiquei admirado com isso. Aí achei que o lugar era bom de caça e mesmo com dois tatus, quis caçar mais. Fiquei então espreitando o terceiro tatu, e quando ele estava a 50 metros de mim, mirei para acertar, mas escutei uma quebradeira na mata, era o ruído de pau caindo para todo o lado. Fiquei apavorado e fui embora. No dia seguinte, voltei para ver o estrago na mata, mas nada*

*tinha acontecido, tudo estava de pé, nem um pau caído. Então logo percebi que era coisa da curupira para proteger as caças”.*

As representações simbólicas assumem grande importância para o entendimento das relações entre as populações tradicionais e seus ambientes. Alguns campos das ciências humanas, como a antropologia econômica, ecologia humana e a etnoecologia incorporam o domínio dos mitos e suas representações em suas análises. As populações tradicionais ao dotarem as realidades naturais com atributos humanos, vestem seus mitos de uma realidade prática e espontânea (Godilier, citado por Diegues, 1994). A ecologia humana também inclui os aspectos culturais, como a religião, os rituais e as crenças para entender os mecanismos adaptativos (Morán, 1990). Já a etnoecologia busca o entendimento das estruturas cognitivas das populações para compreender os efeitos de seus atos sobre o ambiente, através da lingüística. Assim o termo “panema”, muito utilizado nas comunidades da FLONA, indica noções conservacionistas. Segundo as crenças locais, quando um caçador ou pescador faz mal uso dos recursos é rigorosamente punido pela curupira, tornando-se “empanemado”, ou seja, com pouca sorte para pesca ou caça.

## **5.2 Conflitos envolvendo os recursos de uso comum**

Por natureza, o manejo de recursos de uso comum é vulnerável a conflitos e disputas (Arnold, 1998). Geralmente, a palavra “conflito” é carregada por conotações negativas em oposição à cooperação. Essa visão nem sempre é apropriada. Em muitos lugares os conflitos podem ser vistos como uma força potencial para mudanças sociais. Alguns conflitos são mais frequentes em nível local, tais como: disputas sobre limites de terra entre indivíduos ou grupos; disputas latentes entre famílias; quebra de regras que regulam os recursos de uso comum; disputas sobre a distribuição de recursos e benefícios; quebra de cooperação entre diferentes grupos comunitários (Warner & Jones, 1998).

Para lidar com os conflitos e aumentar a eficiência do manejo dos recursos, as populações tradicionais constantemente engajam-se em arranjos institucionais (FAO,



1997). Invariavelmente estes arranjos institucionais se deparam com dois problemas que surgem de duas características básicas do manejo comum dos recursos: como controlar o seu acesso (problemas relacionados à exclusão dos recursos<sup>62</sup>) e como instituir regras que minimizem divergências entre indivíduos e grupos envolvidos (problemas relacionados com a natureza do consumo dos recursos<sup>63</sup>) (Berkes & Folke, 1994 e Feeny et al., 1990).

Quando determinados recursos, considerados relevantes pela comunidade, não possuem restrições de acesso e regras de uso, as pessoas enfrentam um grande incentivo para apropriar-se deles o máximo possível, levando-os à sobre-exploração e, algumas vezes, ao seu esgotamento. Quando isso ocorre, todos aqueles que estariam dispostos a reduzir sua intensidade de uso ficam desmotivados a fazê-lo em função da presença de um grande número de usuários que utilizam o recurso sem nenhum tipo de controle e restrição (“free riders”) (Ostrom, 1999).

Embora as populações locais disponham de diferentes mecanismos para gerenciar seus recursos, a disposição e capacidade de gerenciar bem os recursos varia substancialmente entre as comunidades (Gibson et al., 2000). Dada essas diferenças, surgem importantes questões para serem discutidas e analisadas pelos programas e projetos de apoio ao manejo comunitário. *Que fatores afetam as capacidades das comunidades em desenvolver, alterar e implementar mecanismos eficientes de auto-gestão?*

Com base em vários estudos de caso foi construído um marco lógico teórico sobre a diversidade de fatores que afetam a efetividade das instituições locais no manejo dos recursos. Para tanto, Ostrom (2000) elaborou sete princípios que regem a “propriedade comum”, baseados em algumas experiências, envolvendo instituições locais de longa duração, são estes: (i) os limites dos recursos a serem manejados devem ser bem definidos, (ii) deve existir um conjunto claro de regras e obrigações, adaptados às

---

<sup>62</sup> Refere-se à capacidade de um grupo de indivíduos ou comunidade de restringir ou mesmo impedir o acesso de determinados recursos a outros grupos. Essa capacidade depende do nível de organização do grupo (arranjos institucionais) e das características do recurso.

<sup>63</sup> A natureza do consumo dos recursos pode ser de dois tipos: (i) consumo que interfere negativamente na disponibilidade do recurso para outro usuário (ex: consumo de produtos florestais como madeira, frutos, cipós), (ii) consumo em que dois ou mais usuários podem se beneficiar de um mesmo recurso ou serviço sem reduzir a quantidade disponível do mesmo. Geralmente esses recursos são menos tangíveis e mais difíceis de serem mensurados (ex: sombra, proteção à erosão, promoção da fertilidade, retenção de água).

condições locais (iii) devem existir sanções que podem ser aplicadas e ajustadas ao contexto local, (iv) a comunidade deve ser capaz de alterar as regras para atender às situações de mudanças, (v) deve existir um sistema de monitoramento, (vi) devem existir mecanismos de manejo de conflitos e (vii) os arranjos institucionais locais devem ser reconhecidos pelas autoridades governamentais e, quando isso não for possível, que pelo menos não sejam modificados e destituídos por estas autoridades.

As situações apresentadas a seguir incluem conflitos internos (disputa sobre uma região da comunidade) e conflitos com comunidades vizinhas (disputas sobre parte do território da comunidade e uso de um lago).

### **5.2.1 Conflitos de terra dentro de Piquiatuba**

Existe uma idéia romântica, ainda muito comum entre os projetos comunitários, que o acesso aos recursos de uso comum e seus benefícios são igualmente divididos entre os moradores que ocupam um mesmo território. Na prática isso não ocorre. O grau de segurança da posse da terra dentro de uma comunidade não é necessariamente uniforme. Riqueza, poder e status são alguns dos fatores que determinam essa segurança e moldam equidade e conseqüências ambientais (McCulloch et al., 1998). Do mesmo modo, direitos de acesso, particularmente sobre áreas com alto potencial, variam entre diferentes grupos. Geralmente, essas áreas são governadas por uma gama de fatores sociais, incluindo parentesco, etnicidade e residência, que têm sido estabelecidos historicamente como resultado de alianças, colaborações e competições entre os grupos (Hesse & Trench, 2000).

Em Piquiatuba, os grupos domésticos que possuem áreas mais extensas, incluindo antigas colônias, seringais e capoeiras, pertencem às famílias Neves e Alves; e os que menos possuem áreas pertencem ao núcleo do Vai-Quem-Quer. A área hoje ocupada pelos moradores do Vai-Quem-Quer era um antigo local de caça de um grupo doméstico da família Alves que, em meados da década de 60, a “cedeu” para os primeiros moradores da região.

*“(...) Isso aqui (Vai-Quem-Quer) começou em 1966. Quando nós nos colocamos aqui, era só nós dois, eu e Seo Saturnino, ele lá e eu aqui com a mulher e os filhos. Antes, a gente morava lá no Piquiatuba (Vila de Piquiatuba). A gente saiu de lá não por causa de nada, Graças a Deus, saímos porque era preciso a gente se colocar para poder ter direito no que é da gente. O delegado sindical da comunidade e o Ranulfo Peloso<sup>64</sup> do sindicato dos Trabalhadores de Santarém disseram que isso aqui poderia ser nosso. Disseram que a gente podia tirar 500 de frente e 1500 de fundo, para fazer fundo com os terrenos do pessoal do Banco. Aqui o que pode aumentar é pro centro. Disseram também que essa estrada que sobe ali é a divisa do Piquiatuba com Pedreira, é um pico (...)”.*

Os grupos domésticos do Vai-Quem-Quer possuem poucas áreas disponíveis de mata e capoeira. A maior parte da região é revestida por capoeiras pouco desenvolvidas que sofreram diversos desmatamentos e queimadas para abertura de roçados, tornando-se impróprias para o cultivo e para o extrativismo. Por insuficiência de terra, as áreas de trabalho dos grupos domésticos do Vai-Quem-Quer, incluindo roçados e reservas particulares, estão confinadas a pequenas áreas, sendo que muitas delas se sobrepõem. Outras áreas ocupam o mesmo território defendido por grupos domésticos de outras regiões, aumentando ainda mais os conflitos. Disputas por limites físicos de florestas e áreas de cultivo são freqüentemente citadas na literatura como as principais causas subjacentes de conflitos internos (Warner & Jones, 1998).

*“Todo mundo dizia que as áreas dos lotes era de 500 metros de frente por 1.500 metros de fundo. Mas se hoje a gente considerar essa metragem, muita gente vai ficar dentro da área do outro, como aqui, a área do Sr. Raimundo Vieira, já está dentro da área do Rodrigues e da área do Sr. Satuquinha e de outros. Já a Paulina, está aqui dentro da*

---

<sup>64</sup> Ranulfo Peloso era agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, no início da década de 60, se interiorizou pelas comunidades da região de Santarém. Alguns anos mais tarde, transformou-se em umas das principais lideranças sindicais, ocupando o posto de diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém nos anos 80 (Leroy, 1991).

*área do Sr. Satuca. Fica tudo difícil, se a pessoa não tiver a cabeça no lugar, acontece conflito de terra mesmo”.*

*“O Silvano, meu filho, o Carlos, meu genro e o Rodrigues, tio do Pedro, eles todos estão dentro da nossa área, que nós demos pra eles. Quando o Carlos, filho do Seo Raimundo Fonseca se ajuntou com a nossa filha Maria eles não tinham casa, eles moravam com nós. Aí o pai dela deu um pedaço de terra pra eles fazerem a casa deles, e mais adiante ele deu pro Raimundo Rodrigues e agora nós ficamos imprensados. Assim que é essa área toda nossa, agora eles estão dentro, por causa de consideração de filha e tia”.*

A escassez de área na região do Vai-Quem-Quer, principalmente para cultivo, além de refletir desigualdades de oportunidade de acesso aos recursos entre os grupos domésticos de Piquiatuba, é também o resultado de uma regra que orienta ocupação do território da comunidade. Esta regra estabelece que os parentes dos moradores, que pretendem residir em Piquiatuba, devem ocupar preferencialmente as parcelas de terra da família.

*“(...) A pessoa só entra se o outro permitir, senão não entra. Se você tem um parente, um genro que morava lá não sei aonde, e agora vem pra cá, pra banda de Piquiatuba, o direito é você colocar ele para trabalhar na sua área. Pra ele tirar outra área, isso pode dar problema, agora se a comunidade discutir que deve dar uma área é outra coisa (...)”.*

Se por um lado, a aplicação dessa regra evita a ocupação desordenada e a entrada de pessoas de “fora” na comunidade, por outro lado, cria problemas dentro dos núcleos, especialmente naqueles que contam com poucas áreas de terra, como é o caso do Vai-Quem-Quer. Considerando que os núcleos são formados a partir do estabelecimento de moradores com fortes vínculos de parentesco, é quase inevitável o parcelamento das áreas, aumentando sobremaneira a pressão sobre os recursos nestas regiões.

A pressão sobre as áreas de mata para abertura de roçados é tão forte que poucas são as áreas que não sofreram desmatamentos. Exemplo disso é a existência de uma pequena área de mata, entre o Vai-Quem-Quer e o Banco, muito utilizadas pelos moradores do Vai-Quem-Quer para coleta de produtos florestais, principalmente de palhas. Por sua importância local, tem sido alvo de conflitos e disputas entre os moradores das duas regiões, que reclamam o seu direito de posse.

*“Um morador do Banco disse que ia deixar uma parte da mata como reserva para tiração de palha e outras coisas mais, mas ele colocou roçado bem perto de uma roça que eu tinha aí. Então como essa reserva vai ficar aí? Essa situação não é difícil pro pessoal daqui do Vai-Quem-Quer? Pra tirar palha vamos ter que ir muito longe daqui, porque não tem, e pra encontrar caça tem que ser mais de duas horas de viagem, pra dentro destas matonas aí, é longe, longe mesmo”*

No momento em que um dos moradores do Banco “cedeu” uma área para que os moradores do Vai-Quem-Quer pudessem ocupá-la, criou-se uma relação de subordinação entre os mesmos. Além de pertencer à família Alves, o morador que “cedeu” a área goza de prestígio social em Piquiatuba por ter sido, por muitos anos, o delegado sindical e por ser, até hoje, o agente catequista da igreja católica da comunidade. Por esses motivos os moradores do Vai-Quem-Quer não se sentem em condição de reclamar por seus direitos. Embora haja um clima de animosidade entre os moradores destas duas regiões, não existe um enfrentamento direto entre os mesmos. Em geral, os conflitos que ocorrem em Piquiatuba não são abertamente declarados, e são “esquecidos” nos momentos de necessidade e de interesses comuns.

Na tentativa de encontrar soluções para os problemas de restrição de área, algumas lideranças comunitárias, como o presidente da comunidade e o agente ambiental, apontaram, em uma reunião com os moradores do Vai-Quem-Quer, alternativas para expandir suas áreas de trabalho em direção ao centro, próximo ao Igarapé do Ipuri.

*“Aqui atrás do Banco tem muita área pra trabalhar. Eu acharia que muitas pessoas daqui, deveriam tirar seu lote lá em cima pra assegurar um lote de terra, embora não fosse plantar uma roça, mas poderia assegurar esse lote no regimento interno da comunidade. Então a vontade nossa é que depois que a comunidade tiver sua associação, cada morador tenha seu lote definido, como a gente está definindo no mapa. Agora eu não sei se é cisma do IBAMA, ele impede a gente subir para trabalhar e depois diz que a gente não usa toda a mata até os 10 km, eu não entendo”.*

*“Daqui do Vai-Quem-Quer, o que pode expandir é pro centro, pro Ipuri, até porquê a gente tem idéia de tirar uma área de patrimônio (reserva) e umar área de agricultura para as pessoas não ficarem com um terreninho muito pequeno e depois não ter o que deixar pros filhos e netos. Se a gente não faz isso agora, alguém de fora pode se localizar sem permissão”.*

Apesar da iniciativa de alguns moradores do Vai-Quem-Quer de fazer seus roçados em áreas distantes, em busca de terras mais férteis e livres de conflitos, a maior parte deles não o fazem pela dificuldade de escoamento da produção. Exemplo disso é a existência de um roçado na região do “Pimental”, a cerca de 6 km da beira do Rio Tapajós, em que mais da metade da área derrubada não foi cultivada, e a outra parte, uma roça de mandioca, não teve sua produção colhida.

*“ A gente enfrentamos muitas dificuldades para trabalhar mais longe. Principalmente aqui, o produto é mais a farinha, então como fazer uma roça lá pro Ipuri? Como é que vai trazer um saco de farinha pra vender aqui na beira? Está difícil uma coisa dessa, porque só pra gente ir com uma bolsa, uma vasilha com uma coisa qualquer, a gente já chega cansado, quem dirá um saco de farinha nas costas!”.*

A escassez de áreas férteis próximas às moradias e aos portos é um problema que quase todas as comunidades da FLONA enfrentam. Em Pedreira, comunidade vizinha, os moradores, sob a orientação de algumas lideranças, iniciaram um trabalho de planejamento de suas áreas de trabalho, incluindo discussões sobre quantidade de área a ser derrubada anualmente, tanto em área de mata como de capoeira; local para implantação de roçados, observando o tipo de solo e proximidade com igarapés, além da escolha das espécies mais apropriadas para o cultivo em cada local.

*“A gente aqui em Pedreira estamos conversando sobre esse planejamento, inclusive sobre a abertura de roçados que já se aproxima, discutimos o quanto se pode fazer de roçados por ano na mata e na capoeira, o que se deve plantar na areia, o que se deve plantar no barro e as cabeceiras de igarapés têm que ser preservadas. Um tanto de coisas assim se tem discutido na própria comunidade”.*

Esse é um exemplo de iniciativa que deve ser apoiada ou mesmo incentivada pelos projetos comunitários. Deve-se fazer o planejamento do uso da terra, considerando não somente as restrições e potencialidades físicas de cada região, mas os aspectos sociais, que determinam o acesso e controle dos recursos, como relações de parentesco, posição social entre os moradores e histórico de ocupação.

### **5.2.2 Conflitos entre comunidades vizinhas**

Piquiatuba faz limite com outras duas comunidades: Pedreira e Marituba. Historicamente, existe discordância entre os moradores das três comunidades em relação às suas divisas. Os moradores de Piquiatuba defendem que são as bocas dos lagos; já os moradores das outras duas comunidades defendem outros marcos, como o pé de cajueiro próximo à entrada do Núcleo Vai-Quem-Quer (divisa Pedreira/ Piquiatuba) e a antiga desembocadura do lago “Caxirica” (divisa Piquiatuba/Marituba).

***Conflito entre Piquiatuba e Marituba sobre a posse de uma área***

Segundo relatos, um morador de Piquiatuba cedeu um pedaço de terra, próximo a divisa com Marituba<sup>65</sup>, para um morador desta comunidade para fazer um roçado. Com o tempo, essa área de roçado se expandiu, invadindo a região do São Loreço, em Piquiatuba. Para contornar esse problema, os moradores de Piquiatuba e de Marituba resolveram estabelecer um marco divisor. Para isso fincaram um pedaço de madeira no chão na direção da “boca” do lago do Caxirica, separando as duas comunidades. Esse marco, ficou conhecido por “marco antigo”.

*“(...)A boca do lago fica bem na divisa que separa as comunidades. Uma parte do lago fica para Piquiatuba e outra parte para Marituba. Um pedaço do igapó pertence a Piquiatuba, até porque o igarapé agora desemboca no Marituba. Ele antes desembocava no Piquiatuba e agora desemboca no Marituba, a própria natureza fez esse trabalho. Antes a divisa era além da onde esse igarapé desembocava e agora a divisa fica bem aonde ele desemboca, na ponta. Essa é a divisa antiga, o marco antigo das comunidades (...).”*

Em 1997, a SUDAM, a pedido do IBAMA, demarcou os limites entre as três comunidades - Marituba, Piquiatuba e Pedreira - com o objetivo de descobrir se parte da área de 5000 hectares da FLONA, destinada ao manejo florestal do “Projeto ITTO” para a produção industrial de madeira, estava sobrepondo-se às áreas de Piquiatuba e de Marituba. Embora algumas lideranças das duas comunidades tenham acompanhado o trabalho de demarcação realizada pelos técnicos da SUDAM, os moradores de Piquiatuba não a reconhecem. Argumentam que parte da área da comunidade foi integrada indevidamente às áreas de Marituba e Pedreira.

---

<sup>65</sup> A comunidade de Marituba é praticamente rodeada por águas (rios e igarapés), tendo como única alternativa de expansão as áreas de fundo em direção oposta ao Rio Tapajós.



*“O pessoal de Marituba estão entrando com roçado na área de Piquiatuba e eles disseram que não vão parar com o roçado. Eles não param porque não há uma divisa das áreas de Piquiatuba com as áreas de Marituba, não existe pico. Eles só vão parar depois de definir o limite. Pra nós a área é nossa, pelo o que a gente sabe, a comunidade vem mantendo desde muitos anos o marco antigo. Agora a gente vai conversar, entrar em acordo, fazer o pico, não sei... é um problema sério, eles estão entrando e não querem parar. Eu já conversei com o presidente de Marituba e ele falou que vai pressionar o IBAMA. Tanto eles lá como a gente aqui estamos pressionando o IBAMA pra liberar a gente fazer o pico, pra que a gente possa respeitar nossas áreas de terra. O que vai prevalecer é o marco antigo, porque, pelo o que a gente sabe, o marco da SUDAM não tem nenhuma validade, não valeu de nada” .*

Em geral, as estratégias utilizadas pelos moradores da FLONA do Tapajós para resolver conflitos que envolvem duas ou mais comunidades têm sido os acordos verbais entre suas lideranças. Entretanto, nem todos os acordos são aceitos e respeitados pelos moradores das comunidades, uma vez que, são elaborados somente pelas lideranças. Para resolver esses impasses, as lideranças requisitam a intermediação do IBAMA que, na maioria das vezes, argumenta não ser de sua responsabilidade resolver conflitos dentro e entre comunidades. Apesar desse discurso, o IBAMA, em outras ocasiões, já interferiu em conflitos entre comunidades, como foi na definição da divisa entre Piquiatuba e Pedreira.

*“A divisa de Pedreira com Piquiatuba é o igarapé. Assim o pessoal mais antigo diz, que lá na cabeça da ponte tem um marco que o pessoal do IBAMA colocou, que é de massaranduba. Mas já o pessoal de Pedreira diz que o certo é aqui no cajueiro, já entrando na área de Piquiatuba, bem aqui na boca do caminho pra quem sobe pro Vai-Quem-Quer”*

### ***Conflitos entre Piquiatuba e Pedreira sobre o uso dos lagos***

Considerando que a principal fonte protéica da maioria das populações amazônicas de terra firme é a pesca, sendo sua captura mais eficiente e produtiva que a caça (Morán, 1990), os corpos de água, como rios, igarapés e lagos próximos às comunidades da FLONA do Tapajós, são espaços de uso comum de grande importância e interesse para os seus moradores.

O Rio Tapajós, por sua natureza e dimensão, não possui limites claros e sistemas de apropriação tão definidos como os recursos terrestres, embora os moradores da FLONA procurem pescar em frente às suas comunidades e defendam seus territórios da pesca de pescadores artesanais de outras regiões e dos barcos pesqueiros. Internamente, em cada comunidade também não há divisão ou apropriação individual dos espaços do rio, embora os moradores, com seus conhecimentos da vida prática, identifiquem zonas de pesca mais abundantes em peixe. Já os lagos próximos às comunidades, por suas características e importância para a dieta dos moradores, especialmente durante a época seca do ano, são espaços de uso mais restritivo e, portanto, alvos de mais conflitos.

*“(...) Existem determinadas épocas do ano que a gente nem caça, fica sobrevivendo só da pesca. A gente fica três a quatro meses que não vai ninguém pro mato. Então se um pai de família que chega do roçado dez horas ou onze horas do dia, se é pra ele andar três quilômetros para matar uma caça, ele pega a canoa, que está encostada bem pertinho da sua casa, e vai jogar uma tarrafa, que dentro de uma hora e meia ele já está com o almoço dentro de casa. Então existe essa diferença. O peixe está mais fácil pra gente pegar, mas não que tenha muito peixe no rio (...)”.*

Quase todos os anos, durante o verão, os moradores de Piquiatuba e de Pedreira disputam o uso e o controle do lago que faz divisa entre as mesmas. Segundo alguns moradores de Piquiatuba, as estratégias e finalidades de pesca utilizadas pelos moradores das duas comunidades diferem entre si, apesar de possuírem oportunidades muito semelhantes e partilharem do mesmo modo de vida.

*“(...) Aí no lago, os moradores de Pedreira pescam não só para a sobrevivência deles, alguns comercializam o pescado lá para a estrada Cuiabá-Santarém no km 83. Quando não, eles trazem amigos para pescar, às vezes à noite, pescam com farol a ba teria, fazem batção, tanta coisa que a gente não acha certo (...)”.*

*“(...) o que a gente está vendo por parte de Pedreira é a pesca no lago. A gente nunca proibiu eles pescarem. Todo tempo a gente pesca, eles pescam também, só que agora, eles estão trazendo pessoas de fora, pessoas da colônia pra pescar pra dentro do lago, para fazer arrastão, pescar de farol. Isso a gente sabe que por lei é proibido, coisa que ninguém faz aqui, porque o lago pertence à comunidade de Piquiatuba, é de propriedade da comunidade e a gente zela por ele (...)”.*

As palavras citadas acima – “o lago pertence à comunidade de Piquaituba, é de propriedade da comunidade e a gente zela por ele” – estão carregadas de um forte sentimento de territorialidade. No entanto, os direitos que os moradores de Piquiatuba acreditam ter sobre o uso do lago são questionados pelas comunidades vizinhas, que também reclamam direitos de uso.

Muitas das práticas de pesca não aceitas pelos moradores de Piquiatuba, como o uso de substâncias tóxicas como o cipó timbó, conhecido por “batção”, pesca com bombas, fechamento da boca do lago, tapagem de igarapé e pesca com farol, são praticadas por alguns deles, embora as lideranças não reconheçam abertamente.

*“(...)A gente sempre preservou o lago e agora des estão entrando. As pessoas da comunidade vêm pressionar a gente como coordenação da comunidade. A gente vai tomar providência junto ao agente ambiental, liderança e presidente da comunidade de Pedreira pra que a gente não proíba , mas que pesquem de outra forma, pra que não façam esse tipo de coisa. Não existe nenhum acordo por escrito, agora é que a gente está trabalhando nesse processo de estatuto e regimento, aonde a gente vai trabalhar a questão da pesca e da caça. Então para o ano eu creio que, se Deus quiser, a gente não vai enfrentar mais esse problema, porque a gente vai ter tudo por escrito (...)”.*

*(...) Já foram feitas reuniões com as lideranças das duas comunidades, mas é preciso sentar juntos e pensar numa outra forma de resolver, porque o problema ainda continua, todo o ano é feito esse tipo de pescaria (...) nós nunca fizemos um trabalho de fiscalização, nós confiamos nas conversações que a gente tem com as lideranças de lá, mas eles não respeitam. Então nós precisamos de um acordo de pesca que seja escrito dentro do regimento interno nosso e que eles façam isso também, porque se a própria comunidade não quiser deixar eles pescar, ela pode cortar esse direito deles, porque afinal de contas, o lago está na área de Piquiatuba e não na área de Pedreira (...)*”.

Da mesma forma que os limites entre as comunidades são acertados por meio de acordos verbais entre lideranças, sem o envolvimento mais direto dos moradores, as regras de pesca dentro dos lagos também seguem esse mesmo procedimento, embora os moradores reconheçam sua ineficiência. Em função disso, algumas lideranças já manifestaram a necessidade de se elaborar um acordo por escrito, seja um acordo de pesca regulamentado pelo IBAMA, sejam regras contidas nos regimentos internos de cada comunidade, mas na prática existe pouca iniciativa neste sentido.

A existência de regras registradas em papel não oferece a garantia de seu cumprimento. Exemplo disto são as normas sobre caça, pesca e florestas, estabelecidas no Plano de Utilização das comunidades da FLONA do Tapajós. Embora tenham contado com a participação de todas as comunidades para a sua elaboração e aprovação em 1997, o Plano não foi elaborado em tempo suficiente para envolver de fato os moradores. As pessoas ficam mais motivadas a respeitar as regras e normas quando as mesmas participam de sua elaboração, contribuindo com idéias e perspectivas diferentes. No entanto, isso requer um processo mais intenso de discussão. Os custos para a transformação de uma situação, onde os indivíduos agem de maneira independente e desarticulada em busca de rendimentos individuais, para uma forma coordenada e mais controlada podem ser muito altos. Além disso, todos os usuários, independentemente de terem colaborado para a sua transformação, irão dividir os benefícios produzidos (Ostrom, 2000). Segundo essa mesma autora, é necessário que existam também sistemas de monitoramento eficientes e práticos, capazes de criar mecanismos de ajustes para

responder a cada mudança. Em certas situações é difícil estabelecer compromissos estáveis e duradouros, pois estes podem requerer mecanismos de supervisão e de penalização, envolvendo altos custos.

A literatura apresenta vários exemplos de esforços de comunidades que regulam o uso dos recursos, especialmente as práticas de pesca. Esses exemplos variam desde sistemas de propriedade bem definidos com relação aos direitos dos usuários, até sistemas mais simplificados no qual poucas regras regulam o uso e acesso dos recursos (Berkes, 1985). No entanto, o mesmo autor comenta que não são raras as situações em que ocorre “acesso aberto” ou sobre-exploração do pescado nas comunidades em áreas costeiras, próximas aos lagos e rios. Em muitos casos, isso acontece quando há “quebra” dos sistemas tradicionais de posse.

O manejo de lagos da Reserva Sustentável de Mamirauá no Estado do Amazonas - entre os rios Japurá e Solimões - e de alguns lagos das planícies inundadas da região de Santarém, são iniciativas bem sucedidas do uso comum de recursos que podem servir de exemplo para as comunidades da FLONA do Tapajós.

As comunidades residentes da Reserva Sustentável de Mamirauá, com apoio da Sociedade Civil de Mamirauá e ONGs internacionais, definiram quatro categorias de lagos com regras específicas: (i) lagos de procriação, áreas totalmente preservadas destinadas para a reprodução dos peixes; (ii) lagos de manutenção para uso exclusivo de subsistência da comunidade; (iii) lagos de comercialização para uso exclusivo da comunidade, (iv) lagos das sedes para uso de pessoas dos centros urbanos próximos. As comunidades também decidiram os tipos de sanções a serem aplicadas aos comunitários que desrespeitem as decisões (Ayres & Ayres, citado por Diegues, 1995).

Na região de Santarém, a partir dos anos 70, com o aumento de conflitos sobre o uso de lagos, envolvendo pescadores comerciais e comunidades de várzea, “acordos de pesca” foram elaborados por algumas comunidades com apoio da igreja católica. Os “acordos de pesca” constituem um dos mais complexos sistemas de controle dos recursos pesqueiros em nível comunitário, definindo regras de pesca para os diferentes usuários. Mais tarde algumas comunidades obtiveram apoio institucional do IBAMA, da

organização de pescadores regional e, principalmente, de uma ONG local, para a consolidação destes acordos (Castro et al., 2000).

Entender por que algumas comunidades gerenciam seus recursos de forma mais eficiente que outras, requer uma maior compreensão dos fatores subjacentes às decisões individuais e coletivas em relação ao uso dos mesmos. A literatura sugere vários fatores que podem afetar a capacidade das instituições locais em manejar bem seus recursos em situações de propriedade comum, como disposição à cooperação, número de grupos de usuários, estabilidade do grupo, existência de normas sociais, percepção dos usuários com relação a investimentos a longo prazo e seus benefícios, expectativas, grau de comunicação entre os interessados, relações de confiança, dentre outros.

Entretanto, nem sempre estas condições ocorrem, e quando ocorrem, as iniciativas para o manejo de recursos de uso comum podem não ser efetivas. *Será que existe incentivosuficiente para que as pessoas se engajem em tais iniciativas?* Devemos considerar que as motivações não dependem somente de custos e benefícios quantificáveis, mas de fatores como tempo envolvido, tensões sociais e gratificação para participar. As iniciativas para o manejo geralmente envolvem custos que podem estar associados com a elaboração ou uso de regras, com a coordenação de esforços e/ou com a aplicação de regras e mecanismos para impedir o livre acesso aos recursos (McCulloch et al, 1998).

Para que os usuários invistam em ações coletivas voltadas para o manejo é preciso que percebam que os benefícios esperados superem os custos esperados (Ostrom, 1999). A escolha de uma conduta por um indivíduo em qualquer situação depende do modo como este avalia os custos e benefícios de seus resultados. De uma maneira geral, os indivíduos atribuem menos valor aos benefícios que esperam receber num futuro distante e mais valor aos benefícios com ganhos imediatos (Ostrom, 2000).

Considerando que as condições existentes em Piquiatuba (relações de parentesco, sistemas de cooperação e reciprocidade, posições sociais relativamente equiparadas e estratégias de vida semelhantes) são favoráveis às ações coletivas, a forma pela qual os benefícios e os custos são percebidos pelos moradores pode ser o fator que mais determina a qualidade dos sistemas de manejo.

## **6 POTENCIAIS DE USO DOS RECURSOS EM PIQUIATUBA**

Considerando que boa parte dos projetos comunitários são planejados e executados por profissionais das ciências biológicas ou de formação tecnológica, a falta de um entendimento maior sobre as formas locais de apropriação e divisão de recursos tem levado muitos projetos a privilegiar os grupos mais visíveis e com maior poder. Para que os benefícios sejam repartidos de forma mais equitativa, é importante reconhecer que nem todos os usuários possuem necessariamente os mesmos direitos sobre as áreas e recursos existentes nas comunidades.

Estes profissionais, além de desconsiderarem os aspectos antropológicos que ajudam a entender as relações sociais e as institucionais que estabelecem os direitos de uso dos recursos, tendem a “olhar” os ecossistemas naturais pela perspectiva estreita de suas disciplinas profissionais (Pimbert & Pretty, 1995). Os sistemas de ensino a que foram submetidos também não lhes ensinaram a reconhecer o valor do conhecimento local, sob o risco de “perderem” o caráter científico ou técnico de suas intervenções.

A tendência em enxergar a comunidade como um bloco homogêneo, sem diversidade, aliada à formação especializada dos profissionais e pouco atenta às necessidades e conhecimentos locais, dificulta a inclusão das especificidades de cada região no planejamento dos projetos. Geralmente os projetos são orientados para o manejo de recursos isolados, com pouca articulação com os ambientes naturais e sociais em que ocorrem. Exemplos dessa abordagem são os projetos orientados para o manejo isolado de espécies nativas, recursos aquáticos e recursos florestais, que não consideram a região como unidade de intervenção.

Essa visão equivocada tem guiado a formulação dos projetos de manejo comunitário para comunidades da FLONA dentro do escopo do PPG-7. Em Piquiatuba, uma das propostas sugeridas pelos moradores foi a implementação de um projeto de manejo de recursos aquáticos. O lago escolhido para esse projeto localiza-se no Puracá, região tradicionalmente ocupada por alguns grupos domésticos oriundos de uma mesma família nuclear. Quando os técnicos apresentaram as vantagens do projeto para os moradores da comunidade, muitos mostraram-se interessados, mas foram poucos aqueles que realmente se dispuseram a iniciar o trabalho. Na ótica dos técnicos, a “comunidade” não se interessou pelo projeto, mas “olhando” com mais atenção, o que de fato estava por trás deste “pouco interesse” eram as formas locais de apropriação dos recursos, desconhecidas pelos técnicos. Neste caso, embora o lago do Puracá seja considerado de uso comum, aberto às atividades de pesca a todos os moradores, são os grupos domésticos que moram nesta região que possuem mais “diretos” de uso sobre o mesmo.

Em comunidades cujos recursos são utilizados em regime de propriedade comum, como é o caso de Piquiatuba, o direito sobre alguns recursos pode conferir direito sobre outros. Isso quer dizer que, embora alguns recursos sejam claramente apropriados individualmente pelos grupos domésticos, como os roçados e sítios, e outros apropriados de forma comunal, como as áreas de pesca e matas mais distantes, existem situações intermediárias. Assim, se nas proximidades de um roçado de um determinado grupo doméstico existir um lago, uma ponta de castanhal ou uma área de mata, provavelmente este grupo terá mais direitos sobre o uso dessas áreas que outros moradores mais distantes. Segue abaixo um comentário de um morador que exemplifica como a apropriação de um recurso envolve a apropriação de outros:

*“O nosso sistema é o seguinte, se eu me localizo numa determinada área e começo a fazer um roçado, então a tendência é ir fazendo os trabalhos dali pra frente. Se tem uma mata naquela área ou qualquer outra coisa, as outras famílias já consideram aquela mata e aquele castanhal como sendo sua, porque é você que está ali naquela área desenvolvendo um trabalho e assim por diante”.*



Como visto antes, a comunidade de Piquiatuba é formada por cinco núcleos familiares relativamente distantes uns dos outros. Seus moradores desenvolvem suas atividades em diferentes regiões e, portanto, possuem diferentes oportunidades de acesso e direitos sobre o uso dos recursos. Em comunidades formadas por vilas mais ou menos dispersas, os moradores de cada vila ou núcleo tendem a apropriar-se dos recursos mais próximos. Esse padrão de ocupação cria bolsões de espaços definidos que, embora estejam articulados entre si por áreas de uso comum, são apropriados e utilizados por um número mais restrito de usuários (Shepherd, 1986) que, em geral, compartilham as mesmas condições em termos da quantidade e qualidade de recursos.

A confecção de mapas mentais permitiu compreender melhor como esses recursos estão distribuídos no território da comunidade. Também permitiu identificar os recursos que possuem maior interesse entre os moradores, sob o ponto de vista de suas utilizações, necessidades e aptidões. Segue abaixo um quadro resumo (Quadro 12) que mostra os diferentes recursos por núcleo familiar e região de trabalho.

unidades de manejo	núcleos familiares			regiões				
	Vai-Qu	Leal	Brejo	Banco	Puracá	S. Loren	Res/abai	Res/aci
área de mata	x	xx	x	x		xx	xxx	xxx
mata de castanhal							x	x
mata de seringal								x
mata de igapó					x			
área de capoeira	xxx	x	xxx	xxx	xxx	xx	x	x
capoeira com palhal	xx	x	x	xxx	x	x		
capoeira com seringa	xx			xxx				x
açaizal	xxx	xxx		xx		xxx	x	
buritizal					xx			
área de barro		xx				xx	xx	xxx
terra amarela	xx			xx				
terra preta de índio							xx	xxx
área de pasto		x	xxx	x	xx			
igarapé do garara	x			x				
igarapé seco			x					
igarapé do ipuri		x	x		x	x	x	
cabeceira						x		
cabeceira do peixoto							x	
cabeceira pimental							x	
cabeceira do quebra							x	
cabeceira do cipoal							x	
cabeceira do patuá							x	
cabec. igarapezinho							x	
cabeceira do ferrojo							x	
cabeceira do chururu		x						
igarapé do branco								x
lago do piquiatuba				x				
lago tracajá-ipaú	x							
lago do puracá					x			
lago do caxiricatuba					x			

Quadro 12 – Unidades de manejo/recursos por núcleos familiares e regiões

xxx: muito; xx: regular; x: pouco

Este quadro fornece informações importantes à respeito das potencialidades das diferentes regiões (Banco, Puracá, São Lourenço, reservas comunitárias abaixo e acima da serra) e dos núcleos familiares (Vai-Quem-Quer, Leal e Brejo), onde estão concentradas as áreas de trabalho dos grupos domésticos de Piquiatuba.

As áreas de mata localizam-se predominantemente nas reservas comunitárias abaixo e acima da serra (Res/abai; Res/aci). Hoje em dia, comparadas às outras áreas, as reservas comunitárias sofrem poucas intervenções dos moradores de Piquiatuba, restringindo-se basicamente à extração de produtos florestais. Nas regiões do Banco e do Puracá e nos núcleos do Vai-Quem-Quer e Brejo existem muitas áreas de capoeiras e “capoeirões”, pelo fato destas áreas terem sido muito cultivadas. Especificamente na região do Banco concentram-se os seringais “encapoeirados”. As áreas de barro ocorrem predominantemente na região do planalto (reserva acima da serra), embora apareçam em algumas manchas no núcleo do Leal e na região do São Lourenço. As áreas de pastagens concentram-se especialmente no núcleo do Brejo e na região do Puracá, próximos aos igarapés. Nos núcleos do Vai-Quem-Quer e do Leal e na região do São Lourenço ocorrem açazais em alguns trechos do igarapé do Garara e do Ipuri.

Após a elaboração dos mapas mentais, os coordenadores de cada grupo reuniram-se e construíram, com a ajuda de um jovem monitor, um mapa síntese em escala 1:10.000 em cartolina (Figura 34). Este mapa reúne os elementos da paisagem (vegetação, tipo de solo, relevo, unidades produtivas etc) identificados nos mapas mentais, corrigidos com algumas informações levantadas em campo com auxílio do GPS. Esse mapa foi exposto em uma oficina de trabalho e subdividido em regiões pelos participantes, segundo seus marcos referenciais (serras, igarapés, caminhos, pontas de matas, dentre outros). Em seguida apontaram os problemas, os potenciais de uso e as alternativas de manejo para cada núcleo familiar e região (Figura 35). Posteriormente, os participantes da oficina selecionaram os principais problemas (presença de saúva, área queimada, área muito trabalhada, pouca área para trabalhar, área degradada e presença de cobra) e os principais potenciais (madeira, “terra preta de índio” e áreas próprias para o plantio de milho, arroz e feijão) e identificaram, através de pontuações, os núcleos e regiões de maior ocorrência (Figuras 36 e 37).



Figura 3 4 - Mapa da comunidade de Piquiatuba (mapa original na escala 1:10.000)



Figura 35 – Quadro em cartolina mostrando o mapa da comunidade em escala, dividido em núcleos familiares e regiões, com indicações de problemas, potenciais e alternativas de manejo

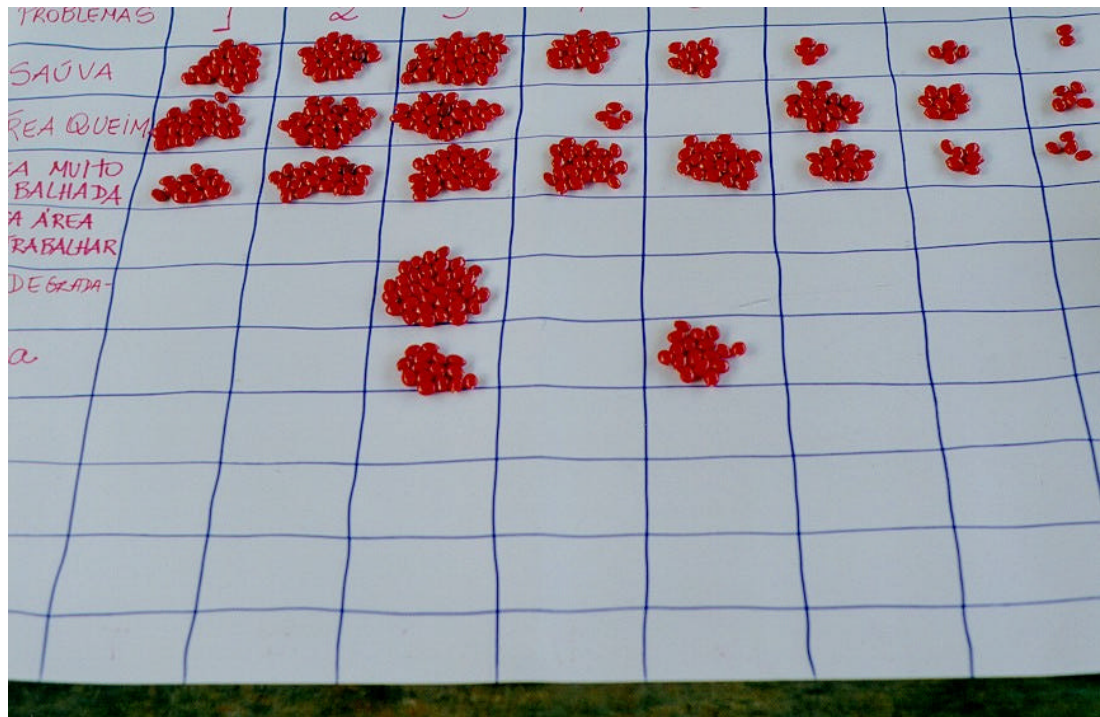


Figura 36 – Matriz de problemas

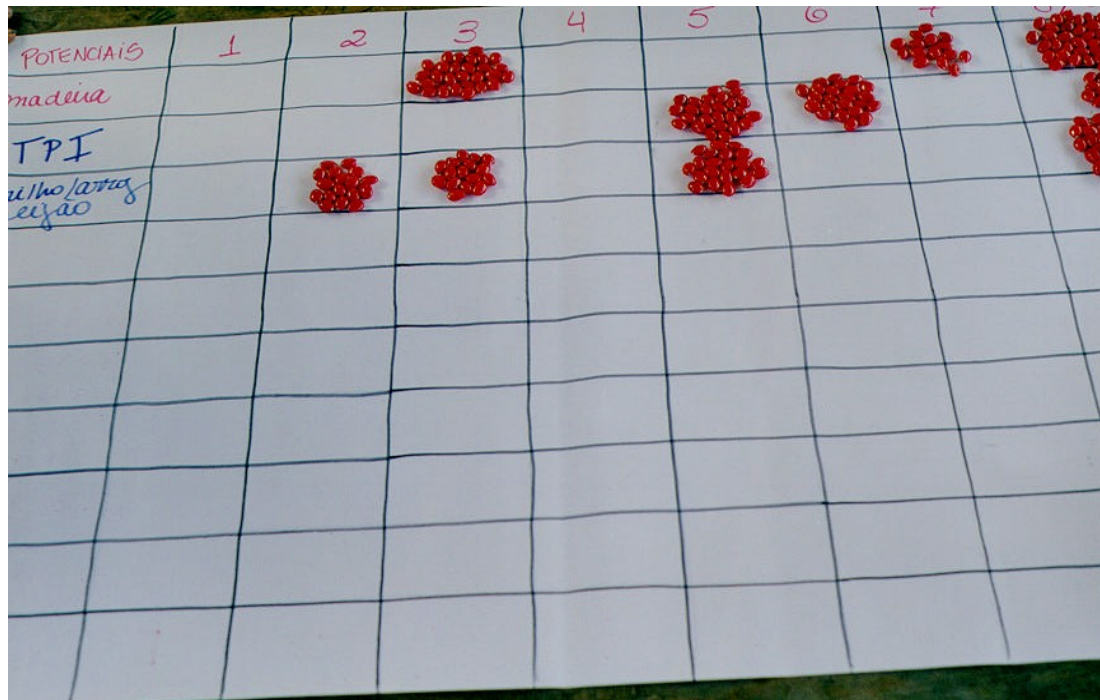


Figura 37 – Matriz de potenciais

Apesar das áreas 2 e 3 (Vai-Quem-Quer e Banco) serem identificadas como aquelas mais trabalhadas (mais plantadas), queimadas e, por isso, com maior ocorrência de saúva, do ponto de vista dos participantes da oficina, estas áreas mostram-se com potencial para o plantio de culturas anuais (milho, feijão e arroz). As áreas 8 e 9 (reservas abaixo da serra e reservas acima da serra) foram apontadas como aquelas que possuem maior potencial para a produção de madeira, seguidas das áreas 3 (Banco) e 7 (Leal). Nas áreas 8, 9, 5 e 6 (reservas abaixo da serra; reservas acima da serra; Puracá e São Lourenço, respectivamente) ocorrem “terras pretas de índio”, próprias para o cultivo de plantas anuais e perenes.

Mesmo que uma área seja identificada como aquela que possui maiores problemas, deve-se levar em consideração seus potenciais. Do mesmo modo, uma área com baixo potencial pode ser interessante para um determinado uso por possuir poucos problemas. Portanto, para a definição de áreas com oportunidades de ação deve-se fazer o “cruzamento” das informações para que, com base nos conhecimentos e experiências diferenciadas, os grupos domésticos de um núcleo familiar ou de uma região de trabalho possam tomar a melhor decisão quanto ao uso e investimento de recursos em cada área. Esse método permitiu “colocar na mesa” as opiniões de várias pessoas que utilizam uma mesma área com diferentes intensidades e formas de manejo, segundo suas necessidades, proximidade da área e controle dos recursos. Todavia, é importante destacar que essas discussões foram realizadas no barracão comunitário, envolvendo um número limitado de moradores (22 pessoas). Um trabalho com maior participação demandaria tempo, recurso, método de trabalho específico e articulação com as instituições parceiras do Projeto de Manejo Comunitário/PPG-7, atividades não previstas nesta pesquisa.

As informações do Quadro 12 (unidades de manejo/recursos por núcleos familiares e regiões) obtidas pela análise dos mapas mentais, do mapa em escala, dividido em núcleo familiar e região (Figura 35) e das matrizes de problemas e potenciais (Figuras 36 e 37) foram sistematizadas pelos participantes da oficina em um quadro resumo (Quadro 13).

<i>Problemas</i>	<i>Potencialidades</i>	<i>Alternativa</i>
<p><b><i>VAI-QUEM-QUER</i></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Área que sofreu muita queimada</i></li> <li>– <i>Pouca área disponível para roçado</i></li> <li>– <i>Área muito trabalhada</i></li> <li>– <i>Capoeira fina</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Madeiras que tem mais: copaíba, cedro, itaúba, massaranduba e maparajuba</i></li> <li>– <i>Madeiras presentes: angelim, piquiá, cumarú, jatobá, castanha, marfim, preciosa, andiroba.</i></li> <li>– <i>Proximidade ao igarapé: acesso à água e açaiçal</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Projeto de manejo florestal</i></li> <li>– <i>Plantio de plantas permanentes em áreas de barro (serra e na beira do igarapé do pimental)</i></li> </ul>
<p><b><i>BANCO</i></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Área que tem mais saúva</i></li> <li>– <i>Muitos seringais queimados</i></li> <li>– <i>Área degradada</i></li> <li>– <i>Não é boa para plantas permanentes</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>plantas jovens de itaúba, sucuíba, cumaru, cedro, jutaí, piquiá, copaíba, jacarandá, copaíba, bacuri, pau d'arco, jatobá, sucupira, inajá, palhal</i></li> <li>– <i>Manchas de terra amarela</i></li> <li>– <i>Área de palha e de madeira branca</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Fazer aceiros</i></li> <li>– <i>Projeto comunitário de reflorestamento de espécies nativas</i></li> <li>– <i>Plantio de espécies resistentes como murici, coco e acerola</i></li> <li>– <i>Projeto de manejo florestal</i></li> </ul>

Quadro 13 - Problemas, potencialidades e alternativas de manejo



<i>Problemas</i>	<i>Potenciais</i>	<i>Alternativas</i>
<p><b>SAO LORENÇO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Muita saúva, mais que a área VII</i></li> <li>- <i>Capoeirão queimada</i></li> <li>- <i>Invasão da comunidade de Marituba</i></li> <li>- <i>Presença de cobras</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Igarapé da cabeceira: virola, cedro, piquiá, cupiúba, açai, bacaba, bacuri, patauí e cedrorana</i></li> <li>- <i>Madeiras: succuúba, itaúba</i></li> <li>- <i>Inajá</i></li> <li>- <i>Capoeira grossa</i></li> <li>- <i>Plantas anuais: arroz, feijão, milho</i></li> <li>- <i>Plantas permanentes</i></li> <li>- <i>Área de barro beirando o igarapé (50-100 m)</i></li> <li>- <i>Espécies de mata existem só ao longo do igarapé</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Plantio de plantas permanentes: cupuaçu, cana-de-açúcar, banana, manga e açai.</i></li> <li>- <i>Acordo entre Piquiatuba e Marituba para resolver a questão da terra</i></li> </ul>
<p><b>PURACA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Área com muita saúva</i></li> <li>- <i>Área desmatada</i></li> <li>- <i>Muitas cobras</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Dá bem jerimum, milho, feijão, melancia, cupuaçu</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Plantio de açazal</i></li> <li>- <i>Criação de peixe e tracajá</i></li> </ul>

Quadro 13 - Problemas, potencialidades e alternativas de manejo

<i>Problemas</i>	<i>Potencialidades</i>	<i>Alternativas</i>
<p><i>LEAL</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Saúva (menos)</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Mata bruta: itaúba, amapá, massaranduba, marfim, maparajuba, piquiá, cipó ambé, cipó taracuá, bacurirana</i></li> <li>- <i>Igarapé do Ipuri: açai, jarana, virola, cedrorana, copaíba, patauá, bacaba, paxiúba,</i></li> <li>- <i>Igarapé do Chururu</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Campo para gado</i></li> <li>- <i>Plantio de plantas permanentes como laranja, banana.</i></li> </ul>
<p><i>RESERVA COMUNITARIA (abaixo da serra)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>distante</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>igarapés: igarapezinho, seco, cipoal, patauá</i></li> <li>- <i>areia com barro</i></li> <li>- <i>terra preta de índio</i></li> <li>- <i>castanhalzinho no morro “vira sebo”</i></li> <li>- <i>mata bruta (muita madeira de lei): amapá, itaúba, muito cipó titica, angelim, bacuri.</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Plantio de plantas permanentes, anuais e mandioca</i></li> </ul>
<p><i>RESERVA COMUNITARIA (acima da serra)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Muito longe</i></li> <li>- <i>Pouco igarapé</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Área que tem mais madeira de lei</i></li> <li>- <i>Área de barro</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Reserva comunitária</i></li> </ul>

Quadro 13 - Problemas, potencialidades e alternativas de manejo

As áreas de mata nas reservas comunitárias apresentam grande vocação para o manejo florestal, incluindo produtos madeireiros e não madeireiros (óleo de andiroba, copaíba, cipó titica). Especialmente para os moradores do núcleo Vai-Quem-Quer, o manejo florestal na região do “Pimental” (acima da serra) pode ser uma alternativa interessante de renda. O potencial produtivo das manchas de “terra preta de índio”, presentes nas áreas de planalto, pode ser aproveitado a partir da “revitalização” dos sítios e antigas colônias com o cultivo consorciado de espécies anuais e perenes. Nas áreas de planalto é fundamental a fiscalização efetiva do IBAMA contra a caça praticada pelos moradores dos assentamentos na Rodovia Cuiabá-Santarém e contra a caça comercial praticada por alguns moradores de Belterra e Santarém.

Para as áreas com grande ocorrência de capoeiras e “capoeirões” (Vai-Quem-Quer; Brejo e Banco e Puracá) programas educativos de combate a incêndios florestais podem auxiliar na contenção destas áreas degradadas. Além disso, é importante estimular a adoção de práticas de cultivos que evitem o uso excessivo de fogo e a implantação de sistemas agroflorestais com espécies leguminosas para aumentar a fertilidade e espécies pouco exigentes em fertilidade como murici, coco, acerola e abacaxi. As capoeiras degradadas da região do Banco e do núcleo do Vai-Quem-Quer requerem práticas de manejo voltadas à recuperação. Também no núcleo do Leal e na região do São Lourenço os cultivos com espécies perenes (banana, café, dentre outras) em consórcio com espécies anuais, como feijão e milho, poderiam aproveitar melhor o potencial produtivo das áreas de barro.

Nas áreas de pastagens, especialmente no núcleo do Brejo e na região do Puracá, a adoção de práticas de manejo de pastagem aumentariam o rendimento produtivo destas áreas sem, contudo, aumentar sua extensão. Como, em geral, os pastos localizam-se próximos aos igarapés, é importante que seja preservada uma faixa mínima de mata ciliar para evitar assoreamento dos mesmos. Especificamente nos núcleos do Vai-Quem-Quer e do Leal e na região do São Lourenço o manejo do açaí pode aumentar a produção deste recurso.

Deve-se apoiar ações voltadas para a resolução de conflitos, especialmente na região do Banco/Vai-Quem-Quer (conflito interno de terra) e na região do São Lourenço

(conflito de terra entre Piquiatuba e Marituba). A elaboração de acordos de pesca entre os moradores de Piquiatuba e Pedreira pode ser uma alternativa interessante para disciplinar o uso dos lagos.

Estas recomendações técnicas são algumas sugestões que devem ser avaliadas mais profundamente com os moradores de Piquiatuba para que os mesmos possam direcionar as atividades de manejo segundo suas necessidades, expectativas, habilidades e conhecimentos. O conhecimento local é particularmente importante para os projetos de manejo comunitário. Se desejamos o sucesso e continuidade destes projetos, o planejamento deve começar pelas pessoas que melhor conhecem seus sistemas de produção (Pretty & Scoones, 1995). Nesse sentido, o mapeamento comunitário constitui numa ferramenta poderosa de planejamento do uso da terra.

Antes de iniciar o planejamento de qualquer projeto, deve-se considerar as implicações de suas atividades para os sistemas tradicionais de apropriação dos recursos e vice-versa, ou seja, *como a adoção das práticas de manejo podem afetar os sistemas tradicionais de apropriação dos recursos e como estes, por sua vez, podem afetar a adoção das práticas de manejo?*

A literatura sugere três aspectos dos sistemas tradicionais de apropriação dos recursos que devem ser considerados: exclusividade, segurança e possibilidade de transferência (Place & Swallow, 2000). Há um pressuposto geral de que o grau de exclusividade tem um efeito positivo na adoção de práticas de manejo. Assim, o plantio em beiras de estradas e caminhos não é encorajado porque não possui exclusividade, enquanto que o enriquecimento dos sítios com espécies de interesse provavelmente terá uma chance maior de adoção. Do mesmo modo, a segurança de posse interfere na habilidade de colher os benefícios do trabalho investido no recurso. Quando existem direitos de posse sobrepostos como é o caso da região em disputa entre os moradores do Vai-Quem-Quer e do Banco, pode haver pouca segurança e, portanto, pouca motivação para investimento no melhoramento dos recursos. A possibilidade de transferência de direitos, em alguns casos, pode afetar a adoção de práticas de manejo. Por exemplo, quem pede emprestado uma capoeira para implantar um roçado raramente investe em plantio de árvores, porque sabe que não terá direito sobre as mesmas após completar a

colheita dos produtos do roçado.

Considerando que muitas populações utilizam essa estratégia, o plantio de árvores incentivado por projetos comunitários de manejo florestal em áreas de uso comum pode criar conflitos dentro da comunidade, especialmente quando os aspectos envolvidos nos sistemas tradicionais de posse e uso dos recursos não são observados pelos agentes externos (McCulloch et al., 1998). Os resultados das avaliações de muitos projetos comunitários pelo Banco Mundial apontam para a necessidade de compatibilizar os tipos de regimes de propriedade com a natureza dos projetos em questão e com os sistemas de organização envolvidos (Bromley & Cernea, 1989).

Para melhorar a compreensão das implicações citadas acima pode ser útil a construção de uma matriz indicando quem pode "perder" ou "ganhar" direitos sobre o uso dos recursos com a adoção de práticas de manejo propostas pelos projetos. Para tanto, deve-se incluir duas variáveis: (i) pessoas ou grupos domésticos envolvidos/afetados (de dentro da comunidade, das comunidades vizinhas e externos) e (ii) os tipos de recursos (ex: madeira, produtos não madeireiros, pescado, capoeira, etc) (Fortmann, 1985).

Essa matriz pode auxiliar o mapeamento dos direitos de posse, evitando assim a alteração não intencional de direitos existentes e a utilização de certos recursos pelo projeto para atender aos interesses de grupos específicos. Além disso também pode auxiliar no mapeamento dos conflitos existentes e na prevenção dos conflitos que podem advir da implantação dos projetos. Como visto antes, nem sempre o uso dos recursos seguem regras ou procedimentos comuns. Sob certas circunstâncias, os usuários dos recursos (internos ou externos à comunidade) se engajam em estratégias individuais com pouca ou nenhuma coordenação entre si, criando situações de disputas e desconfianças. Em outras situações, os recursos são apropriados de forma pouco equitativa gerando conflitos, que nem sempre são perceptíveis aos "olhos" dos agentes externos.

Além das implicações dos projetos nos sistemas tradicionais de posse dos recursos, as intervenções externas devem também considerar que as populações locais constantemente avaliam se os benefícios gerados pelos projetos e ações coletivas superam os custos envolvidos, especialmente aqueles relacionados à participação em eventos de planejamento de atividades.

## 7 CONCLUSÕES

Em geral, os projetos de manejo comunitário concebem as comunidades rurais como unidades sociais indiferenciadas, sem diversidade de interesses e necessidades, especialmente aquelas mais isoladas, cujos moradores compartilham origens e trajetórias históricas comuns, como é o caso de Piquiatuba. Partindo desse pressuposto, atribuem a todos os moradores capacidades iguais de poder e recursos e, portanto, os mesmos níveis de oportunidades.

Sem o reconhecimento das diferenças e desigualdades entre os moradores de uma mesma comunidade, os projetos deixam de propor alternativas que possam atender às necessidades e expectativas dos vários grupos e pessoas. Especialmente aqueles marginalizados e com menos visibilidade e poder. Exemplo disso é a falta de apoio aos moradores que dispõem de poucas áreas de cultivo e áreas de matas, como é o caso, na comunidade de Piquiatuba, dos moradores do Núcleo do Vai-Quem-Quer. A existência de sistemas tradicionais de posse não garante necessariamente a distribuição eqüitativa dos recursos entre os grupos e pessoas. Muitos sistemas são hierárquicos e excludentes (Hesse & Trench, 2000 e Pretty, 1995).

Para que os projetos contribuam para uma divisão mais eqüitativa dos recursos e de seus benefícios é fundamental que os agentes externos conheçam os aspectos que envolvem a distribuição das terras e recursos, a fim de que os mesmos não reforcem os conflitos internos, mas ao contrário disso, estabeleçam ações que intermediem os interesses dos grupos envolvidos. Projetos mal elaborados podem introduzir novos conflitos ou acentuar os já existentes. Inversamente, projetos que consideram os conflitos podem ajudar a reduzir as disputas e a prevenir outros.

No momento do planejamento dos projetos é importante ter em vista que os aspectos que envolvem esses conflitos não são necessariamente ruins ou negativos. Em geral, os conflitos podem representar, caso sejam considerados e tratados de forma apropriada, oportunidades para iniciativas que atendam as necessidades específicas de cada grupo ou situação envolvida.

Outro aspecto bastante negligenciado nos projetos é a dimensão de gênero. Geralmente os projetos de manejo comunitário consideram somente os homens como os principais executores das atividades propostas, bem como, os responsáveis pelas decisões no âmbito familiar e comunitário. Raramente considera-se o grupo doméstico em suas intervenções. Mesmo que as necessidades básicas das mulheres e homens possam ser similares, e seus interesses não sejam muito diferentes ou conflitantes, existe divisão de responsabilidades nas tarefas executadas. Muitas iniciativas, por desconhecerem essa divisão, falham, por exemplo, ao propor aos homens atividades que tradicionalmente são exercidas pelas mulheres.

Na tentativa de ampliar a participação e incluir diferentes grupos, os projetos com frequência apoiam a criação de grupos comunitários baseados em determinadas categorias, como grupo das mulheres, grupos de jovens, grupos de produtores etc, tentando responder mais às agendas externas, voltadas para os objetivos das instituições que financiam projetos comunitários, do que propriamente resolver os problemas da comunidade.

Há também uma tendência em idealizar a alocação dos recursos como sendo coletivistas, ou seja, todos os moradores teriam os mesmos direitos e acesso igual aos mesmos. Seguindo essa lógica, muitas intervenções são planejadas visando o uso coletivo dos recursos, quando na realidade existem regras que definem o acesso aos recursos entre os moradores de uma comunidade. Um caso típico é a implantação de sistemas agroflorestais em capoeiras tidas como abandonadas, quando podem representar áreas de reservas para novos plantios de um determinado grupo doméstico. Como resultado de atitudes semelhantes a essa, muitas iniciativas falham em seus objetivos e transferem à “comunidade” a responsabilidade pela falta de envolvimento e sucesso dos projetos.

A implementação de projetos em comunidades em regime de propriedade comum, como é o caso de Piquiatuba e das demais comunidades da FLONA do Tapajós, pode interferir nos sistemas tradicionais de acesso e uso dos recursos, e com isso restringir o uso dos recursos a determinados grupos. A compreensão e respeito por esses sistemas tradicionais podem evitar alguns problemas e conflitos internos. Certas práticas de cultivo ou de conservação podem resultar em perdas de direito para alguns grupos domésticos. Por outro lado, grupos ou pessoas envolvidas em projetos poderão reivindicar direito exclusivo de uso em áreas consideradas antes de uso comum, especialmente quando investirem trabalho, tempo ou recurso na mesma.

Uma boa estratégia para aumentar a participação e atender às necessidades locais é identificar os grupos domésticos que tradicionalmente já possuem uma base de cooperação para, a partir daí, propor projetos específicos. Em Piquiatuba os sistemas de cooperação e reciprocidade são fortemente determinados pelas relações de parentesco, identidade religiosa e pelas práticas esportivas. Evidência disso é a organização de atividades produtivas em torno dos núcleos familiares que compartilham a mesma religião e clube de futebol. Isso não quer dizer que os projetos devam incentivar a formação de grupos baseados somente a partir das semelhanças, mas devem considerar, para cada situação, os possíveis agrupamentos com limites flexíveis (Rocheleau & Slocum, 1995).

Quando os projetos e iniciativas são direcionados aos núcleos familiares, geralmente possuem maiores chances de oferecer respostas mais acertadas aos problemas e necessidades dos grupos domésticos e, ao mesmo tempo, permitem estabelecer compromissos mais estáveis entre os mesmos. Portanto, deve-se considerar como unidade de intervenção a região em que os núcleos familiares exercem suas atividades, ao invés de focalizar os esforços e investimentos em recursos isolados.

Os mapas permitem a espacialização dos recursos, facilitando o entendimento de como os diferentes grupos domésticos estabelecem seus direitos de uso sobre os recursos de uso comum e de uso individual dentro das diferentes regiões (Place & Swallow, 2000).

Os mapas locais constituem um instrumento eficaz para auxiliar a implementação



de projetos de manejo comunitário, auxiliando as comunidades na definição de suas prioridades, bem como nas negociações com agentes externos. Contribuem para (i) a valorização do conhecimento local; (ii) o envolvimento dos diferentes grupos nos projetos; (iii) a compreensão dos sistemas locais de apropriação e uso dos recursos e para (iv) a demarcação de territórios tradicionais. Ao mesmo tempo que proporcionam uma grande quantidade de informações, combinando conhecimentos técnicos com conhecimentos locais, os mapas são fáceis de serem manejados pela comunidade.

É importante também reconhecer que nem sempre os sistemas locais de apropriação e uso dos recursos levam ao manejo sustentável dos mesmos. Em alguns casos, recursos de uso comum transformam-se em recursos de acesso mais aberto sendo sobre-explorados ou mal utilizados, especialmente quando considerados abundantes. Exemplo disso são as matas e capoeiras, que geralmente são pouco protegidas da ação das queimadas durante a implantação de roçados. Neste aspecto, os projetos externos podem fortalecer ou mesmo apoiar a criação de sistemas locais de incentivos e sanções que conciliem utilização e conservação dos recursos.

É preciso clarificar de forma conceitual e prática, desde o início do projeto, (i) a natureza das atividades e dos recursos utilizados, (ii) o grupo estabelecido em torno do projeto e (iii) a capacidade do grupo em estabelecer os arranjos institucionais necessários para a gestão do projeto.

Há um pressuposto geral de que as comunidades quando não possuem seus direitos de posse da terra e dos recursos assegurados tendem a não investir em práticas de manejo (McCulloch & Meinzen-Dick, 2001), especialmente naquelas de longo prazo como é o manejo florestal. A falha mais comum das políticas que apoiam o manejo dos recursos é determinar responsabilidades para o manejo sem alocar os direitos correspondentes. Os direitos de usos dos recursos são o centro do manejo colaborativo, porque é através deles que se determina quem será beneficiado, como e sob que limitações. O pré-requisito básico é que os vários grupos envolvidos possam participar das decisões sobre o uso dos recursos e cooperar na implementação dos projetos de manejo (Ingles, 1999).

Para promover ações de manejo dos recursos, que conciliam os ideais

conservação com os modos de vidas de populações residentes em áreas protegidas, é essencial definir, de ante mão, as responsabilidades e direitos dos diferentes atores sociais, em especial destas populações com ênfase nos direitos de propriedade. Na prática isso exige novas leis e políticas que garantam o reconhecimento do direito aos territórios a estas populações (Pimbert & Pretty, 1995) e disposição e habilidade do Governo em estabelecer relações institucionais de confiança e respeito em relação aos acordos e compromissos firmados.

Mais esforços são necessários para entender como as instituições de regime de propriedade comum funcionam. Conhecendo melhor como funcionam, é possível auxiliar as populações tradicionais a garantir seus direitos, e a integrar cuidadosamente os sistemas oficiais de gestão dos recursos com os sistemas locais de posse (Richards, 1997). Isso inclui analisar as bases institucionais subjacentes às estratégias de uso dos recursos, como as relações de parentesco, sistemas de trabalho e cooperação, relações de gênero, relações de poder, regras de posse e uso dos recursos, conflitos internos etc, antes de implementar qualquer projeto de manejo comunitário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, J.; GUIT, I. **Changing views on change:** participatory approaches to monitoring the environment. London: IIED, 1998. 96p. (SARL Discussion Paper, 2)
- ALCORN, J. B. Indigenous people and protected areas. In: BORRINI-FEYERABEND, G. (Ed). **Beyond fences:** seeking social sustainability in conservation. Gland: IUCN, 1997. cap.4, p.44-49.
- ALTIERI, M. A. Por que estudar la agricultura tradicional? **Agroecologia y Desarrollo**, v.1, n.1, p.16-24, 1991.
- ALVES-MAZZOTTI, A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método na ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. 203p.
- ARNOLD, J.E.M. **Managing forests as common property.** Rome: FAO, 1998. 64p. (Forestry Paper, 136)
- ARNOLD, J.E.M. Social dimensions of forestry's contribution to sustainable development. /Apresentado ao 11. World Forestry Congress, Antalya, 1997/
- AUGÉ, M. **Os domínios do parentesco:** filiação, aliança matrimonial, residência e perspectiva do homem. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1995. 178p.
- BAIRD, B. W. Decentralizing and devolving government. In: BORRINI-FEYERABEND, G. (Ed). **Beyond fences:** seeking social sustainability in conservation. Gland: IUCN, 1997. cap.4.18, p.69-73.
- BALAREZO, S. P. **Guía metodológica para incorporar la dimensión de género en el ciclo de proyectos florestales participativos.** Quito: FAO, 1994. 145p.

- BERKES, F. **Fishermen and “the tragedy of the commons”**. Gland: The Foundation for Environmental Conservation, 1985. v.12, p.199-206. (Environmental Conservation, 3)
- BERKES, F.; FOLKE C. **Linking social and ecological systems for resilience and sustainability**. Stockholm: Beijer International Institute of Ecological Economics, 1994. 16p. (Beijer Discussion Paper Series, 52)
- BLACKBURN, J. **Conectar com el DRP en Latinoamerica**: reflexiones sobre una iniciativa de IDS para determinar y contribuir a la difusion del DRP en latinoamerica. Santa Cruz: Universidad NUR, 1995. 12p. /No prelo/
- BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.51-81.
- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.7-14.
- BROMLEY, D.W.; CERNEA M. M. **The management of common property natural resources**: some conceptual and operational fallacies. Washington: The World Bank, 1989. 66p. (World Bank Discussion Papers, 57)
- BRUCE, J. W. Do indigenous tenure system constrain agricultural development? In: **Land in African Agrarian System**. Madison: University of Wisconsin Press, 1993.
- BRUCE, J. W. **Legal bases for the management of forest resource as common property**. Rome: FAO, 1999. 129p. (Community Forestry Note, 14)
- BRUCE, J.W. **Community forestry**: rapid appraisal of tree and land tenure. Rome: FAO, 1989. 90p. (Community Forestry Note, 5)
- BRUCE, J.W. **Conceptos sobre tenencia de la tierra**. Madison: University of Wisconsin Press, 2000. 8p. (Land Tenure Center. Tenure Brief, 1-S)
- BUENAVISTA, G.; FLORA, C. B. Participatory methodologies for analyzing household activities, resources, and benefits. In: FELDSTEIN, H., S.; JIGGINS, J. (Ed.) **Tools for the fields**: methodologies handbook for gender analysis in agriculture. Connecticut: Kumarian Press, 1994. cap.1, p.36-44.

- BUNCH, R. **Duas espigas de milho:** um guia de melhoramento da agricultura centrada nas pessoas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1983. 221p.
- CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito.** 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. 284p.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/USP, NUPAUB, 2000. p.165-182.
- CASTRO, F.; MCGRATH, D. G.; CROSSA, M. Adjusting to change: the crafting of community lake management systems in the Brazilian Amazon. /Apresentado ao 8. Annual Conference of International Association for Study of Common Property, Bloomington, 2000/
- CHAMBERS, R. Diagnósticos rurales participativos: pasado, presente y futuro. **Bosques, Árboles y Comunidades Rurales**, v.3, n.15/16, p. 18-21. 1992.
- CHAMBERS, R. Paradigm shifts and the practice of participatory research and development. In: NELSON, N.; WRIGHT, S. (Org.) **Power and participatory development:** theory and practice. London: Intermediate Technology Publications, 1995. p.30-42.
- CHAMBERS, R. **Whose reality counts?** putting the first. London: Intermediate Technology Publications, 1997. 297p.
- CHAMBERS, R.; GUIJT, I. **DRP, cinco años despues?** Donde nos encontramos? Santa Cruz: Universidad Nur, 1995. 9p. (Forest, Trees and People, 26/27)
- CHAMBERS, R.; LEACH, M. **Trees to meet contingencies:** saving and security for the rural poor. London: ODI, 1987. 29p. (Social Forestry Network Paper, 5a)
- DAVIS-CASE, D. **Community forestry:** participatory assessment, monitoring and evaluation. Rome: FAO, 1989. 73p. (Community Forestry Note, 2)
- DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil:** um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. 286p.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. **Handbook of qualitative research.** London: SEGE, 1994. 643p.

- DIEGUES, A. C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: USP, NUPAUB, 1995. 260p.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Palo: USP, NUPAUB, 1994. 163p.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P F; WEBWER, J (Org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p.407-432.
- DUBOIS, O. **Rights and wrongs rights to land and forest resource in sub- Saharan África: bridging the gap between customary and formal rules**. London: IIED, 1997. 34p. (Forest Participation Series, 10)
- EVERS, Y. D. Supporting local natural resource management institutions: experience gained and guiding principles. In: STILES, D. (Org.) **Social aspects of sustainable dryland management**. Chichester: Jonhn Wiley & Sons, 1995. p.93-103.
- FALCONER, J. **Forestry extension: a review of the key issues**. London: ODI, 1987. 34p. (Network Paper, 4e)
- FAO. **Crafting institutional arrangements for community forestry**. Rome: FAO, 1997. 139p. (FAO. Community Forestry Field Manual, 7)
- FASSAERT, C. Diagnósticos participativos com enfoque de género. **Agroforesteria en las Americas**, v.7, n. 25, p.33-38, 2000.
- FATHER, T. **A Floresta Nacional do Tapajós: participação para o desenvolvimento sustentável?** Rio de Janeiro: FASE, 1997. 31p.
- FEENY, D.; BERKERS, F.; MCCAY, B. The tragedy of the commons: twenty-two years later. **Human Ecology**, v.18, p.1-19, 1990.
- FERNÁNDEZ, M. E.; RODRÍGUEZ-ACHUNG, M. Evaluación de los impactos de métodos participativos: atores sociales, género y diferência. **Agroforesteria en las Americas**, v.7, n.25, p.39-42, 2000.
- FORTMANN, L. The tree tenure factor in agroforestry with particular reference to Africa. **Agroforestry Systems**, v.2, p.229-251, 1985.

- FREUDENBERGER, K. S. **La tenencia de la tierra y los derechos sobre los árboles: herramientas para el diagnóstico rápido.** Roma: FAO, 1996. 81p.
- FREUDENBERGER, K. S. **Tree and land tenure:** using rapid appraisal to study natural resource management. Rome: FAO, 1995. 85p. (Community Forestry Case Study Series, 10)
- GIANOTTEN, V.; WIT, T. Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p.158-188.
- GIBSON, C. C.; BECKER. A lack of institutional demand: why a strong local community in Western Ecuador fails to protect its forest. In: GIBSON, C.C; MCKEAN M. A.; OSTROM, E. (Ed.) **People and forest:** communities, institutions, and governance. London: Massachusetts Institute of Technology, 2000. p.135-161.
- GIBSON, C.C; OSTROM, E.; MCKEAN M. A. Forest, people, and governance: some initial theoretical lessons. In: GIBSON, C.C; MCKEAN M. A.; OSTROM, E. (Ed.) **People and forest:** communities, institutions, and governance. London: Massachusetts Institute of Technology, 2000. p.227-242.
- GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 213p.
- GONÇALVES, V. A. **Levantamento de mercado de produtos florestais não madeiros e agroflorestais na Floresta Nacional do Tapajós, oeste do Pará.** Santarém: IBAMA/GTZ, 1998. 71p.
- GUIJT, I. **Making difference:** integrating gender analysis into PRA training. London: IIED, 1994. (PLA Notes, Sustainable Agriculture Programme)
- HALL, A. **Sustaining Amazonia:** grassroots action for productive conseration. New York: Manchester University Press, 1997. 48p.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v.162, p.1243-1248, 1968.
- HESSE, C.; TRENCH P. **Who's managing the commons?** Nottingham: Russel Press, 2000. 39p. (Securing the Commons, 1)
- HILDEBRAND, P; Poats, S; Walecka, L. **Introdução à pesquisa e extensão de sistemas agropecuárias.** Gainesville: Universidade da Flórida, 1987.

- IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979. 137p.
- IMAFLOA; IBAMA; BANCO MUNDIAL et al. **Mapeamento comunitário da margem direita do Rio Tapajós**. Piracicaba: ESALQ-USP, 1996a. 70p.
- IMAFLOA; IBAMA; BANCO MUNDIAL et al. **Plano Diretor da Floresta Nacional do Tapajós**. Piracicaba: USP/ ESALQ. 1996b. 43p. (Relatório do Plano Diretor, PPG-7).
- INGLES, A. W.; MUSCH, A.; QWIST-HOFFMANN, H. **The participatory process for supporting collaborative management of natural resources: an overview**. Rome: FAO, 1999. 78p.
- KARREMANS, J. A. **Sociología para el desarrollo: métodos de investigación y técnicas de la entrevista**. Turrialba: CATIE, 1994. 47 p.
- LEROY, J. P. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Proposta**, n. 71, p. 17-25, Fev. 1997.
- LEROY, J.P. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1991. 213p.
- MARQUES, J. G. W. **Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no Baixo São Francisco Alagoano**. São Paulo: USP, NUPAUB, 1995. 285p.
- MAXWELL, D.; WIEBE, K. **Land tenure and food security: a review of concepts, evidence, and methods**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998. 37p. (Land Tenure Center. Research Paper, 129)
- MCALLISTER, K. **Understanding participation: monitoring and evaluating process, outputs and outcomes**. Ottawa: IDRC, 1999. 51p.
- MCCULLOCH A. K.; MEINZEN-DICK, R.; HAZELL, P. **Property rights, collective action and technologies for natural resource management: a conceptual framework**. Washington: IFPRI, 1998. 63p. (SP-PRCA. Working Paper, 1)
- MCCULLOCH, A. K.; MEINZEN-DICK, R. **Collective action, property rights, and devolution of natural resource management: exchange of knowledge and implications for policy**. Washington: IFPRI, 2001. 63p. (CAPRI Working Paper, 11)
- MEIZEN-DICK, R.; BROWN, L. R.; FELDSTEIN H. S. **Gender, property rights, and natural resources**. Washington: IFPRI, 1997. 43p. (FCND Discussion Paper, 29)



- MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1990. 367p. (Coleção Ecologia & Ecosofia)
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra:** a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)
- OLIVEIRA, R.; ANDERSON, E. S. **Gênero, conservação e participação comunitária:** o caso do Parque Nacional do Jaú. Gainesville: Universidade da Flórida, 1999. 13p. (Série Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais, 2)
- OLIVEIRA, R.; SCHWEIGERT, H. Ongs e metodologia de trabalho: reflexões de primeira mão. In: KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. (Org.) **Introdução a metodologias participativas:** um guia rápido. Recife: Sactes-DED, 1995. p.223-246.
- OSTROM, E. **A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action.** Bloomington: Indiana University, 1997. 53p.
- OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes:** la evolución de las instituciones de acción coletiva. Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma de México, 2000. 395p.
- OSTROM, E. **Neither market nor State:** governance of common-pool resources in the twenty-first century. Washington: IFPRI, 1994. (Lecture Series, 2).
- OSTROM, E. **Self-Governance and forest resources.** Jakarta: CIFOR, 1999. 15p. (CIFOR. Occasional Paper n, 20)
- OTSUKA, K.; SUYANTO, S.; TOMICH, T. P. **Does land tenure insecurity discourage tree planting?** Evolution of customary land tenure and agroforestry management in Sumatra. Washington: IFPRI, 1997. 41p. (EPTD Discussion Paper, 31)
- PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods.** London: SAGE, 1990. 532p.
- PENDZICH, C.; THOMAS G.; WOHIGENT, T. **The role of alternative conflict management in community forestry.** Rome: FAO, 1994. 101p. (Forests, Trees and People. Working Paper, 1)

- PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. **Parks, people and professionals: putting “participation” into protected area management.** Geneva: UNRISD/IIED/WWF, 1995. 56p. (Discussion Paper, 57)
- PIRES, J. M.; PRANCE, G.T. The vegetation types of the Brazilian Amazon. In: G. T. PRANCE; T. LOVEJOY (Ed.) New York: Pergamon Press, 1985. (Key Environments of Amazonia)
- PLACE, F.; SWALLOW, B. **Assessing the relationship between property rights and technology adoption in smallholder agriculture: a review of issues and empirical methods.** Washington: IPFRI, 2000. 47p. (CAPRI Working Paper, 2)
- POOLE, P. **Indigenous people, mapping & biodiversity conservation: an analysis of current activities and opportunities for applying geomatics technologies.** Landover: Corporate Press, 1995. 83p. (Discussion Paper Series)
- PRETTY, J. N. **Regenerating agriculture: policies and practices for sustainability and self-reliance.** Washington: Joseph Henry Press, 1995. 320p.
- PRETTY, J. N.; GUIJT, I.; SCOONES, I.; THOMPSON, J. **A trainer’s guide for the participatory learning and action.** London: IIED, 1995. 267p. (IIED Participatory Methodology Series)
- PRETTY, J. N.; SCOONES, I. Institutionalizing adaptive planning and local level concerns: looking to the future. In: NELSON, N.; WRIGHT, S. (Org.) **Power and participatory development: theory and practice.** London: Intermediate Technology Publications, 1995. p.157-169.
- PROGRAMA AMAZÔNIA DE AMIGOS DA TERRA. **Políticas públicas coerentes para uma Amazônia sustentável: o desafio da inovação e o Programa Piloto.** São Paulo: Amigos da Terra/Grupo de Trabalho Amazônico, PPG-7, 2000. 189p.
- PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. **Relatório anual das atividades do PSA.** Santarém: KAAS, 1996. 52p.
- REICHARD C.H.S. (Org.) **Métodos qualitativos y quantitativos en investigación evaluativa.** Madrid: Ediciones Morata, 1986. cap.7, p.171-200.
- RIBEIRO, B. G. **Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 270p.

- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 470p.
- RICHARDS, M. **Tragedy of the commons community-based forest management in Latin America?** London: ODI, 1997. 9p. (Natural Resource Perspectives, 22)
- ROCHELEAU, D.; SLOCUM, R. Participation in context: key questions. In: SLOCUM, R.; WICHHART, L.; ROCHELEAU, D.; THOMAS-SLAYTER, B. (Ed.) **Power, process and participation:** London: Intermediate Technology Publications, 1995. cap.3, p.17-30.
- ROJAS, M. H. **Trabalhando com conservação com base comunitária e enfoque de gênero: um guia.** Gainesville: Universidade da Flórida, 2000. 11p. (Série Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais, 3)
- SCHMINK, M. **Marco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária.** Gainesville: Universidade da Flórida, 1999. 14p. (Série Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo de Recursos Naturais, 1)
- SHAH, P. Farmers as analysts, facilitators and decision-makers. In: NELSON, N.; WRIGHT, S. (Org.) **Power and participatory development: theory and practice.** London: Intermediate Technology Publications, 1995. p.83-94.
- SHEPHERD, G. **Forest policies, forest politics.** London: ODI, 1986. 31p. (Social Forestry Network Paper, 3a)
- SLOCUM, R.; THOMAS-SLAYTER, B. Participation, empowerment, and sustainable development. In: SLOCUM, R.; WICHHART, L.; ROCHELEAU, D.; THOMAS-SLAYTER, B. (Ed.) **Power, process and participation: tools for chance.** London: Intermediate Technology Publications, 1995. p.3-16.
- SMERALDI, R. Desmatamento e madeireiras. **Jornal da Tarde,** São Paulo, 4 fev., 1998.
- STEINS, N. A.; EDWARDS, V. M.; ROLING, N. Re-designed principles for CPR Theory. **The Common Property Resource Digest,** n. 53, p.1-5, June. 2000.
- SWALLOW, B. M.; MEINZEN-DICK, R. S.; JACKSON, L. A. **Multiple functions of commons property regimes.** Washington: IFPRI, 1997. 87p. (EPTD Workshop Summary Paper, 5)

- THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Cortês, 1985. 108p.
- TODD, D. J. **Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action**. London: Maanen, 1983.
- TOULMIN, C. **Gestion de terrior: principles, first lessons and implications for action**. London: IIED; UNSO/UNDP, 1994. 36p. (Drylands Program Discussion Paper)
- UICN. **Das mitades forman una unidad: el equilibrio en las relaciones de género en los procesos de desarrollo**. San José: Consejo Canadiense de la Cooperación Internacional, 1994. 139p.
- VIANA, V.M. Manejo florestal sustentável: o desafio de incorporar as populações tradicionais. In: FOREST-92, 1., Rio de Janeiro, 1992. **Anais**. Rio de Janeiro: Biosfera, 1992. p.355-359.
- WARNER, M.; JONES, P. **Assessing the need to manage conflict in community-based natural resource projects**. London: ODI, 1998. 12p. (Natural Resource Perspectives, 35)
- WEID, J. M. von. Metodologia de diagnóstico rápido participativo. In: KAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. (Org.) **Introdução a metodologia participativa: um guia prático**. Recife: SACTES-DED, 1995. p.143-156.
- WELLS, M.; BRANDON, K.; HANNAH, L. **People and parks: linking protected area management with local communities**. Washington: The World Bank/WWF/USAID, 1992. 14p.
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995. 336p.
- WORLD WILDLIFE FUND. **WWF - forest for life: forest protected area triples in Brazil's Amazon - 1999**. <http://wwf.org/forests/ff.htm>. (23/09/2000)